



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

VANESSA HORACIO LIRA

EM BUSCA DO TESOURO PERDIDO: MAPA DOS ESTUDOS SOBRE CULTURA EM
CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOÃO PESSOA

2018

VANESSA HORACIO LIRA

**EM BUSCA DO TESOURO PERDIDO: MAPA DOS ESTUDOS SOBRE CULTURA EM
CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira.

JOÃO PESSOA

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L768e Lira, Vanessa Horacio.

Em busca do tesouro perdido: mapa dos estudos sobre cultura em Ciência Política e Relações Internacionais / Vanessa Horacio Lira. - João Pessoa, 2018.

159 f. : il.

Orientação: Túlio Sérgio Henriques Ferreira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Cultura - Ciência Política. 2. Cultura - Relações Internacionais. 3. Produção científica - Cultura. I. Ferreira, Túlio Sérgio Henriques. II. Título.

UFPB/BC

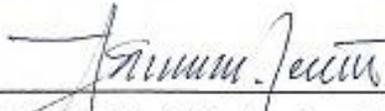
VANESSA HORACIO LIRA

**EM BUSCA DO TESOURO PERDIDO: MAPA DOS ESTUDOS SOBRE CULTURA EM
CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

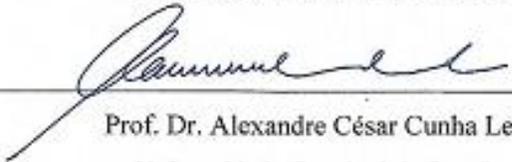
Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais.

Aprovado em: 30, 04, 2018

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba


Prof. Dr^a. Líliliana Ramalho Fróio
Universidade Federal da Paraíba


Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite
Universidade Estadual da Paraíba

RESUMO

A pesquisa busca identificar como o tema da cultura é estudado no Brasil em Ciência Política e Relações Internacionais (CPRI). O objetivo é identificar as características dos artigos científicos *online* produzidos no tema, especialmente do ponto de vista teórico-conceitual e metodológico. Assim, descreve-se a produção acadêmica na área de 1990 a 2017. Para tanto, é realizada revisão de literatura sistemática, através do estabelecimento de critérios de seleção e análise, com um banco de dados de 183 artigos e 25 periódicos. A pesquisa constata, entre outros fatores, a concentração de periódicos mais focados especificamente na Ciência Política, indicando uma diferença com os estudos das Relações Internacionais. Enquanto a maior parte dos artigos é de *Qualis* B2, as revistas que mais concentram artigos no tema são de *Qualis* A1 e A2. Utilizam-se diferentes conceitos de cultura. Quanto à metodologia, observou-se que entre os principais procedimentos metodológicos utilizados estão: análise fatorial, *survey*, entrevista e questionário. No entanto, a maioria não explicita como sua pesquisa foi realizada, indicando ausência de método. Torna-se clara a necessidade de maior interdisciplinaridade no tema, assim como reflexão conceitual e metodológica na literatura produzida.

Palavras-chave: Cultura. Conceito. Metodologia. Revisão de Literatura Sistemática.

ABSTRACT

The work seeks to identify how the theme of culture is studied in Brazil in Political Science and International Relations (PSIR). The objective is to identify the characteristics of online scientific articles produced in the theme, especially from a theoretical-conceptual and methodological point of view. It describes the academic production in the area from 1990 to 2017. Therefore, systematic literature review is carried out through the establishment of selection criteria and analysis, with a database of 183 articles and 25 journals. The research finds, among other factors, the concentration of more focused journals specifically in political science, indicating a difference with the study of International Relations. While most of the articles are of Qualis B2, the journals that concentrate more articles in the subject are of Qualis A1 and A2. Different concepts of culture are used. Regarding the methodology, it was observed that among the main methodological procedures used are: factorial analysis, survey, interview and questionnaire. However, most do not explicitly state how their research was performed, indicating no method. It becomes clear the need for greater interdisciplinarity in the subject, as well as conceptual and methodological reflection in the literature produced.

Keywords: Culture. Concept. Methodology. Systematic Literature Review.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Etapas para seleção dos periódicos apenas em CPRI	36
Figura 2 - Etapas para seleção dos artigos sobre cultura	38
Figura 3 - Nuvem de palavras (palavras-chaves)	69
Figura 4 - Nuvem de palavras (como os autores entendem cultura)	104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Frequência dos artigos por periódico	47
Gráfico 2 - Distribuição dos artigos por instituição do periódico	50
Gráfico 3 - Instituições dos periódicos por regiões	53
Gráfico 4 - Distribuição dos artigos (%) por área de concentração dos periódicos	54
Gráfico 5 - Área de concentração do periódico por Qualis	56
Gráfico 6 - Distribuição dos periódicos A1 e A2	57
Gráfico 7 - Distribuição dos periódicos B1 e B2	58
Gráfico 8 - Distribuição de artigos por instituição do autor(a)	61
Gráfico 9 - Distribuição de áreas temáticas	64
Gráfico 10 - Área temática e metodologia	65
Gráfico 11 - Área temática ao longo dos anos	66
Gráfico 12 - Frequência dos artigos por ano (1990 - 2016)	68
Gráfico 13 - Distribuição (%) da natureza dos estudos	96
Gráfico 14 - Principais países analisados	97
Gráfico 15 - Principais bases teóricas	98
Gráfico 16 - Definição do conceito de cultura (%)	99
Gráfico 17 - Classificação dos conceitos utilizados nos artigos a partir de Reeves (2004)..	103
Gráfico 18 - Principais conceitos relacionados à cultura	106
Gráfico 19 - Principais conceitos utilizados não-relacionados à cultura	108
Gráfico 20 - Unidade de análise e nível de análise	112
Gráfico 21 - Uso de metodologia nos artigos	115
Gráfico 22 - Uso de metodologia ao longo dos anos (1990-2016)	117
Gráfico 23 - Enfoque das pesquisas	118
Gráfico 24 - Enfoque de pesquisa e instituição do autor	120
Gráfico 25 - Enfoque de pesquisa ao longo dos anos	122
Gráfico 26 - Procedimentos metodológicos mais utilizados (enfoque quantitativo)	124
Gráfico 27 - Procedimentos metodológicos mais utilizados (enfoque qualitativo)	126
Gráfico 28 - Principais procedimentos metodológicos utilizados	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparativo sobre as etapas na condução de uma revisão de literatura por tipo de revisão	25
Quadro 2 - Apresentação das variáveis e seus objetivos	31
Quadro 3 - Periódicos que não publicaram sobre o tema	37
Quadro 4 - Critérios para a inclusão e exclusão de artigos	40
Quadro 5 - Critérios para extração dos dados	41
Quadro 6 - Quadro completo dos periódicos	51
Quadro 7 - Classificação área temática	63
Quadro 8 - Principais autores responsáveis pelos conceitos de cultura nos artigos	100
Quadro 9 - Principais autores citados na bibliografia dos artigos A1 internacionais	101
Quadro 10 - Mudança de conceitos	107
Quadro 11 - Junção dos termos referentes aos procedimentos metodológicos	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Frequência de artigos por Qualis/CAPES.....	34
Tabela 2 - Idioma de publicação dos artigos.....	35
Tabela 3 - Frequência dos artigos a partir dos critérios de busca	39
Tabela 4 - Periódicos que mais publicaram artigos e suas áreas temáticas	48
Tabela 5 - Periódicos que mais publicaram artigos e frequência de uso de metodologia	49
Tabela 6 - Autores com maior número de artigos publicados sobre o tema	59
Tabela 7 - Outros procedimentos metodológicos (ênfoque quantitativo).....	124
Tabela 8 - Outros procedimentos metodológicos (ênfoque qualitativo)	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCP	Associação Brasileira de Ciência Política
ABRI	Associação Brasileira de Relações Internacionais
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEDEC	Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
CEPE	Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha do Brasil
FCARP	Faculdade Católica Rainha da Paz
FADI	Faculdade de Direito de Sorocaba
ESDHCPará	Faculdade Dom Hélder Câmara
IDC	Faculdade IDC
FS	Faculdade Sinergia
UNICS	Faculdades Integradas de Palmas
FJP	Fundação João Pinheiro (Minas Gerais)
IBRI	Instituto Brasileiro de Relações Internacionais
IFPR	Instituto Federal do Paraná
MRE	Ministério das Relações Exteriores
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
UCPel	Universidade Católica de Pelotas
UniSantos	Universidade Católica de Santos
UnB	Universidade de Brasília
UCS	Universidade de Caxias do Sul
Unifor	Universidade de Fortaleza
Unisc	Universidade de Santa Cruz do Sul
USP	Universidade de São Paulo
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Univali	Universidade do Vale do Itajaí

Unisinós	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Unesp	Universidade Estadual Paulista
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPEl	Universidade Federal de Pelotas
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UFF	Universidade Federal Fluminense
UGF	Universidade Gama Filho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 UMA VIAGEM PLANEJADA: CAMINHOS METODOLÓGICOS	18
2.1 A revisão de literatura como método	18
2.2 Tipos de revisão de literatura	21
2.3 Como realizar uma revisão de literatura	23
2.4 A nossa revisão de literatura	26
2.5 Etapas na condução da revisão	29
2.5.1 Etapa 1 – Identificação do problema.....	29
2.5.2 Etapa 2 - Identificação de variáveis de interesse	30
2.5.3 Etapa 3 - Busca dos artigos através de critérios de seleção	33
2.5.4 Etapa 4 - Definição e registro de critérios de exclusão e inclusão.....	40
2.5.5 Etapa 5 - Extração dos dados dos artigos.....	41
2.5.6 Etapa 6 - Apresentação dos dados.....	43
2.5.7 Etapa 7 - Análise dos artigos.....	44
2.5.8 Etapa 8 - Conclusões.....	44
2.6 Resumo do capítulo	44
3 EXPLORANDO A SELVA EDITORIAL	46
3.1 Os periódicos: instituição do periódico, área de concentração e <i>Qualis</i>	46
3.2 Os pesquisadores: autores e instituição dos autores	59
3.3 Os artigos: área temática e palavras-chave	62
3.4 Resumo do capítulo	70
4 A MALDIÇÃO DO CONCEITO	72
4.1 Cultura na CP e nas RI: um lugar desconhecido?	72
4.2 As Relações Internacionais e o Conceito	81

4.3 Cultura no Brasil.....	90
4.4 Uso dos conceitos nos artigos	95
4.4.1 Apresentação dos artigos: natureza dos estudos, países analisados e base teórica	95
4.4.2 Conceitos de cultura.....	99
4.4.3 Conceitos relacionados à cultura.....	105
4.4.4 Outro conceito.....	107
4.5 Resumo do capítulo.....	109
5 ENCONTRO AO MÉTODO PERDIDO	110
5.1 Críticas da literatura.....	110
5.2 Os artigos	115
5.2.1 Uso de metodologia.....	115
5.2.2 Enfoque da pesquisa.....	117
5.2.3 Procedimentos metodológicos utilizados.....	123
5.3 Resumo do capítulo.....	129
6 CONCLUSÃO	131
REFERÊNCIAS	134
APÊNDICE 1.....	139
APÊNDICE 2.....	144
APÊNDICE 3.....	153
APÊNDICE 4.....	158

1 INTRODUÇÃO

Como cultura é estudada no Brasil em Ciência Política e Relações Internacionais (CPRI)? O objetivo da pesquisa é identificar as características dos estudos sobre o tema, especialmente do ponto de vista teórico-conceitual e metodológico. Ao descrever a produção acadêmica, busca-se mapear como cultura tem sido estudada na área de 1990 a 2017.

Relações internacionais e cultura são dois termos que convergem para uma área em comum: ambos se referem a dimensões mais amplas da existência humana e podem ser lidos como evocações do global, da humanidade (WALKER, 1990). Constantemente cultura é associada à diversidade de experiências humanas, à pluralidade de modos de vida e ainda a “algo que divide as pessoas”. Nesse sentido, seria natural que dentro das ciências sociais, as RI fossem uma das disciplinas interessadas em discutir o conceito de cultura. Apesar das exceções, a disciplina não tem considerado o tema relevante dentro dos seus amplos segmentos (VALBJORN, 2008).

No Brasil, foi realizado um estudo sobre as produções mais significantes em cultura. A tese publicada em 1975 torna-se livro em 1977. “*Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*” de Carlos Guilherme Mota faz “um balanço dos balanços” da produção intelectual brasileira quanto ao tema da cultura, especificamente, à expressão “cultura brasileira” (BOSI, 2008 *apud* MOTA, 2008). Pelo menos duas características diferem o trabalho supracitado da nossa proposta. Mota (2008) não tinha por objetivo apresentar um levantamento sistemático do tema, consistindo em um ensaio prévio, nas palavras do próprio autor. Além disso, não há em seu trabalho uma delimitação disciplinar, os estudos são diversos e mais próximos à História.

Dentro da disciplina de Relações Internacionais um dos primeiros e poucos trabalhos encontrados sobre cultura e produzidos no Brasil foram o artigo de Mônica Herz, publicado em 1987, intitulado “*A dimensão cultural das relações internacionais: proposta teórico-metodológica*”, e um capítulo de autoria de Hugo Suppo e Mônica Lessa (2007) “*O estudo da dimensão cultural nas Relações Internacionais: contribuições teóricas e metodológicas*”, publicado no livro “*História das Relações Internacionais: teoria e processos*”. Apesar da distância temporal que separa os trabalhos - vinte anos - os mesmos possuem a mesma preocupação: olhar para o tema sob a perspectiva da teoria e da metodologia. Portanto, nosso intuito não poderia ser diferente. Essa pesquisa possui foco teórico, quando trata da questão dos conceitos de cultura. E metodológico, quando busca investigar os procedimentos utilizados na literatura.

Para isso a pesquisa consistirá em uma revisão de literatura sistemática, a partir dos artigos publicados sobre cultura. A revisão sistemática parte de um número amplo de estudos, buscando sintetizar as descobertas de pesquisas anteriores em determinada questão. Assim, os estudos viram dados a serem codificados, analisados e sintetizados para atingir conclusões gerais. Adota-se métodos explícitos, incluindo uma estratégia clara de busca da literatura, assim como critérios de exclusão e inclusão para os estudos selecionados; síntese dos dados e; codificação detalhada e análise das descobertas de todos os estudos (RIDLEY, 2008). Ou seja, o diferencial desse tipo de revisão é a utilização de padrões metodológicos usados na pesquisa primária: transparência, rigor, *comprehensiveness* e replicabilidade (DAIGNEAUT, JACOB & OUIMET, 2014, p. 268).

O trabalho está dividido, além dessa introdução e da conclusão, em quatro capítulos. As variáveis analisadas estão diluídas em cada um deles. No capítulo 2, esclarecemos as diretrizes metodológicas que orientaram a pesquisa, de modo a entendermos seu escopo e limitações. O objetivo é apresentar detalhadamente como a pesquisa foi conduzida. Veremos como a revisão de literatura se configura como um método e os caminhos propostos pelos diferentes tipos de revisão. A partir dessa reflexão, elenca-se as etapas adotadas na condução do trabalho. São elas: 1) Identificação do problema pela literatura inicial sobre o tema; 2) Identificação de variáveis de interesse; 3) Busca dos artigos através de critérios de seleção; 4) Definição e registro de critérios de exclusão e inclusão; 5) Extração dos dados dos artigos, classificando-os de acordo com as variáveis estipuladas; 6) Apresentação dos dados; 7) Análise dos artigos por meio de desenho qualitativo e estatística descritiva e; 8) Conclusões.

Para compreender como a área de CPRI debate cultura no Brasil, é preciso primeiro ter uma visão mais ampla sobre como essa literatura está organizada. O objetivo do capítulo 3, portanto, é apresentar algumas características editoriais, como variáveis relacionadas a autores, periódicos e instituições. Especificamente, busca identificar: a) quais autores estão à frente do tema; b) a quais instituições esses artigos e autores estão vinculados e; c) como estão dispostos esses periódicos - especialmente quanto à classificação *Qualis/CAPES* - que é onde ocorre boa parte do debate. Nos referimos à “selva editorial” por partirmos do pressuposto de que os artigos disputam espaço de publicação. Subentende-se, portanto, que aqueles que são publicados são os melhores no tema.

As ciências sociais assistiram à diminuição dos estudos sobre cultura em razão de muitos cientistas sociais acreditarem ser complicada sua operacionalização. Contudo, o estudo sobre cultura pode auxiliar no entendimento e na explicação das instituições sociais e políticas, assim

como no comportamento, podendo representar um desafio ao individualismo metodológico dominante. Após a revolução behaviorista, as explicações culturais sofreram duras críticas. Para os behavioristas, essas explicações partiam de hipóteses universalistas sobre o comportamento humano, possuindo um elemento normativo, além de não emularem o rigor científico das ciências naturais. Com isso, grande parte das ciências sociais buscou evitar cultura como uma linha de explicação. Apenas a partir da década de 1990, os estudos são retomados durante a chamada *virada cultural* (KEATING,2008).

É sob o olhar teórico-conceitual que o capítulo 4 se dedica na análise dos artigos. Para tanto, parte do debate mais amplo, apresentando alguns trabalhos que estabelecem as principais questões e desafios intrincados ao tema. Em seguida, apresenta, em linhas gerais, como a discussão sobre cultura chega ao Brasil. A partir dessas curtas revisões da literatura, o foco se direciona para uma das questões que sobressaltam: a questão conceitual. Assim, é dedicada à análise dos artigos no que compete às variáveis em torno do conceito. Veremos, então, como a produção acadêmica brasileira trabalha o conceito de cultura, assim como a natureza dos estudos, os casos que são analisados e as bases teóricas que fundamentam as pesquisas.

Por fim, o capítulo 5 traz a discussão metodológica a respeito do tema. Partindo das críticas sistematizadas pela literatura, identificamos como os artigos fazem uso de metodologia. Em seguida, apresentamos os dados dos artigos quanto ao: uso de método, ao enfoque de pesquisa e aos procedimentos metodológicos utilizados.

A ausência de trabalhos que utilizam desse método, que trabalham com o tema e que utilizam de artigos como unidade de análise demonstra a importância dessa pesquisa. Enquanto os estudos primários são tidos como uma longa jornada ao desconhecido, os meta-estudos podem ser considerados como as pausas na viagem. É na pausa o momento em que é possível ter uma visão geral do ambiente, identificam-se direções e refaz-se os planos da viagem. Para os críticos, os meta-estudos são contra-produtivos, perda de tempo, já que podem causar problemas nos estudos primários¹. Contudo, os meta-estudos ajudam na compreensão e avanço na disciplina ao refletir sobre “de onde viemos”, “onde estamos” e “para onde devemos ir” (VALBJORN, 2008). Dessa forma, o oposto ocorre: é em razão dos problemas nos estudos primários que frequentes pausas são

¹ Podemos citar um exemplo que ilustra essa situação. Ao revisar conceitos ou métodos já consolidados, os meta-estudos podem provocar questionamentos que talvez impeçam o avanço dos estudos primários, dando a impressão do debate estar “andando em círculos”.

necessárias (ZHAO, 1991 *apud* VALBJORN, 2008)². O presente trabalho pretende, então, ser uma dessas pausas nos estudos sobre cultura em CPRI.

² ZHAO, Shanyang. Metatheory, metamethod, meta-data-analysis: What, why, and how?. **Sociological perspectives** v. 34, n. 3, 1991, p. 377-390.

2 UMA VIAGEM PLANEJADA: CAMINHOS METODOLÓGICOS

Iniciamos o trabalho esclarecendo as diretrizes metodológicas que orientaram a pesquisa, de modo a entendermos seu escopo e limitações. O objetivo do capítulo é apresentar detalhadamente como a pesquisa foi conduzida. A revisão de literatura tem sido um caminho alternativo à realização das pesquisas nas ciências sociais, de modo a ir além da pesquisa bibliográfica usualmente utilizada como parte inicial de um estudo. Demonstra-se a importância da revisão de literatura e como esta pode ser um método, se conduzida de maneira sistemática e seguindo alguns princípios. Em seguida, alguns tipos de revisão de literatura são apresentados. Esses modelos indicam caminhos distintos em como conduzir uma revisão, ao mesmo tempo que apresentam essas etapas de maneira semelhante. A partir dessa reflexão, propõe-se a presente revisão sobre cultura, elencando as etapas adotadas para condução da pesquisa.

No segundo momento, cada etapa da pesquisa é detalhada. São elas: 1) Identificação do problema pela literatura inicial sobre o tema; 2) Identificação de variáveis de interesse; 3) Busca dos artigos através de critérios de seleção; 4) Definição e registro de critérios de exclusão e inclusão; 5) Extração dos dados dos artigos, classificando-os de acordo com as variáveis estipuladas; 6) Apresentação dos dados; 7) Análise dos artigos por meio de desenho qualitativo e estatística descritiva e; 8) Conclusões.

2.1 A revisão de literatura como método

A construção do conhecimento científico pressupõe conhecer estudos anteriores que servem de alicerce para a pesquisa de hoje, assim como a que a segue. É através dessa acumulação de saberes que a ciência avança. A tarefa de revisar o que já foi produzido sobre determinado conteúdo é inerente a quaisquer produções científicas. O pesquisador que busca contribuir para o entendimento de um fenômeno social ou comportamental deve primeiro conhecer o que já se sabe a respeito do seu tema, com que certeza se sabe e o que ainda permanece sem explicação (COOPER, 2017).

Este é o papel da revisão de literatura, identificar onde seu trabalho está situado e compreender os conceitos-chave, as teorias e as metodologias em seu campo de investigação

(RIDLEY, 2012). Mas, em qualquer pesquisa, deve atingir alguns objetivos como: estabelecer o debate mais amplo no tema; demarcar o escopo de investigação; relatar e examinar criticamente os métodos aplicados em pesquisas anteriores. Contudo, não deve ser confundida como apenas um resumo exaustivo da pesquisa anteriormente feita (BOOTE & BEILE, 2005).

Normalmente, a revisão de literatura é a parte do trabalho na qual o pesquisador identifica as teorias e as pesquisas já feitas sobre seu tema, que possam também ter influenciado na sua escolha do tópico e na metodologia adotada. É o ponto de partida ou “*the driving force*” da investigação. E consiste frequentemente em um capítulo da dissertação ou tese (RIDLEY, 2012). No presente trabalho, o que seria apenas um capítulo torna-se o objetivo principal, pois escolhe-se realizar uma revisão de literatura que busca envolver uma exploração crítica com profundidade das pesquisas que marcam o debate sobre o tema, o que Ridley (2012) chama de “*a stand-alone review*”. Daigneaut, Jacob & Ouimet (2014) constataam que muitos alunos utilizam da revisão de literatura como sua dissertação ou tese em si, especificamente a revisão sistemática, que será vista adiante. Pode-se observar que existem diferentes tipos de revisão de literatura. A sistemática é um deles. Apesar da diversidade dos tipos, existem princípios gerais a serem seguidos (RIDLEY, 2012).

Revisão de literatura é definida de diferentes formas pelos autores. Segundo Cisco (2014), alguns a definem como processo (RILEY, 1997), ordem (MACHI & McEVOY, 2009) ou categorias, (Zorn & Campbell, 2006), ou a combinação de análise, síntese e resumo (HART, 1998)³. Em geral, pode-se atribuir a seguinte definição: consiste em “uma síntese temática das fontes usadas para fornecer aos leitores um resumo atualizado das principais descobertas teóricas e empíricas sobre um determinado tópico” (CISCO, 2014, p. 42).

Boote & Beile (2005) acreditam que a maioria das revisões de literatura não são bem escritas e conceituadas. A proposição dos autores expõe uma preocupação da literatura com a qualidade das revisões realizadas por alunos de pós-graduação. Diante do quadro, Cisco (2014), por exemplo, desenvolve uma abordagem para ensinar os alunos a realizarem com clareza uma revisão de literatura. Tal abordagem é denominada de *Literature Review Lesson (LRL)*⁴. Já Boote & Beile (2005) estabeleceram critérios e padrões para investigar a qualidade das revisões dos alunos de

³ Todas essas citações estão inseridas em Cisco (2014).

⁴ O autor desenvolve a LRL ao longo de três anos com seus alunos na University of Missouri no curso de ciência política. Quando o artigo é escrito, de acordo com o autor, a abordagem já havia sido apresentada a mais de 75 alunos de graduação, 40 a 50 de pós-graduação e a um número de professores no campus (CISCO, 2014).

doutorado. Tais critérios foram uma adaptação das ideias de Hart (1999). São eles: cobertura; síntese, metodologia; significância e retórica.

A partir desses aspectos, é fundamental investigar, por exemplo, quão bem o autor (aluno) justifica o critério de inclusão e exclusão de trabalhos em sua revisão. Pois deve convencer o leitor de que minou minuciosamente a literatura existente e que, intencionalmente, decidiu o que revisar. As estratégias de inclusão e exclusão podem variar de acordo com o objetivo da pesquisa, assim, pode-se restringir ou ampliar mais os trabalhos. Para avaliar se o autor resumiu, analisou e sintetizou a literatura selecionada, é importante observar se o mesmo conseguiu identificar o que já foi produzido na área e o que precisa ser estudado. Se insere o tópico ou o problema com a literatura mais ampla; localiza a pesquisa no contexto histórico da área; adquire ou enriquece seu vocabulário no tema; articula variáveis importantes e fenômenos relevantes ao tópico; sintetiza e alcança uma nova perspectiva da literatura (BOOTE & BEILE, 2005).

Quanto à metodologia, é interessante avaliar como o autor da RL identifica as principais metodologias e técnicas de pesquisa utilizadas na literatura, assim como analisa suas vantagens e desvantagens. É importante que o autor perceba a relação entre as escolhas metodológicas já realizadas e os resultados das pesquisas. Todo esforço deve sempre ter em mente a significância prática e acadêmica do problema de pesquisa. Por fim, a revisão deve ter sido escrita dentro de uma estrutura clara e coerente (BOOTE & BEILE, 2005).

Segundo Cooper (2017), muitas vezes as revisões de literatura são guiadas por critérios não tanto acadêmicos, como familiaridade com a língua, aproximação conceitual com determinada escola de pensamento, facilidade de acesso a determinados trabalhos ou até mesmo um “corporativismo” com algumas instituições ou periódicos. Em razão da falta de transparência ou de adoção de critérios na seleção dos artigos, os resultados alcançados pelas revisões tendem a não poder ser replicados e a apresentar resultados que podem facilmente ser contestados (RANDOLPH, 2009; COOPER, 2017).

Diante dos vários fatores mencionados, por quê, então, se fazer uma revisão de literatura? Hart (1998) elenca algumas razões que corroboram com as motivações da presente pesquisa: a distinção do que já produzido com aquilo que ainda precisa ser; a descoberta de variáveis relevantes ao tema estudado; a identificação das principais metodologias e técnicas de pesquisa já utilizadas e ainda; a possibilidade de síntese e aquisição de uma nova perspectiva (HART, 1998 *apud*

RANDOLPH, 2009)⁵. Especificamente, a revisão de literatura sistemática proporciona mais profundidade e *insight* sobre o tema da pesquisa; faz com que o pesquisador desenvolva, além de pensamento crítico, técnicas e habilidades de *problem-solving* quanto à metodologia e tecnologia da informação e, ainda, a possibilidade de contribuir significativamente para a área de investigação (ARMITAGE & KEEBLE-ALLEN, 2008 *apud* DAIGNEAUT, JACOB & OUIMET, 2014)⁶.

2.2 Tipos de revisão de literatura

Existem diferentes tipos de revisão de literatura que normalmente diferenciam-se quanto aos propósitos e os tipos de dados utilizados. A seguir, apresentamos alguns deles: síntese de pesquisa, revisão sistemática, meta-análise e síntese narrativa.

A síntese de pesquisa (*research syntheses*) tem o objetivo de integrar pesquisas anteriores que possuem descobertas empíricas. Essa integração é realizada através da formulação e conclusões gerais de vários estudos que mesmo separados, possuem hipóteses idênticas ou relacionadas (COOPER, 2017). Como nosso trabalho possui um tema abrangente, pressupõe-se que as hipóteses dos artigos a serem analisados irão diferir bastante, uma vez que esses artigos tratam de tópicos diferentes dentro do tema de cultura, impossibilitando a adoção de tal abordagem. Mesmo não sendo nosso objetivo realizar uma síntese de pesquisa, os passos listados por Cooper (2017) serviram como referência para essa pesquisa.

Partindo de um número amplo de estudos, a revisão de literatura sistemática (*systematic literature review*) busca sintetizar as descobertas de pesquisas anteriores em determinada questão. Assim, a literatura passa a ser dados a serem codificados, analisados e sintetizados para atingir conclusões gerais. Visando a replicabilidade, adota: métodos explícitos, incluindo uma estratégia clara de busca da literatura, assim como critérios de exclusão e inclusão para os estudos selecionados; síntese dos dados e; codificação detalhada e análise das descobertas de todos os estudos (RIDLEY, 2012). Ou seja, o diferencial desse tipo é que essas revisões utilizam os padrões metodológicos usados na pesquisa primária: transparência, rigor, *comprehensiveness* e

⁵ HART, C. **Doing a literature review: Releasing the social science research imagination**. London: Sage, 1998.

⁶ ARMITAGE, A., & KEEBLE-ALLEN, D. Undertaking a structured literature review or structuring a literature review: Tales from the field. **The Electronic Journal of Business Research Methods**, v. 6, 2008, p. 103–114.

reproducibility (BRINER, DENYER & ROSSEAU, 2009; DENYER & TRANFIELDT, 2009; LITTELL, CORCORAN, & PILLAI, 2008 *apud* DAIGNEAUT, JACOB & OUIOMET, 2014).

As sistemáticas normalmente são conduzidas por um grupo de profissionais especializados e costumam ser direcionadas para informação de políticas ou prática no campo de investigação. Por isso, é comum serem comissionadas por um órgão governamental ou serviço público. Iniciam-se entre as décadas de 1970 e 1980, posteriormente, instituições como *Cochrane Collaboration* expandem o uso para diversos campos de investigação (RIDLEY, 2012). Contudo, é possível conduzir individualmente uma revisão sistemática, desde que o pesquisador explique cuidadosamente e justifique porquê utilizá-la. Mais uma vez, cada critério de seleção deve ser claro e operacional (DAIGNEAUT, JACOB & OUIOMET, 2014).

Como um tipo de revisão sistemática, a meta-análise (*meta-analysis*)⁷ é “um procedimento metodológico que sintetiza uma determinada quantidade de conclusões num campo de pesquisa específico” (FIGUEIREDO FILHO et al, 2014, p. 209). Essas conclusões precisam partir de um número de estudos similarmente conduzidos com resultados estatísticos (RIDLEY, 2012). A descrição dos resultados de cada estudo é feita através de um índice numérico ou de tamanho do efeito para assim combinar essas estimativas para obter um resumo (KONSTANTOPOULOS & HEDGES, 2004). Sendo assim, a meta-análise é mais apropriada quando são idênticas, similares ou comparáveis: as questões, o desenho, a mensuração dos resultados e o uso de técnicas estatísticas (RIDLEY, 2012).

Pode-se observar que a meta-análise é frequentemente associada à pesquisa quantitativa. O termo é muito utilizado como sinônimo de síntese de pesquisa, *research review* ou revisão sistemática. No entanto, os autores diferem quanto ao seu uso. Cooper (2017), por exemplo, utiliza a meta-análise para se referir aos procedimentos quantitativos usados para estatisticamente combinar os resultados dos estudos. Como os artigos dessa revisão não possuem resultados semelhantes, dado o caráter abrangente do tema, apresentam de grande heterogeneidade, tornando a análise estatística menos apropriada para essa pesquisa. Dessa forma, uma síntese narrativa pode ser um caminho para o processamento dos dados desses diversos artigos (POPAY et al., 2006 *apud*

⁷ Os trabalhos de Figueiredo Filho (2009), Medeiros, Crantschaninov e Silva (2013) e Paranhos (2014) foram fundamentais para compreensão da meta-análise e como referência das variáveis utilizadas, já que utilizam o método em suas pesquisas.

RIDLEY, 2012)⁸. A meta-análise é também chamada de síntese de pesquisa quantitativa. O que diferencia a meta-análise das outras sínteses de pesquisa é o foco nos resultados de pesquisa e o método como sintetiza os dados, ou seja, através de análise estatística de tamanho de efeito (CARD, 2012).

Por fim, a síntese narrativa (*narrative synthesis*) é uma abordagem utilizada nas revisões sistemáticas para apresentar as “estórias” dos artigos revisados na forma de textos e palavras (POPAY et al., 2006 *apud* RIDLEY, 2012). Card (2012) tece críticas a respeito do que chama de “revisão narrativa”, pois, de acordo com o autor, a forma como o pesquisador avalia a pesquisa relevante sobre o tema é desconhecida, ou, ao menos, não-articulada. Dessa forma, acredita que cria um espaço para a subjetividade nas conclusões.

A disposição de abordagens alternativas para realizar uma revisão de literatura permite fugir-se às críticas normalmente impostas às revisões ditas “tradicionais”, nas quais para muitos autores são realizadas de forma narrativo-literária. Isso significa falta de utilização de critérios objetivos de seleção dos artigos. A realização de uma revisão nesses moldes, ou seja, sem procedimentos sistemáticos, implica em uma baixa confiabilidade das sínteses produzidas. Isso porque quando se seleciona artigos sem critérios explícitos, as impressões do revisor sobre a qualidade dos artigos pode ser o determinante da seleção. Assim, é possível encontrar muitas vezes uma amostra por conveniência, pois o revisor seleciona as unidades amostrais que possuem acesso mais fácil, o que tornaria essa amostra tendenciosa, especialmente quando se busca fazer inferências. Por conseguinte, depara-se com o problema da irreplicabilidade (FIGUEIREDO FILHO et al., 2014).

2.3 Como realizar uma revisão de literatura

Para conduzir uma revisão de literatura, os autores indicam diferentes passos que podem variar de acordo com a pesquisa e, inclusive, o tipo de pesquisa. Veremos a seguir o passo a passo proposto pelos autores Cooper (1984; 2010; 2017) e Ridley (2012). Em cada um dos trabalhos, os autores lidam com tipos de revisão diferentes. Respectivamente: revisão de literatura em geral,

⁸ POPAY, J., ROBERTS, H., SOWDEN, A., PETTICREW, M., ARAI, L., BRITTEN, N., RODGERS, M. e BRITTEN, N. & ROSEN, K. and DUFFY, S. **Guidance on the Conduct of Narrative Synthesis in Systematic Reviews: Final Report**. Swindon: ESRC Methods Programme. 2006.

meta-análise, síntese de pesquisa e revisão sistemática. Dentre esses modelos, o trabalho que trata dos princípios mais gerais é o artigo de Cooper (1984). A seguir explicamos o modelo.

Cooper lista cinco grandes etapas no processo de condução da revisão de literatura: 1) Formulação do problema; 2) Coleta de dados; 3) Avaliação dos dados; 4) Análise de dados e interpretação e; 5) Apresentação (COOPER, 1984 *apud* RANDOLPH, 2009)⁹. Na formulação do problema (1), deve-se determinar as questões que irão guiar a revisão, por exemplo: a) A partir da literatura, qual o efeito da intervenção de X nos resultados de Z e Y?; b) Quais os métodos de pesquisa foram utilizados no passado para investigar fenômeno X?; c) Quais as falhas metodológicas desse método?; d) Quais as teorias centrais utilizadas para explicar fenômeno X?

É importante determinar quais artigos serão inclusos e quais serão excluídos, apresentando critérios explícitos e listados. Na etapa seguinte (2), deve-se elaborar um modelo para selecionar o maior número possível de estudos e documentar como estes foram coletados. É importante para o pesquisador manter quais foram as bases pesquisadas, as palavras-chave e combinações utilizadas, assim como o número de arquivos resultantes de cada busca. O momento de avaliar os dados (3) equivale a criação de um sistema para extrair os dados dos artigos, para depois avaliar a informação contida nesses. Mais um vez, foco e objetivo da revisão irão determinar o tipo de dado a ser extraído. Da mesma forma, é preciso documentar todo o processo. Ao final, ocorre a análise e interpretação dos dados (4), na qual pode-se realizar uma síntese qualitativa, quantitativa ou mista, dependendo do tipo de dado que foi extraído. Após essas etapas, é o momento de apresentação da pesquisa (5) (COOPER, 1984 *apud* RANDOLPH, 2009).

As revisões sistemáticas normalmente envolvem as seguintes etapas: pergunta de pesquisa; identificação das referências; seleção de referências relevantes; avaliação da qualidade do estudo; extração de dados e; síntese dos dados (BRERETON et al., 2007 *apud* DAIGNEAUT, JACOB, & OUIMET, 2014)¹⁰. Poderíamos resumir as etapas ao se realizar uma revisão sistemática da seguinte forma, a partir de Ridley (2012): 1) Criação de um protocolo; 2) Busca da literatura; 3) Critérios de exclusão e inclusão; 4) Extração de dados; 5) Síntese da evidência; 6) Conclusões.

⁹ COOPER, H. M. **The integrative research review: A systematic approach.** *Applied social research methods series* Vol. 2. Beverly Hills, CA: Sage, 1984.

¹⁰ BRERETON, P., KITCHENHAM, B.A., BUDGEN, D., TURNER, M., & KHALIL, M. Lessons from applying the systematic literature review process within the software engineering domain. *Journal of Systems and Software*, v. 80, n.4, p. 571–583, 2007.

Antes de iniciar a revisão é importante que exista um protocolo, que consiste em um plano da revisão que visa demonstrar a transparência e o rigor na condução da revisão. Neste seriam incluídos: título, objetivo, pergunta de pesquisa; contexto e debates; detalhamento de como os arquivos são mantidos; critérios de inclusão e exclusão dos artigos; quais foram as estratégias adotadas para extração dos dados; qual foi a abordagem para sintetiza-los, entre outros. A seguir, encontra-se a busca da literatura, na qual o pesquisador registra detalhadamente as bases de dados utilizadas, as palavras-chave e datas. Ao deparar-se com os diferentes artigos, seleciona quais serão analisados, a partir de critérios que devem ser registrados. Posteriormente, faz-se a leitura dos artigos escolhidos e extração os dados de cada um¹¹. Ao final, chega o momento de conectar os artigos lidos com as perguntas de pesquisa da revisão, sintetizando o que encontrou. Essa síntese poderia ser realizada através: de uma síntese narrativa de dados qualitativos, ou; de uma meta-análise de dados quantitativos. Sendo ainda possível uma abordagem de método mista. Após todas essas etapas, o pesquisador pode realizar as conclusões (RIDLEY, 2012).

Por fim, os passos para condução da meta-análise seguem os mesmos da condução de uma síntese de pesquisa (COOPER, 2010 *apud* FIGUEIREDO FILHO et al., 2014)¹². No quadro abaixo, comparamos esses modelos que mais inspiraram o trabalho.

Quadro 1 - Comparativo sobre as etapas na condução de uma revisão de literatura por tipo de revisão

Revisão de literatura em geral Cooper (1984)	Revisão sistemática Ridley (2012)	Síntese de pesquisa e Meta-análise Cooper (2017) Cooper (2010)
1. Formulação do problema;	1. Criação de um protocolo;	1. Formulação do problema;
2. Coleta de dados;	2. Busca da literatura;	2. Busca na literatura;
3. Avaliação dos dados;	3. Critérios de exclusão e inclusão;	3. Coleta de informação dos estudos;

¹¹ Ridley (2012) afirma que essa etapa pode ser feita utilizando ferramentas como Excel, Word ou NVivo.

¹² COOPER, H. **Research synthesis and meta-analysis: A step-by-step approach**. Thousand Oaks, CA: Sage, 5ª edição, 2010.

4. Análise de dados e interpretação;	4. Extração de dados;	4. Avaliação da qualidade dos estudos;
5. Apresentação.	5. Síntese da evidência;	5. Análise e síntese dos resultados dos estudos;
	6. Conclusões.	6. Interpretação da evidência e;
		7. Apresentação dos resultados.

Fonte: elaboração da autora.

2.4 A nossa revisão de literatura

Frente às informações acerca dos tipos de revisão de literatura, qual seria, então, a proposta dessa pesquisa? O presente trabalho é uma revisão de literatura guiada pelos critérios de seleção e análise inspirados na meta-análise e na síntese de pesquisa, como definidos por Cooper (2017), mas principalmente, no modelo de revisão sistemática como o modelo de análise propriamente dito, voltado para o desenho qualitativo, tendo em vista as características intrínsecas ao tema estudado, cultura. Ridley (2012) prevê que para uma revisão como a nossa (*a stand-alone literature review*) algumas recomendações no processo de condução de uma revisão de literatura sistemática podem ser úteis. A partir disso, conduziremos o trabalho baseado nesse modelo.

A pesquisa busca entender como ‘cultura’ é estudada no Brasil, nas áreas de Ciência Política e Relações Internacionais (CPRI). Para isso, faz-se uma revisão de literatura sobre o tema afim de mapear esses estudos. Com o intuito de fugir da abordagem narrativa-literária, realiza-se uma revisão de literatura baseada em critérios explícitos de seleção dessa bibliografia que trata do tema de cultura. O objetivo é englobar a maior quantidade possível de artigos que estudam o tema, buscando garantir a localização de uma parte considerável da pesquisa relevante a respeito. Os artigos serão, portanto, uma amostra da literatura produzida no Brasil sobre cultura. Por meio da adoção desses critérios, busca-se evitar viés de seleção. De acordo com Figueiredo Filho (2009)

uma das vantagens da meta-análise é tornar a revisão de literatura mais objetiva, possibilitando também comparar os resultados de pesquisas anteriores, tanto em seus aspectos substantivos, quanto procedimentos metodológicos.

As revisões de literatura podem variar quanto a (o): foco, objetivo, perspectiva, cobertura, organização e público. Dessa forma, o pesquisador que deseja fazer uma revisão precisa definir o material de seu interesse (foco), esclarecer quais são as expectativas que espera que o trabalho irá conseguir atingir (objetivos), definir se adotará uma posição neutra ou não na discussão da literatura (perspectiva), assim como o escopo da seleção dos trabalhos a serem analisados (cobertura). Com isso, poderá organizar a revisão de modo a seguir um critério histórico, conceitual ou metodológico (organização). Finalmente, apresenta-la a um público específico, seja este acadêmico ou não (COOPER, 1988).

Dada à taxonomia de Cooper (1988), é possível caracterizar a presente revisão de literatura. No que diz respeito ao foco, essa revisão procura observar além das características dos estudos sobre cultura, os métodos aplicados e as teorias utilizadas¹³. Por método, busca-se identificar variáveis-chave, medidas e métodos de análise, na expectativa de observar quais são as propriedades metodológicas no estudo de cultura. Tal foco permite observar as práticas de pesquisa no decorrer do tempo, por exemplo. Ainda, as teorias podem ser foco da revisão, quando se busca mapear as teorias existentes, como elas dialogam ou até onde foram investigadas (RANDOLPH, 2009). Segundo Cooper (1988), é comum uma revisão de literatura possuir dois ou três focos.

No que consta objetivo, o presente trabalho procura: 1) analisar criticamente as pesquisas realizadas e; 2) generalizar as descobertas dessa literatura¹⁴. Afim de alcançar tais objetivos, busca-se adotar uma perspectiva neutra, fugindo-se de subjetividade e apresentar as diferentes evidências nas interpretações da literatura. Os critérios que foram adotados para a realização da revisão serão detalhados nas seções a seguir e refletem a escolha por tal perspectiva. Como veremos, o intuito em adotar tais critérios foi o de abarcar ao máximo a literatura relevante sobre o tema. Dessa forma, o que Cooper (1988) denomina de cobertura significa até onde o revisor busca sua literatura, ou seja, qual o escopo da seleção dos trabalhos a serem analisados. Em nosso caso, adotamos o que chama de “cobertura exaustiva com citação seletiva”, por meio da qual define-se a população, mas

¹³ Cooper (1988) lista que este pode se dar quanto: 1. Aos resultados, 2. Aos métodos de pesquisa; 3. Às teorias e; 4. Às práticas e aplicações.

¹⁴ Ainda quanto ao objetivo de integração ou síntese das pesquisas anteriormente feitas, o pesquisador pode objetivar: a) resolver um debate no campo, ou; b) construir uma ligação linguística.

de forma a delimitar a quantidade de artigos a serem revisados, tornando a revisão mais gerenciável (RANDOLPH, 2009). Um exemplo fornecido por Randolph (2009) é a escolha apenas de artigos publicados em revistas, mas não documentos de conferência. É o nosso caso.

Em termos de organização, não apresentaremos a pesquisa no formato histórico ou metodológico. Optamos pelo formato conceitual, através do qual agrupamos os trabalhos com ideias semelhantes (COOPER, 1988). Com isso, queremos dizer que o trabalho está organizado, além desse capítulo, em outros três capítulos. São eles: características editoriais (apresentaremos os dados mais descritivos dos artigos), discussão teórica-conceitual (onde analisamos e discutimos os conceitos e teorias utilizados nos artigos) e por fim, a discussão metodológica (visualização da distribuição dos artigos quanto à metodologia).

Finalmente, uma característica clara, mas que faz parte da taxonomia utilizada é a questão do público-alvo. Dados os propósitos e o a estrutura desta revisão (dissertação), enquadrados no que Cooper (1988) chama de público acadêmico especializado¹⁵. Essas características irão influenciar nas etapas da condução da revisão de literatura, assim como na formulação do problema e na coleta e avaliação de dados. Em grande medida, o(s) foco(s) e o(s) objetivo(s) irão ser fundamentais nessas etapas (RANDOLPH, 2009).

Outro ponto a ser definido é a questão de como essa revisão será feita. Como podemos observar, diversas são as etapas sugeridas pelos autores sobre como conduzir uma revisão de literatura. Nota-se que esses passos variam de acordo não apenas com os autores, mas principalmente quanto ao tipo de revisão que se pretende fazer. Todavia, apesar das diferenças, em grande medida, os modelos seguem princípios semelhantes. Em especial, no que concerne ao estabelecimento de critérios. Essa é uma preocupação impressa em todos eles e que provavelmente baseia-se na busca por uma produção científica passível de replicabilidade. Através da reflexão metodológica a partir desses diferentes modelos de revisão de literatura, optamos por selecionar e adequar alguns desses passos ao nosso objeto de estudo. Como nossa proposta apenas especifica o que os modelos comparados já indicam, o modelo adotado no trabalho não é inédito per se, mas consiste numa adaptação guiada pelos objetivos da pergunta de pesquisa. Detalhamos a seguir, cada uma das etapas estabelecidas.

¹⁵ Outros públicos: acadêmico geral, tomadores de decisão e público geral (COOPER, 1988).

2.5 Etapas na condução da revisão

Guiado pelos propósitos da pesquisa e pela reflexão dos modelos estudados¹⁶, o presente trabalho adaptou os passos propostos pela literatura. Consistem, então, nas etapas da nossa pesquisa: 1) Identificação do problema pela literatura inicial sobre o tema; 2) Identificação de variáveis de interesse; 3) Busca dos artigos através de critérios de seleção; 4) Definição e registro de critérios de exclusão e inclusão; 5) Extração dos dados dos artigos, classificando-os de acordo com as variáveis estipuladas; 6) Apresentação dos dados; 7) Análise dos artigos por meio de desenho qualitativo e estatística descritiva; 8) Conclusões.

2.5.1 Etapa 1 – Identificação do problema

Na proposta inicial desse projeto, a pergunta de pesquisa era outra. Buscávamos realizar uma análise cultural sobre a formação da política externa brasileira. O intuito era investigar se e como os elementos culturais influenciavam a formulação da política externa do país. Entretanto, surgiu o questionamento: a partir de onde se estudar cultura dentro da área de Relações Internacionais e Ciência Política? Ou seja, era preciso saber quais eram as teorias que abarcavam o objeto “cultura”; como estudá-lo, se a partir de uma relação de causalidade, por exemplo, e em que isso implicava. A subárea de Análise de Política Externa parecia promissora nesse sentido, já que encontramos publicações a respeito da relação cultura e política externa. Contudo, algo ainda parecia faltar. Esses estudos abordavam diferentes temáticas, desde “cultura estratégica” à “ideias e identidade”. Mais uma vez, questionou-se se a fonte de tais estudos derivava da grande área de CPRI. Quais eram as preocupações teóricas e metodológicas que apoiavam os estudos na área?

Decidiu-se, então, investigar os trabalhos referência na área sobre o tema. Nesse sentido, o trabalho de Keating (2008) foi fundamental, pois mostrava as implicações em se estudar cultura nas ciências sociais, da importância às dificuldades impressas ao tema e, de certa forma, apresentava uma revisão de literatura, a partir de uma visão mais ampla do objeto de estudo. No Brasil, um artigo de Herz publicado em 1987 intitulado “*A dimensão cultural das relações internacionais: proposta teórico-metodológica*” apontava a tendência para os estudos das relações

¹⁶ Randolph (2009), Ogawa e Malen (1991) *apud* Randolph (2009); Creswell (2002) *apud* Boote e Beile (2005).

culturais e defendia que os estudiosos das Relações Internacionais deveriam acompanhar, uma vez que a dimensão cultural consistia em um dos pilares do sistema internacional. O que esses trabalhos tão diferentes tinham em comum era o destaque para o estudo sobre o tema, mostrando a possibilidade de conduzir uma pesquisa relevante na área, desde que fossem levadas em consideração algumas questões importantes. Esses e outros trabalhos foram o ponto de partida para a revisão que propomos e serão apresentados nos capítulos seguintes. Por hora, limitamo-nos a afirmar que existia um debate na academia brasileira sobre cultura que refletia boa parte dessas questões, fossem elas a dificuldade de operacionalizar o conceito ou uma lacuna existente na bibliografia, por exemplo (KEATING, 2008; HERZ, 1987).

Ficava claro por onde a pesquisa se encaminhava. Queríamos saber o que e como o tema era estudado, quais os avanços haviam sido alcançados. A preocupação residia na metodologia e na epistemologia dos estudos. Especificamente no Brasil. O que os pesquisadores de CPRI estudavam sobre cultura? A partir dessa reflexão, decidiu-se fazer um mapeamento desses estudos afim de descrever a produção acadêmica e identificar quais são os principais temas, quais as orientações teóricas que norteiam tais estudos; como esses estudos são realizados, ou seja, quais os métodos utilizados.

Ao explicar sobre as origens do trabalho, procura-se contextualizar o problema de pesquisa, uma vez que precisa estar inserido em um contexto teórico, histórico ou prático significativo (COOPER, 2017). Por isso, buscamos mostrar como o tópico da pesquisa surge e amparado em quais preocupações e objetivos. A realização desta etapa fornece insumos na identificação das variáveis de interesse, etapa seguinte.

2.5.2 Etapa 2 - Identificação de variáveis de interesse

A partir da leitura de parte da literatura sobre o tema e sobre o método¹⁷, foi possível identificar não apenas o problema de pesquisa, mas também que informações buscar ao fazer uma revisão de literatura sobre cultura. Dessa forma, a maioria das variáveis de interesse foram identificadas, ao mesmo tempo em que outras foram surgindo durante a leitura dos artigos. Para

¹⁷ Dissertação de Figueiredo Filho (2009), artigo de Medeiros, Crantschaninov e Silva (2013) e tese de Paranhos (2014). Todos utilizam o método da meta-análise.

fins de organização da pesquisa, as variáveis estão distribuídas nos três capítulos que seguem. No quadro 2, encontram-se listadas e detalhadas quanto aos seus objetivos.

Quadro 2 - Apresentação das variáveis e seus objetivos

Variável	Objetivo
Ano	Observar a trajetória dos estudos no tema. Varia entre 1990 e 2017.
Área de concentração do periódico	Selecionar apenas os diretamente relacionados a Ciência Política e Relações Internacionais. Varia entre: Ciência Política (CP), Relações Internacionais (RI) ou CPRI.
Área temática	Identificar os principais tópicos estudados. Varia entre: tipos de cultura, comportamento, defesa e segurança, temas, teoria, fator cultural, diplomacia cultural, direito, cultura política, patrimônio cultural e política cultural.
Autor	Verificar se há predominância de alguns autores no tema.
Base teórica	Identificar as principais disciplinas que o tema dialoga. Varia entre Antropologia, Ciência Política, Direito, Estudos Culturais, Filosofia, História, Literatura, Relações Internacionais, Sociologia e Multidisciplinar.
Conceito de cultura <i>(Relacionadas: Definição/Autor(a))</i>	Mapear os principais conceitos utilizados.
Conceito relacionado à cultura <i>(Relacionadas: Conceito/Autor(a)/Definição)</i>	Identificar tópicos específicos sobre o tema, quando não estudados a partir da perspectiva geral de cultura.
Enfoque da pesquisa	Observar a proporção de artigos de desenho qualitativo e quantitativo. Varia entre qualitativo, quantitativo e misto.
Idioma	Observar se os artigos sobre o tema, mesmo que brasileiros, são publicados exclusivamente em português. Varia entre: inglês, espanhol e português.

Instituição do periódico	Verificar se alguma instituição à qual o periódico é vinculado se interessa mais ou menos pelo tema.
Instituição do autor(a)	Verificar a relação entre a instituição a qual o autor é vinculado e o método ou tema utilizado.
Nível de análise	Verificar sua relação com a unidade de análise. Varia entre: micro ou macro.
Número de páginas	Observar uma média de tamanho entre os artigos.
Outro conceito (<i>Relacionadas:</i> <i>Conceito/Autor(a)</i>)	Identificar conceitos atrelados ao tema, que não necessariamente são relacionados diretamente à cultura.
Países analisados (<i>Relacionadas: Cita outros países? Quais?</i>)	Verificar a predominância dos casos (países) estudados ou citados.
Palavras-chave	Identificar possíveis temas que estão na agenda de pesquisa. Testar a hipótese de Keating (2008) sobre se os trabalhos tendem ou não a utilizar termos similares para tratar de ‘cultura’.
Procedimento metodológico	Identificar as principais metodologias utilizadas no tema.
Qualis	Observar se os dados indicam alguma relação entre <i>Qualis</i> e métodos e área de concentração do periódico.
Tabela(s), quadro(s), gráfico(s) ou figura(s)?	Detectar se o uso desses recursos é frequente ou não nos artigos sobre o tema.
Teórico/Empírico	Observar a diferença na proporção dos artigos de natureza mais teórica ou mais empírica.
Unidade de análise	Verificar sua relação com o nível de análise. Varia entre: indivíduo, Estado, grupo, obras, teoria, instituição, subnacional, movimento social, objeto e organização internacional.

Fonte: elaboração da autora.

2.5.3 Etapa 3 - Busca dos artigos através de critérios de seleção

Para analisar a produção bibliográfica foram selecionados artigos sobre cultura em periódicos de CPRI dentro do período entre 1990 e 2017, encontrados na Scielo e *sites* próprios de determinados periódicos¹⁸. Partindo do pressuposto de que uma revisão de literatura sistemática demanda o estabelecimento de critérios bem explicitados, a seguir, listamos os critérios utilizados para seleção dos artigos.

Critério 1: Área de avaliação Capes Ciência Política e Relações Internacionais

O trabalho parte dos periódicos listados pela Plataforma Sucupira na área de Ciência Política e Relações Internacionais. A escolha da plataforma se dá porque é uma ferramenta que reúne as revistas no campo de pesquisa estudado, permitindo a facilidade de acesso a essas informações. Além disso, é a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e utilizada pela comunidade acadêmica¹⁹.

A Plataforma Sucupira (CAPES) em sua última classificação de periódicos (quadriênio 2013-2016) abarca na área de CPRI um total de 484²⁰ periódicos (brasileiros e estrangeiros) de *Qualis* A1, A2, B1 e B2. Orientados pela pergunta de pesquisa, o trabalho considera apenas os periódicos brasileiros, em um total de 203. A partir desses 203 periódicos, encontrou-se 587 arquivos que possuíam em seu título a palavra “cultura” (entre 1990 e 2017). Dada a grande quantidade de artigos encontrados e a dispersão desses artigos nas mais diferentes áreas, decidiu-se filtrar ainda mais os critérios de seleção para que selecionasse de fato a bibliografia mais relevante a respeito do tema.

Após o uso de todos os critérios que serão expostos mais adiante, é possível observar como os periódicos estão vinculados às suas respectivas instituições. As instituições, principalmente as universidades, desempenham papel fundamental na formação do pesquisador, por conseguinte, na

¹⁸[http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/](http://contextointernacional.iri.puc-rio.br;); [https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/](https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta;);
[http://www.dialogos.uem.br/index.php?journal=ojs&page=search&op=results/](http://www.dialogos.uem.br/index.php?journal=ojs&page=search&op=results;); [http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/search/results/](http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/search/results;);
[http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana;); <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/>;
<http://www.revistas.usp.br/rcf/>; <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/index/>;
<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/index/>; <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/search/>;
<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/>; <http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/search/>;
<https://www.revistas.ufg.br/fchf/search>.

¹⁹ Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>>. Acessado em 15/09/2017.

²⁰ Excluídos os periódicos repetidos na lista. Esse número abarca os periódicos brasileiros nas edições online e impressa, assim cada versão conta com um ISSN diferente e, portanto, é considerada um periódico.

realização das pesquisas. Na presente revisão, incluímos como instituição universidades, centros de pesquisa, como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), associações, como a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) e a Biblioteca do Senado Federal (BSF).

Critério 2: Qualis A1 – B2

Sabemos que o *Qualis-Periódicos* (CAPES) é destinado para a avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil. Como alertado por Barata (2005), qualquer utilização dessa ferramenta para outros fins, pode se mostrar inadequada quanto à classificação da qualidade de periódicos científicos. Além disso, não é uma classificação absoluta, estando sempre sujeita a revisão. No entanto, a adoção dessa ferramenta no presente trabalho ocorre em razão: a) da qualificação que realiza sobre a produção bibliográfica, sendo assim, entende-se que periódicos melhor conceituados passaram por critérios mais rigorosos de seleção; b) outros estudos que realizaram uma revisão sistemática de literatura também terem adotado o critério²¹. Nesse trabalho, apesar do objetivo primário não consistir em avaliar qualidade, mas as características da produção sobre o tema, *Qualis* se torna além de um ponto de partida para listar os periódicos que são referência na área de Ciência Política e Relações internacionais. É também uma variável de análise. Abarcamos um número considerável de revistas brasileiras na área (A1-B2), sendo talvez difícil encontrar um que não esteja listado no *Qualis-Periódicos*.

Se verificarmos a distribuição do número de artigos de acordo com as revistas (tabela 1), observamos que os periódicos de *Qualis* B2 apresentam o maior número de publicações. O que não significa necessariamente que mais revistas B2 publicam o tema. É possível existir um periódico que difira muito na proporção de artigos e isso tenha elevado a quantidade de artigos B2.

Tabela 1 - Frequência de artigos por *Qualis*/CAPES

<i>Qualis</i>	Número de artigos publicados
A1	49
A2	28

²¹ Paranhos (2014); Medeiros et al. (2013); Figueiredo Filho et al. (2014).

B1	4
B2	102

Fonte: elaboração da autora.

Critério 3: Periódicos brasileiros

Selecionou-se apenas os periódicos pertencentes a instituições brasileiras, afim de centralizar a produção nacional, mesmo sabendo que pesquisadores do Brasil publicam em periódicos internacionais. Contudo, parte-se do pressuposto de que grande parte da produção acadêmica se encontra em língua portuguesa e dentro dessas instituições. A seguir, vemos os idiomas utilizados nos artigos publicados (tabela 2).

Tabela 2 - Idioma de publicação dos artigos

Idioma	Número de artigos publicados
Espanhol	2
Inglês	2
Português	179

Fonte: elaboração da autora.

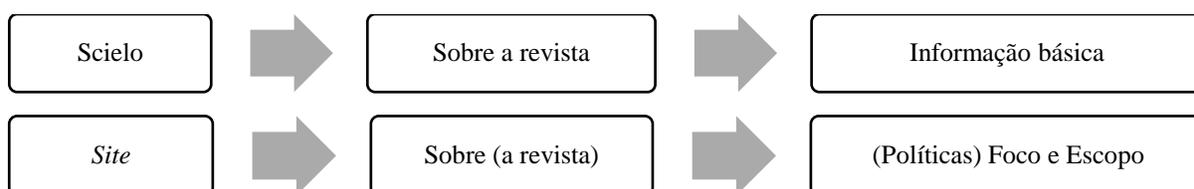
Como esperado, a grande maioria dos artigos é publicada em português, uma vez que se considerou apenas os periódicos brasileiros. Contudo, existe uma tendência cada vez maior das revistas nacionais alterarem seu idioma principal para um estrangeiro, notadamente o inglês. Possivelmente, isso ocorra em razão da necessidade de criar um diálogo com o que é produzido internacional no campo de pesquisa em geral.

Neste sentido, seria interessante confrontar o que é a academia brasileira na área produz sobre cultura com as principais questões e debates colocados pela literatura internacional, do ponto de vista especialmente teórico e metodológico. Ao constatarmos a existência de poucos trabalhos em outro idioma, podemos questionar até que ponto existe o diálogo entre o que é produzido no Brasil e no exterior, uma vez que o idioma é um fator limitador.

Critério 4: Área de concentração do periódico: Ciência Política ou Relações Internacionais

A plataforma Sucupira lista todos periódicos em que pesquisadores dos programas de pós-graduação na área publicaram. Assim, dada a interdisciplinaridade dos estudos, é possível que pesquisadores da área de CPRI tenham publicado em revistas de áreas como Antropologia, Psicologia, Direito, Sociologia, Administração, Economia, Enfermagem, entre outras. Com isso, têm-se um leque muito amplo de estudos que, apesar de atender aos critérios de seleção, não constituem o cerne da pesquisa que é a identificação da literatura relevante no tema de cultura em CPRI. Assim, era necessário restringir as áreas de concentração desses periódicos para evitar que trabalhos pouco relevantes para a pesquisa fossem inseridos. Antes dessa filtragem, possuíamos um total de 203 periódicos brasileiros e 587 artigos. Com a adoção desse critério, reduzimos o número para 31 periódicos e 221 artigos. Após leitura dos artigos, esses números caem para 25 e 183, respectivamente. Afim de identificar a área, realizou-se o seguinte procedimento:

Figura 1 - Etapas para seleção dos periódicos apenas em CPRI



Fonte: elaboração da autora.

Mesmo que em algumas revistas ficasse muito claro o campo, já que normalmente acompanham o nome, verificou-se em cada *site* a área na qual o mesmo se identifica ou denomina. Para fins desse estudo, só foram analisadas as revistas que em sua definição, se identificavam explicitamente com as áreas de Ciência Política e Relações Internacionais, mesmo que não exclusivamente²².

Os periódicos brasileiros consistem: Opinião Pública, Revista Brasileira de Política Internacional, Revista de Sociologia e Política, *Brazilian Political Science Review*, Lua Nova,

²² Por exemplo: no caso da Revista “Lua Nova”, no *site* da revista está exposto que a mesma é tida como A1 nas áreas de Sociologia e Direito e A2 em Ciência Política e Relações Internacionais, História e Interdisciplinar. Ainda, se a revista se classificava como Sociologia e Política, por exemplo, essa estava inclusa, já que se subentende que trata de Ciência Política, mas se essa se denominava de Sociologia Política, era excluída, pois entende-se que a área é Sociologia, não CP. Se os periódicos não citavam as áreas específicas de CP ou RI, considerava-se a área geral fornecida pelo próprio periódico.

Novos Estudos CEBRAP, Revista Contexto Internacional, Carta Internacional, Revista Brasileira de Ciência Política, Revista da Escola de Guerra Naval, Austral – *Brazilian Journal of Strategy and International Relations*, *Brazilian Journal of International Relations*, Conjuntura Austral, Conjuntura Internacional, Estudos Internacionais, Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares, Meridiano 47, Monções – Revista de Relações Internacionais da UFGD, Mural Internacional, Revista Política Hoje, Revista Brasileira de Estudos Estratégicos²³, Revista Compolítica, Revista de Estudos Internacionais, Revista Debates, Revista Eletrônica Direito e Política²⁴, Revista Estudos de Política²⁵, Revista Estudos Políticos²⁶, Revista Sul-Americana de Ciência Política, Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política, Revista de Informação Legislativa²⁷. Contudo, alguns periódicos não publicaram sobre o tema (quadro 3) e, portanto, foram excluídos do banco de dados, permanecendo um total de 25 periódicos no banco de dados final.

Quadro 3 - Periódicos que não publicaram sobre o tema

Periódico	Qualis	Instituição associado
<i>Brazilian Journal of International Relations</i>	B2	Unesp
<i>Brazilian Political Science Review</i>	A2	ABCP
Carta Internacional	B1	ABRI
Conjuntura Internacional	B2	PUC Minas
Estudos Internacionais	B2	PUC Minas
Revista Estudos de Política	B2	UFCG

Fonte: elaboração da autora.

No quadro 3, podemos ver a lista desses periódicos e seus respectivos *Qualis* e instituições nas quais estão associados. É interessante observar que a maioria corresponde a *Qualis* B2 e,

²³ A busca foi realizada através dos comandos de busca (Ctrl F) juntamente com os termos.

²⁴ Um artigo não estava disponível no *site*, por isso foi excluído. (“*Liberdade religiosa o estado laico: a relação entre religião, estado, política e cultura na contemporaneidade*”).

²⁵ O ISSN (2316-4743) da revista disponível em seu *site* difere do ISSN (2177-2851) listado na plataforma Sucupira.

²⁶ Como o *site* diferia do padrão dos demais, a busca pelos artigos foi feita individualmente em cada edição listada do Nº 0 (2010/01) ao Nº 6 (2013/01) e os vol. 5 e 6.

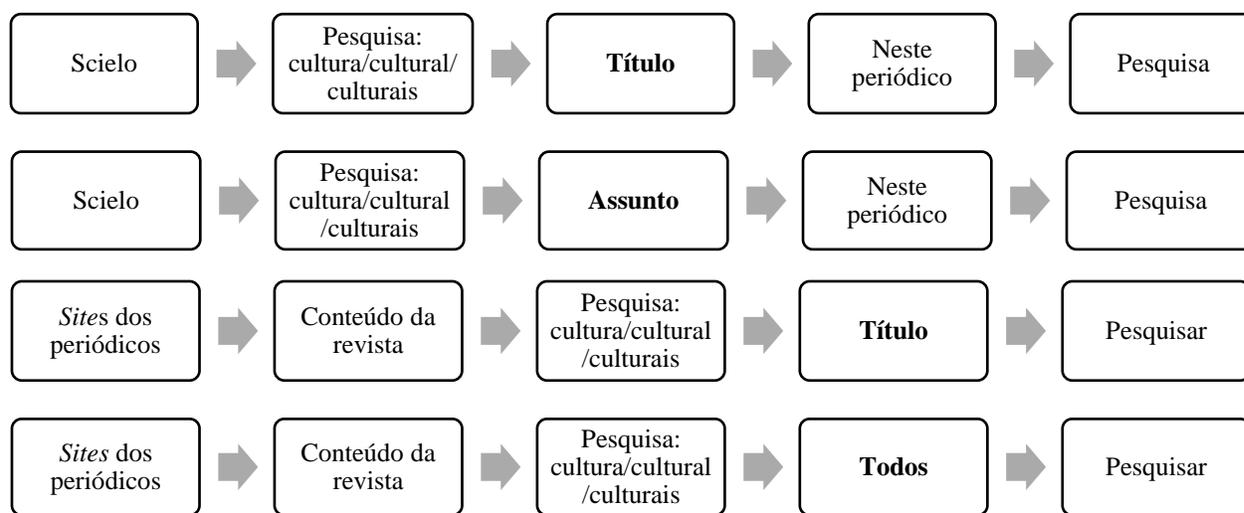
²⁷ Busca individual em cada edição da revista, a partir de 1990. Alguns artigos não possuem palavras-chave (até o v. 52 (2015), nº 7 e do vol. 54 (2017), nº 2013), por isso estes só foram pesquisados através do critério ‘título’. Foi excluído arquivo que não parecia artigo.

principalmente, que quase todas as revistas são específicas da área de concentração de Relações Internacionais²⁸. Esse dado leva ao questionamento do interesse da disciplina no tema, já que entre os 31 periódicos selecionados para essa revisão de literatura, 19 correspondem as RI, mas, ao mesmo tempo, 5 destes (quadro 3) não publicaram nenhum artigo sobre o tema, levando ao total de 14 periódicos com interesse específico na área.

Critério 5: Termo (“cultura”; “cultural”; “culturais”) em Título ou Palavras-chave

Tendo em vista as dificuldades em se identificar todos os artigos na área que tratassem do tema, delimitou-se o critério da presença dos termos “cultura”, “cultural” e “culturais” nos títulos ou palavras-chave dos artigos, na expectativa de diminuir a possibilidade de um artigo que tratasse do tema fosse excluído da pesquisa. Assim, buscamos detectar o maior número de artigos que tratassem do tema de maneira mais objetiva. Acreditamos que dificilmente um artigo sobre cultura não possua a palavra em seu título ou em suas palavras-chave. A seguir, mostramos como foi realizada a busca com o termo “cultura” (o mesmo procedimento foi adotado para os demais)²⁹:

Figura 2 - Etapas para seleção dos artigos sobre cultura



Fonte: elaboração da autora.

²⁸ Com exceção da Revista Estudos de Política.

²⁹ Como pode ser observado, as plataformas de busca (Scielo e sites dos próprios periódicos) não possuíam o filtro ‘palavras-chave’, sendo então necessário procurar individualmente nos artigos listados pelo site sobre o tema.

Durante a escolha dos critérios de busca da literatura, inicialmente havia-se determinado apenas os artigos que contassem com o termo “cultura”, “cultural” ou “culturais” em seu título. Tendo em vista a impossibilidade em abarcar todos os artigos sobre o tema, esperava-se conseguir uma quantidade considerável, mais uma vez, que fosse representante da literatura. A tabela abaixo corrobora essa expectativa. Pelo critério título, foram coletados 138 artigos. Por palavras-chave 83. Após leitura dos artigos, como já visto, esse número foi reduzido para 122 e 61, respectivamente. Quando comparados os critérios, observa-se que título foi mais eficiente. Possivelmente os artigos que possuem a palavra no título, a possuem em suas palavras-chave.

Tabela 3 - Frequência dos artigos a partir dos critérios de busca

Critério	Número de artigos publicados	Número de artigos publicados após leitura
Título	138	122
Palavras-chave	83	61
Total	221	183

Fonte: elaboração da autora.

Critério 6: Artigos³⁰

Concorda-se com Figueiredo Filho et al. (2009) que as publicações em formato de artigo tendem a ser mais influentes do que outros formatos. Dessa forma, justificamos a escolha por esse tipo de trabalho. Além disso, dadas as limitações de tempo e recursos, opta-se pelos artigos disponíveis *online*, em razão da impossibilidade de aquisição de todo material existente sobre o tema.

Critério 7: Entre 1990 – 2017

Delimitamos esse marco temporal porque a partir dos anos 1990 existiu o que Keating (2008) chama de “espécie de redescobrimto da cultura”, momento em que novos estudos sobre o tema foram realizados em diversas áreas das ciências sociais, como na Sociologia, movimento conhecido como a ‘*culturalist turn*’. De acordo com o autor, nesse período a Ciência Política também retoma

³⁰ Os artigos foram coletados entre 13/07/2017 e 11/08/2017.

os estudos, contudo, usando outros rótulos afim de fugir das críticas anteriormente feitas. Nas Relações Internacionais os estudos sobre cultura são centrados especificamente centrados na relação entre ideias e comportamento. A busca por entender fenômenos como fragmentação e integração de comunidades, conflitos étnicos e nacionais, cooperação internacional acaba trazendo o tema de volta à pesquisa. Assim, encontramos a influência de novas perspectivas sobre os conceitos de cultura e identidade, questionando a estabilidade e previsibilidade dos conceitos (HERZ, 1997).

2.5.4 Etapa 4 - Definição e registro de critérios de exclusão e inclusão

Após a busca dos artigos através de critérios de seleção, foram definidos os artigos que estariam ou não no banco de dados. Essa etapa foi fundamental para a seleção da bibliografia mais relevante. A escolha dos excluídos e incluídos levou em consideração a maior probabilidade de abarcar essa literatura. Assim, considerou-se: 1) o formato da publicação (artigos); 2) os termos que automaticamente entravam na busca, mas que fugiam totalmente ao tema e; 3) aqueles periódicos que não atendiam a todos os critérios. A seguir expomos os critérios de inclusão e exclusão dos artigos³¹.

Quadro 4 - Critérios para a inclusão e exclusão de artigos

Incluídos	Excluídos
Publicações apenas no formato de artigo.	Publicações classificadas pelo próprio texto ou pelo Scielo no formato de: apresentação de mesa, conferência, entrevista, resenha, nota de pesquisa, ensaio, comentário, palestra, depoimento, aula inaugural, editorial.
Artigos em inglês ou espanhol que eram listados quando na busca, automaticamente, junto aos demais em português.	Artigos do periódico <i>Política Externa</i> , pois os artigos não se encontravam disponíveis.
Artigos incluídos em dossiês.	Artigos com o termo “agricultura”.

³¹ A lista dos artigos excluídos encontra-se no Apêndice 1.

	A <i>Revista da Escola Superior de Guerra</i> não foi incluída porque não apresentava a descrição de sua linha de pesquisa no <i>site</i> .
--	---

Fonte: elaboração da autora.

2.5.5 Etapa 5 - Extração dos dados dos artigos

Definidas as variáveis de interesse da pesquisa, iniciou-se a construção do banco de dados. Afim de preencher esse banco de dados, foi realizada a leitura dos artigos em busca das informações estipuladas nas variáveis. Todavia, o recolhimento dos dados precisa ser realizado de modo padrão em todos os artigos. Para estabelecer essa padronização e assim, atingir o pressuposto da replicabilidade na pesquisa científica, estabelecemos critérios de análise, através dos quais realizamos a leitura dos artigos.

No entanto, essa definição de critérios não se deu de forma rápida ou foi completamente estabelecida antes da leitura dos artigos. Foi ao longo da leitura que nos deparamos com alguns obstáculos que confrontavam determinado critério e assim, era preciso realizar escolhas, complementar ou, eventualmente, refazer o critério de análise. Com isso, ressaltamos a importância dessa técnica para esse tipo de revisão de literatura, uma vez que ao afastar subjetividade, facilita a análise do pesquisador. A seguir, apresentamos como os dados dos artigos foram extraídos.

Quadro 5 - Critérios para extração dos dados³²

Variável	Critérios de Análise
Ano	Foi considerado o ano de publicação do artigo.
Área de concentração do periódico	Foram consideradas as disciplinas citadas no <i>site</i> da própria revista ou Scielo.
Área temática	Foram classificadas observando os seguintes elementos, em ordem de prioridade: 1. título; 2. palavras-chaves e; 3. avaliação da autora.

³² Não estão inclusas variáveis autoexplicativas como palavras-chaves.

Base teórica	Foi considerada a disciplina que fornecia a base teórica do artigo. Normalmente, era a linha teórica primeiramente citada no início do texto. No caso de citar mais de uma abordagem teórica, priorizou-se a primeira abordagem utilizada. Quando classificada como “Não identificada”, não significa dizer que o artigo não utiliza de referencial teórico, apenas que, ou não destaca a perspectiva teórica, ou que esta é tão difusa ao longo do texto, que não é possível identificar à primeira leitura.
Conceito de cultura <i>(Relacionadas: Definição/Autor(a))</i>	Foi considerada apenas a definição explícita do conceito. Poderia ser através de citação direta ou não.
Conceito relacionado à cultura <i>(Relacionadas: Conceito/Autor(a)/Definição)</i>	Foi considerado o conceito relacionado à cultura utilizado no artigo. No caso de mais de um conceito, priorizou-se aquele que apresentava definição ou que havia sido primeiro citado.
Enfoque da pesquisa	Foi considerado o tipo de metodologia utilizada. Foram classificados nessa categoria apenas os artigos que apresentavam procedimento metodológico explícito.
Instituição do periódico	Foi considerada a instituição responsável pelo periódico. Incluía universidades, centros e associações.
Instituição do autor(a)	Foi considerada a instituição em que o autor estava vinculado. A informação foi retirada do próprio artigo. Se o autor (a) tivesse vínculo com mais de uma instituição, selecionou-se a de mais recente vínculo. Se do autor(a) não estivesse vinculado a uma, permaneceu aquela de sua última formação.
Número de páginas	Foi considerado o número de páginas do artigo (em arquivo) no formato digital.
Outro conceito <i>(Relacionadas: Conceito/Autor(a))</i>	Foi considerado apenas o conceito mencionado e definido. Quando na presença de vários conceitos, optou-se pelo primeiro mencionado e definido. Quando utilizado mais de um outro

	conceito, priorizou-se àquele que foi entendido como o mais importante para o artigo.
Países analisados (<i>Relacionadas: Quais?</i>)	Foram considerados apenas os artigos que estudavam países como casos. Quando se tratava de dois países, ambos foram inseridos nessa variável.
Procedimento metodológico	Foi considerado apenas o procedimento explícito no texto. Inclusos quaisquer tipos, como: lógica, método, técnica, instrumento, modelo, teste, etc.
Qualis	Foi classificado a partir da última classificação de periódicos (quadriênio 2013-2016) da Plataforma Sucupira (Capes).
Tabela(s), quadro(s), gráfico(s) ou figura(s)?	Foram considerados aqueles de elaboração própria ou de terceiros.
Teórico/Empírico	Foi classificado a partir da predominância da teoria ou do caso estudado.

Fonte: elaboração da autora.

2.5.6 Etapa 6 - Apresentação dos dados

Com o banco de dados preenchido, é interessante apresentar as informações recolhidas por meio de gráficos e tabelas. Neste trabalho, os gráficos apresentados foram gerados a partir do software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) 20.0 e do Microsoft Excel 2016. Assim, é possível uma melhor visualização e comparação dos resultados. Especialmente nessa revisão de literatura, dado o tamanho do banco de dados (183 artigos), os recursos gráficos nos ajudam na tarefa. Veremos os dados apresentados nos próximos capítulos.

2.5.7 Etapa 7 - Análise dos artigos

Após os dados dos artigos serem recolhidos e apresentados, é chegada a vez de interpretar o que essas informações indicam, ou seja, esse é momento de olhar criticamente para dados e refletir suas possíveis implicações. Para isso, é fundamental contar com a literatura já produzida sobre o tema afim que se possa problematizar as questões derivadas desses dados. Da mesma forma, entendemos que preciso reconhecer as limitações dos mesmos, em razão das escolhas metodológicas realizadas. Nessa pesquisa, veremos a análise ser construída ao longo dos capítulos. Contaremos com o apoio principalmente dos trabalhos de Julie Reeves (2004) e Michael Keating (2008) que, como já dissemos, foram pontos de partida para toda a pesquisa. Além disso, veremos que, em grande medida, as etapas de “apresentação dos dados” e “análise dos artigos” se complementam, de modo a acompanhar uma a outra.

2.5.8 Etapa 8 - Conclusões

Ao final da pesquisa, espera-se mapear como esses estudos, que representam a produção acadêmica brasileira mais relevante sobre cultura em CPRI estão dispostos, como se caracterizam e quais são seus potenciais desafios. Em outras palavras, a revisão de literatura é parte integrante da pergunta de pesquisa, sendo não apenas método, mas objeto dessa dissertação.

2.6 Resumo do capítulo

Ao final desse capítulo, espera-se destacar a preocupação metodológica do trabalho. Como dito inicialmente, o intuito era detalhar como a pesquisa foi realizada, sob quais critérios e, principalmente, qual metodologia guiou essa revisão de literatura. Mostrou-se como a revisão de literatura é um caminho para estudos que buscam mapear a produção acadêmica, permitindo o entendimento de como esta se organiza e se encontra na área. Com isso, é possível visualizar os avanços e possíveis dificuldades de determinado campo de estudo.

Diante da diversidade de revisões de literatura, apresentou-se o principal modelo de referência para a condução da nossa pesquisa: a chamada revisão de literatura sistemática. Assim como os outros tipos, a revisão sistemática, a partir de Ridley (2012), propõe etapas para sua realização. Em grande medida, essas etapas variam consideravelmente entre os autores. Quando comparadas as propostas dos modelos, foi possível identificar algumas semelhanças. Após essa reflexão, formulamos nosso próprio passo a passo, visando o objetivo da pesquisa: entender como se caracterizam os estudos sobre cultura em CPRI.

Assim, a outra parte do capítulo foi dedicada para explicação das etapas estabelecidas. Discorreu-se rapidamente sobre a trajetória do projeto de pesquisa; em seguida, os critérios de seleção e exclusão dos artigos selecionados. Foram expostas as variáveis e seus respectivos objetivos, apresentou-se os critérios de análise para extração dos dados. Ainda, visualizamos alguns deles: periódicos, ano, idioma, critério e *Qualis*.

Por meio desses passos, uma quantidade superior de artigos foi encontrada, através do critério “título”. Se por um lado, a concentração de artigos por revista encontra-se em duas revistas A1 e A2, por outro lado, a maior parte dos artigos na área sobre o tema é de *Qualis* B2. Além disso, a pesquisa constatou que a maioria dos artigos são publicados em português; o que talvez dificulte maior diálogo com a produção internacional sobre cultura. No próximo capítulo, veremos mais detalhes sobre como se caracterizam os artigos no tema, em termos editoriais.

3 EXPLORANDO A SELVA EDITORIAL

Ao escolher fazer uma revisão de literatura, busca-se mapear os estudos sobre cultura, de modo a identificar potenciais variáveis explicativas para as escolhas - teórica-conceitual e metodológica - dessas pesquisas. Procura-se não só as características dos artigos, mas também compreender como CPRI debate cultura no Brasil. Com isso em mente, é preciso primeiro ter uma visão mais ampla sobre como essa literatura está disposta no período entre 1990 e 2017. Esse é o objetivo do capítulo.

O capítulo é motivado pela reflexão de Fonseca Jr. (1998) quando discute um possível pensamento brasileiro em relações internacionais quanto à identidade nacional. Para o autor, falar de um pensamento sobre determinado aspecto da sociedade necessita pelo menos de três elementos: a) pensadores; b) instituições e; c) debate público. De certa forma, o trabalho procura identificar se existe ou não um pensamento brasileiro em CPRI sobre cultura. Partindo dessa ideia, seria fundamental descobrir nessa revisão de literatura: a) quais autores estão à frente do tema; b) a quais instituições esses artigos e autores estão vinculados e; c) como estão dispostos esses periódicos - especialmente quanto à classificação *Qualis/CAPES* - que é onde ocorre boa parte do debate³³. A seguir, apresentamos algumas características editoriais, como variáveis relacionadas a autores, periódicos e instituições.

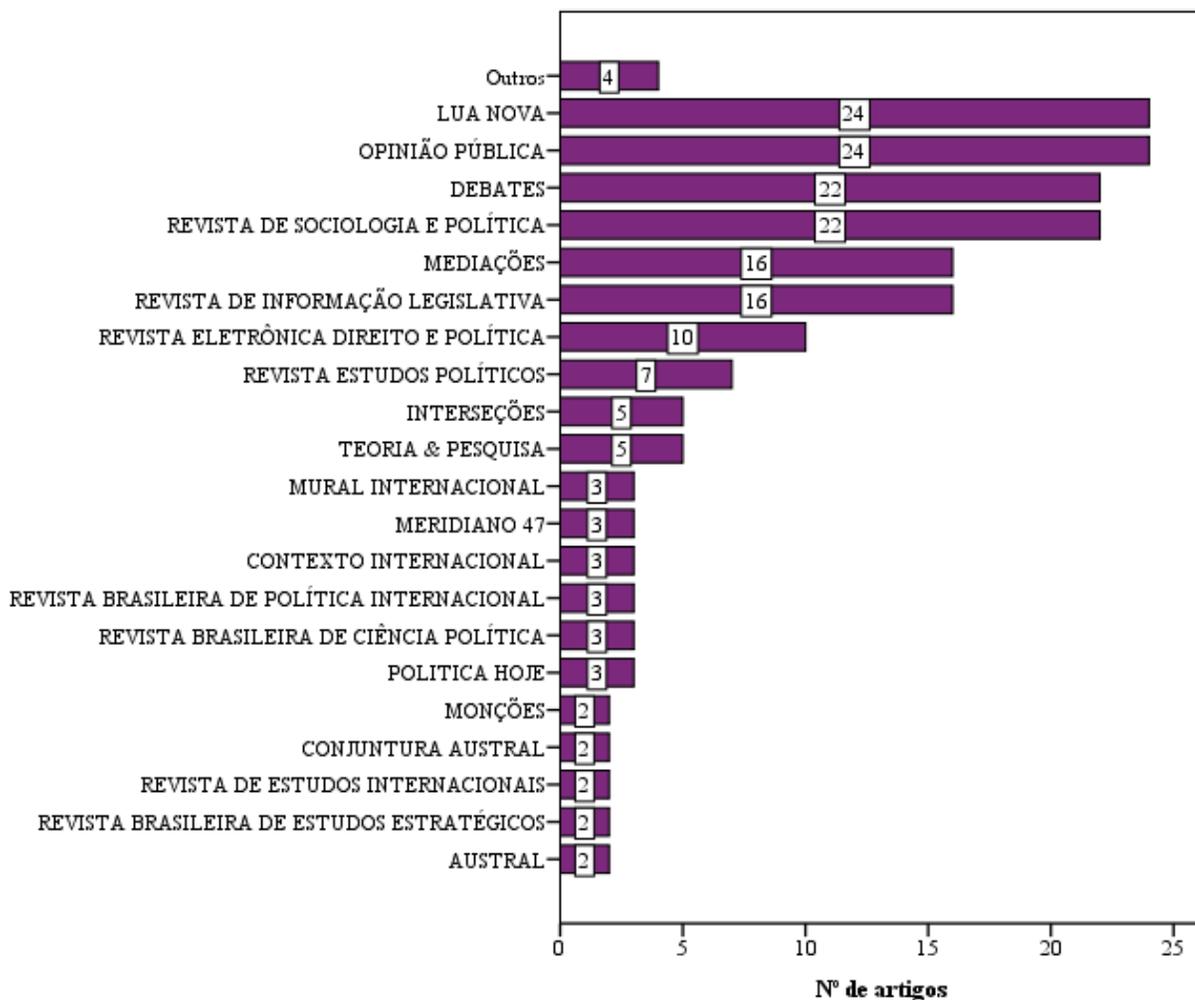
A seção está dividida em três partes. Inicia com variáveis mais amplas e finaliza com variáveis mais específicas quanto aos artigos. Na primeira parte, veremos os dados referentes aos periódicos. Em seguida, identifica-se quais autores se destacam no tema e as instituições nas quais estão vinculados. Na terceira parte, tratamos de questões mais específicas dos artigos. Assim, veremos as áreas temáticas e identificamos a predominância de palavras-chaves.

3.1 Os periódicos: instituição do periódico, área de concentração e *Qualis*

Com o banco de dados finalizado, podemos observar a frequência de artigos publicados sobre o tema - a partir dos critérios de busca estabelecidos.

³³ A mesma justificava da escolha dos trabalhos em formato de artigo se encaixa nesse entendimento.

Gráfico 1 - Frequência dos artigos por periódico



Fonte: elaboração da autora.

No gráfico 1, entre os 25 periódicos, 6 foram os que mais publicam sobre cultura: Lua Nova, Opinião Pública, Debates, Revista de Sociologia e Política, Revista Mediações e a Revista de Informação Legislativa. Os outros 19 periódicos publicaram menos de 10 artigos entre 1990 e 2017, com exceção da Revista Eletrônica Direito e Política (10), um número pequeno, considerando o período temporal. A barra que indica “outros” corresponde àqueles periódicos que publicaram menos de 1% dos artigos, por isso foram agrupados. São eles: Novos Estudos CEBRAP, Revista Sul-Americana de Ciência Política, Revista da Escola de Guerra Naval e Revista Compólitica.

Esses 6 periódicos somam um total de 124 artigos, ou seja, correspondem a 67,8% da produção sobre o tema. Com isso, nota-se que boa parte do debate em cultura concentra-se nessas

revistas. O volume de publicação indica que o tema é de interesse das revistas. Contudo, isso não significa diversidade entre os artigos. Artigos da mesma revista podem compartilhar abordagem teórica ao utilizar epistemologias e, principalmente, metodologias semelhantes. A exemplo da Opinião Pública. Observamos que, em grande medida, as publicações dizem respeito à “cultura política”, especificamente, e não a outras temáticas e abordagens como “política cultural”, o que limita uma possível variabilidade nos estudos. A tabela abaixo representa o argumento.

Tabela 4 - Periódicos que mais publicaram artigos e suas áreas temáticas

	Periódico						Total
	Lua Nova	Mediações	Opinião Pública	Rev. de Informação Legislativa	Rev. de Sociologia e Política	Debates	
comportamento	2	3	1	0	1	0	7
cultura política	5	6	23	0	10	19	63
diplomacia cultural	0	0	0	0	0	0	0
direito	0	0	0	6	0	0	6
fator cultural	4	0	0	0	5	1	10
Área Temática							
patrimônio cultural	0	0	0	3	0	0	3
política cultural	0	0	0	3	1	0	4
segurança e defesa	0	0	0	0	0	0	0
temas	3	2	0	3	1	1	10
teoria	9	2	0	1	0	0	12
tipos de cultura	1	3	0	0	4	1	9
Total	24	16	24	16	22	22	124

Fonte: elaboração da autora.

Na Opinião Pública a proporção entre áreas temáticas dos artigos é de 23 para 1. O mesmo acontece com a Revista Debates. Dos 22 artigos publicados, 19 são sobre “cultura política”. Já as

revistas Lua Nova, Mediações e a Revista de Informação Legislativa apresentam maior variedade entre os temas, percorrendo sobre 5 ou 6. Talvez o periódico que transite entre a “concentração de publicações sobre determinada temática” e apresente ao mesmo tempo variedade é a Revista de Sociologia e Política. Dos 22 artigos, apesar de 10 consistirem em “cultura política”, 5 são sobre o que chamamos de “fator cultural”, 4 sobre “tipos de cultura”, e 1 sobre “comportamento”, “política cultural” e “temas”. Ao final do capítulo, veremos com mais detalhes o que cada área temática representa.

Afim de verificar a existência ou não de um padrão nas publicações desses periódicos quanto à apresentação de metodologia explícita, elaboramos a tabela cruzada abaixo.

Tabela 5 - Periódicos que mais publicaram artigos e frequência de uso de metodologia

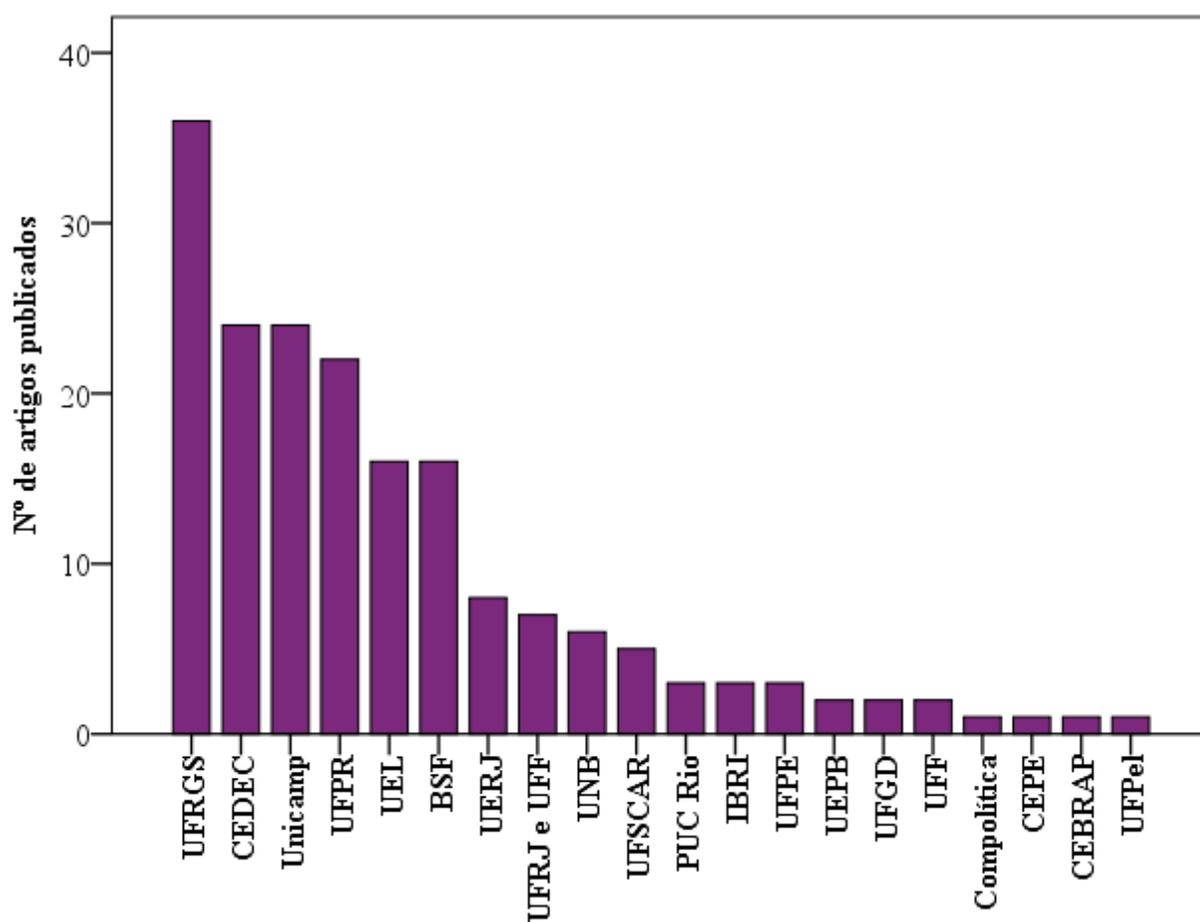
		Periódico						
		Lua Nova	Mediações	Opinião Pública	Rev. de Informação Legislativa	Rev. de Sociologia e Política	Debates	Total
Metodologia	Não	17	12	5	16	10	3	63
	Sim	7	4	19	0	12	19	61
Total		24	16	24	16	22	22	124

Fonte: elaboração da autora.

Diante da tabela, é possível separar as revistas em dois grupos. No primeiro estão Opinião Pública, Debates e Revista de Sociologia e Política. Nessas revistas o número de artigos que apresentam metodologia é maior do que o número dos que não apresentam. O contrário ocorre com as revistas Lua Nova, Mediações e Revista de Informação Legislativa. Apresentam mais artigos sem metodologia. Talvez não por coincidência, as primeiras correspondem àquelas que se dedicam quase que exclusivamente à temática da “cultura política”, como vimos anteriormente. É possível que isso signifique uma maior consolidação do debate em torno dessa temática específica em comparação as demais. Mais uma vez, a Revista de Sociologia e Política apresenta maior equilíbrio na proporção entre os números.

Se existe ou não determinada orientação da revista a favor de certos tópicos e métodos, é preciso investigar quais instituições são responsáveis por essas revistas, uma vez que os periódicos normalmente estão ligados aos cursos de graduação ou pós-graduação. No gráfico abaixo, listamos as instituições responsáveis pelos periódicos. Elas estão distribuídas em ordem decrescente, de acordo com o número de artigos publicados por suas revistas. A seguir, vemos um quadro completo sobre os periódicos, permitindo conhecer especificamente as instituições responsáveis por eles.

Gráfico 2 - Distribuição dos artigos por instituição do periódico



Fonte: elaboração da autora.

Quadro 6 - Quadro completo dos periódicos

Periódico	Artigos	Qualis	Instituição	Área
Opinião Pública	24	A1	Unicamp	CP
Lua Nova	24	A2	CEDEC	CPRI
Revista De Sociologia E Política	22	A1	UFPR	CP
Revista Debates	22	B2	UFRGS	CP
Mediações	16	B2	UEL	CP
Revista De Informação Legislativa	16	B2	Biblioteca do Senado Federal	CPRI
Revista Eletrônica Direito E Política	10	B2	UFRGS	CP
Revista Estudos Políticos	7	B2	UFRJ e UFF	CP
Interseções	5	B2	UERJ	CP
Teoria & Pesquisa	5	B2	UFSCAR	CP
Revista Brasileira De Política Internacional	3	A1	UNB	RI
Contexto Internacional	3	A2	PUC Rio	RI
Revista Brasileira De Ciência Política	3	B1	UNB	CP
Meridiano 47	3	B2	UNB	RI
Mural Internacional	3	B2	UERJ	RI
Politica Hoje	3	B2	UFPE	CPRI
Austral - Brazilian Journal Of Strategy & International Relations	2	B2	UFRGS	RI
Conjuntura Austral	2	B2	UFRGS	RI
Monções	2	B2	UFGD	RI
Revista Brasileira De Estudos Estratégicos	2	B2	UFF	RI
Revista De Estudos Internacionais	2	B2	UEPB	RI
Novos Estudos CEBRAP	1	A2	CEBRAP	CP
Revista Da Escola De Guerra Naval	1	B1	CEPE	CPRI
Revista Compolitica	1	B2	ABPCP	CP
Revista Sul-Americana De Ciência Política	1	B2	UFPEl	CPRI
Total	183			

Fonte: elaboração da autora.

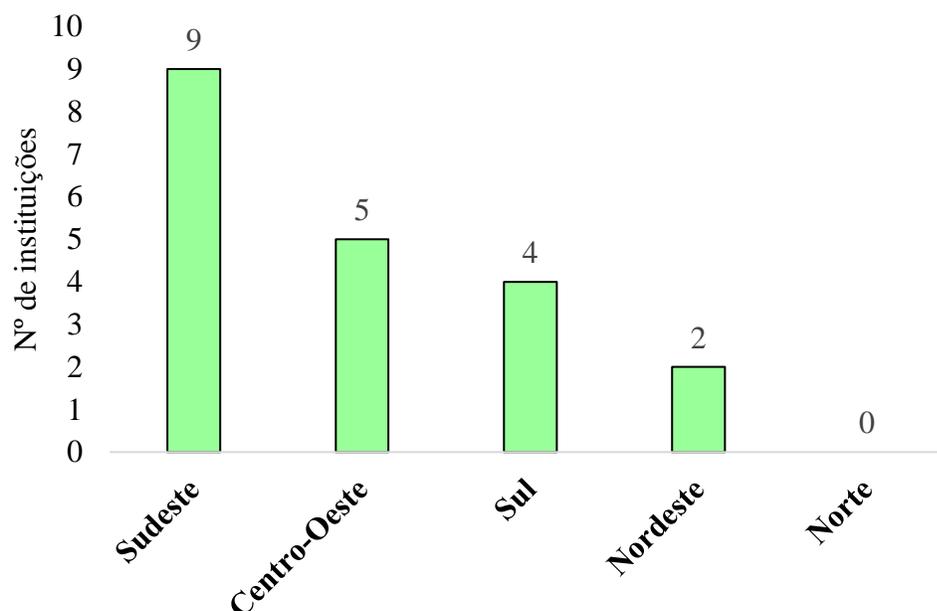
Podemos notar o predomínio da UFRGS. Ela é responsável por quatro revistas: *Austral*, *Conjuntura Austral*, *Debates* e *Revista Eletrônica Direito e Política*. Todas *Qualis B2*. Na sequência, CEDEC e Unicamp apresentam frequências iguais. E são responsáveis pela *Lua Nova* e *Opinião Pública*, respectivamente. A UFPR ocupa a quarta posição, com um número acima de 20 artigos. Em contrapartida, os quatro menores números correspondem à *Compolítica*, *CEPE*, *CEBRAP* e *UFPEL*. Dentre essas instituições, a única universidade é a última. As demais consistem em associação e centros³⁴. Mas, se analisarmos apenas as universidades, veremos que as que possuem menor número (além da UFPEL) são: UEPB, UFGD e UFF.

Interessante observar também que, além da UFRGS, apenas a UNB, a UFF e a UERJ possuem mais de uma revista. Especificamente, a UNB é responsável por: *Revista Brasileira de Política Internacional*, *Revista Brasileira de Ciência Política* e *Meridiano 47*. A UFF: *Revista Estudos Políticos* e *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*. Por último, a UERJ: *Interseções* e *Mural Internacional*. Mesmo essas instituições concentrando, junto a UFRGS, o maior número de periódicos, elas não apresentam o maior número de publicações sobre o tema (com exceção da UFRGS). Somados os artigos, temos um total de 9, 9 e 8, respectivamente, números inferiores ao apresentado no parágrafo anterior.

Se, por um lado, as universidades responsáveis pelas revistas que mais publicam sobre cultura estão localizadas no eixo Sul-Sudeste do Brasil (UFRGS, Unicamp, UFPR), poderíamos questionar se a região exerce influência nos temas dos artigos publicados. Dessa forma, as regiões Sul e Sudeste, que possuem cursos e programas mais antigos, por conseguinte, mais consolidados, podem apresentar maior número de publicação, se comparadas as regiões Norte e Nordeste, por exemplo, que apenas recentemente detém crescimento exponencial dos cursos em CPRI. Por outro lado, o grupo que publicou menos não faz parte de uma só região do país. Encontramos: Paraíba (Nordeste), Mato Grosso do Sul (Centro-Oeste) e Rio de Janeiro (Sudeste). Então, o que a região nos diz sobre periódicos no tema de cultura? Vejamos no gráfico abaixo a distribuição das instituições dos periódicos por regiões.

³⁴ Respectivamente: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (ABPCP); Centro de Estudos Político-Estratégicos da Escola Superior de Guerra e; Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

Gráfico 3 - Instituições dos periódicos por regiões



Fonte: elaboração da autora.

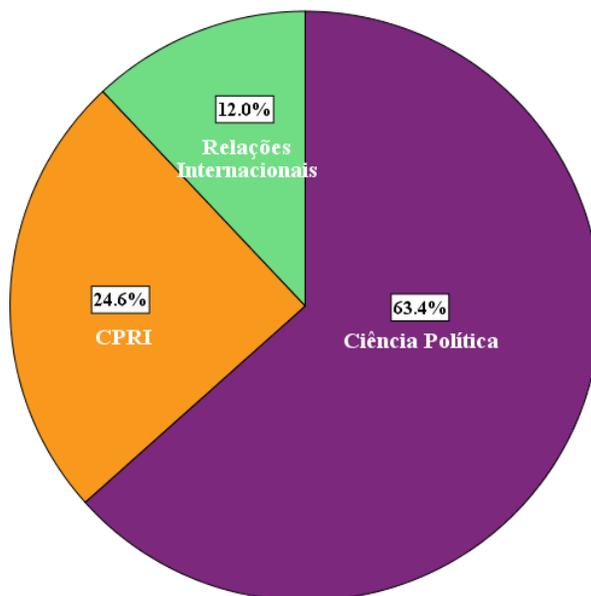
Analisando todas as instituições, observa-se a concentração no eixo Centro-Sul do país. Isso reflete as orientações teóricas ou metodológicas dos artigos, uma vez que a constituição dos programas à frente da revista influencia no estabelecimento das prioridades editoriais e nas escolhas dos artigos. Mas envolve também recursos disponibilizados a essas instituições responsáveis pelo fomento da pesquisa acadêmica. Portanto, se os estudos sobre cultura se localizam nesse eixo, podemos supor três hipóteses explicativas para essa predominância: a) essas universidades possuem maior interesse sobre o tema; b) possivelmente apresentam mais desenvolvimento de pesquisa sobre cultura em CPRI e; c) os pesquisadores procuram mais essas revistas para publicação. Seria interessante verificar se nos programas de ensino dessas universidades, cultura aparece na grade curricular ou em linhas de pesquisa, por exemplo.

Sabemos que as revistas costumam ser interdisciplinares. O intuito não se limita apenas a ampliar as possibilidades de publicação, mas também dialogar temas com outras disciplinas. Principalmente nas ciências sociais, determinado objeto de estudo pode ser investigado a partir de diferentes perspectivas disciplinares. Tendo isso em mente, como explicado no capítulo anterior, para a CAPES a área de CPRI conta com periódicos das mais diferentes disciplinas, desde Psicologia até Enfermagem. Isso ocorre em razão dos critérios de avaliação daquela instituição.

Visando os objetivos dessa pesquisa, restringimos a busca dos artigos a periódicos de interesse específico em CPRI, o que chamamos de “área de concentração”. Desde o início tratamos as áreas de Ciência Política e Relações Internacionais como uma única (CPRI) em virtude: primeiro, de ser o modo como a Plataforma Sucupira se refere e, segundo, devido a constante proximidade das disciplinas.

No entanto, existe um debate sobre a existência ou não da separação entre as mesmas. Para alguns pesquisadores, Relações Internacionais é parte da Ciência Política, podendo ser tratada como Política Internacional. Para outros, as RI possuem independência como disciplina. Durante a construção do banco de dados, tornava-se mais claro que os artigos, em sua maioria, possuíam limitações claras entre CP e RI, causando a impressão de que existe pouco diálogo entre essas áreas quanto à cultura. Artigos de CP utilizam literatura de CP, assim como os de RI utilizam literatura de RI. Em se tratando do tema, existiria então, uma separação entre essas áreas? Buscando verificar até que ponto os periódicos contemplavam de fato ambas as disciplinas, diferenciamos aqueles que possuíam o foco: exclusivamente em RI, exclusivamente em CP e em CPRI. As revistas que correspondem às áreas citadas podem ser encontradas no quadro 6, exibido anteriormente.

Gráfico 4 - Distribuição dos artigos (%) por área de concentração dos periódicos



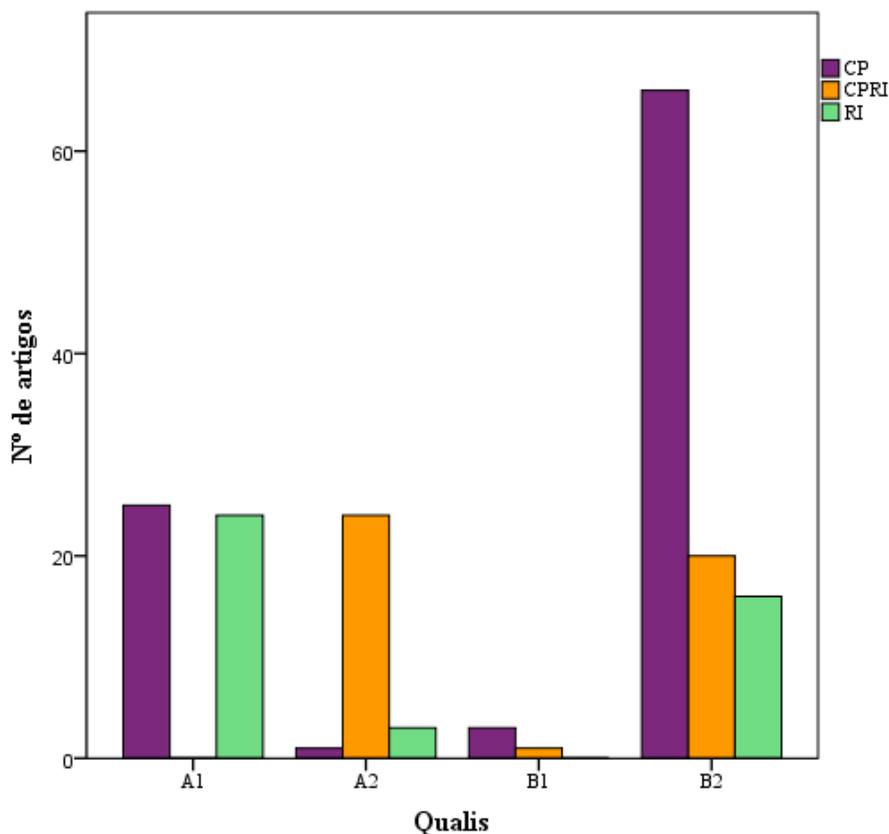
Fonte: elaboração da autora.

Como esperado, o gráfico 5 nos mostra a predominância das revistas em CP (63,4%). Em contraposição, periódicos específicos de RI representam apenas 12%. O mais interessante é o percentual de publicações em CPRI (24,6%), também inferior ao de CP. Na verdade, se somássemos RI e CPRI (totalizando 36,6%) ainda não corresponderiam ao percentual de CP, que representa quase o dobro. Poderíamos nos perguntar se, frente a um percentual relativamente baixo, se comparados aos demais, as revistas de CPRI representam o debate sobre a separação entre as disciplinas. Ou seja, uma vez que poucos são os periódicos que agregam as duas áreas, não teríamos superado o debate e contaríamos com duas disciplinas independentes?

Uma provável justificativa para essa preponderância da CP nos estudos de cultura é a idade da disciplina no Brasil. Os cursos de RI são mais recentes. Como a distribuição dos cursos influencia no estabelecimento de uma disciplina, um dos resultados dessa consolidação é a produção de periódicos. Portanto, é esperado que CP possua maior número de revistas. Ao mesmo tempo, esse dado pode nos indicar maior avanço no tema nessa área do que nas RI.

Se numericamente CP parece estudar mais cultura do que RI ou CPRI, como se encontra a qualidade dos periódicos para as respectivas áreas? As áreas de concentração também se encontram dispostas em quatro categorias de *Qualis*: A1, A2, B1 e B2. No gráfico 6 (a seguir), vemos que as revistas A1 ou são de CP ou de RI, possuindo um número de publicações sobre o tema aproximado. As revistas A2 destacam-se por contemplarem CPRI em sua área de interesse. Já nas revistas B1, podemos observar que não existem periódicos específicos de RI que tratem sobre cultura, apresentando ainda um baixo número de publicações. Por último, as revistas B2, apesar de contemplarem todas as áreas de concentração, dispõem de uma disparidade no número de revistas interessadas especificamente em CP, concentrando o maior número de publicações.

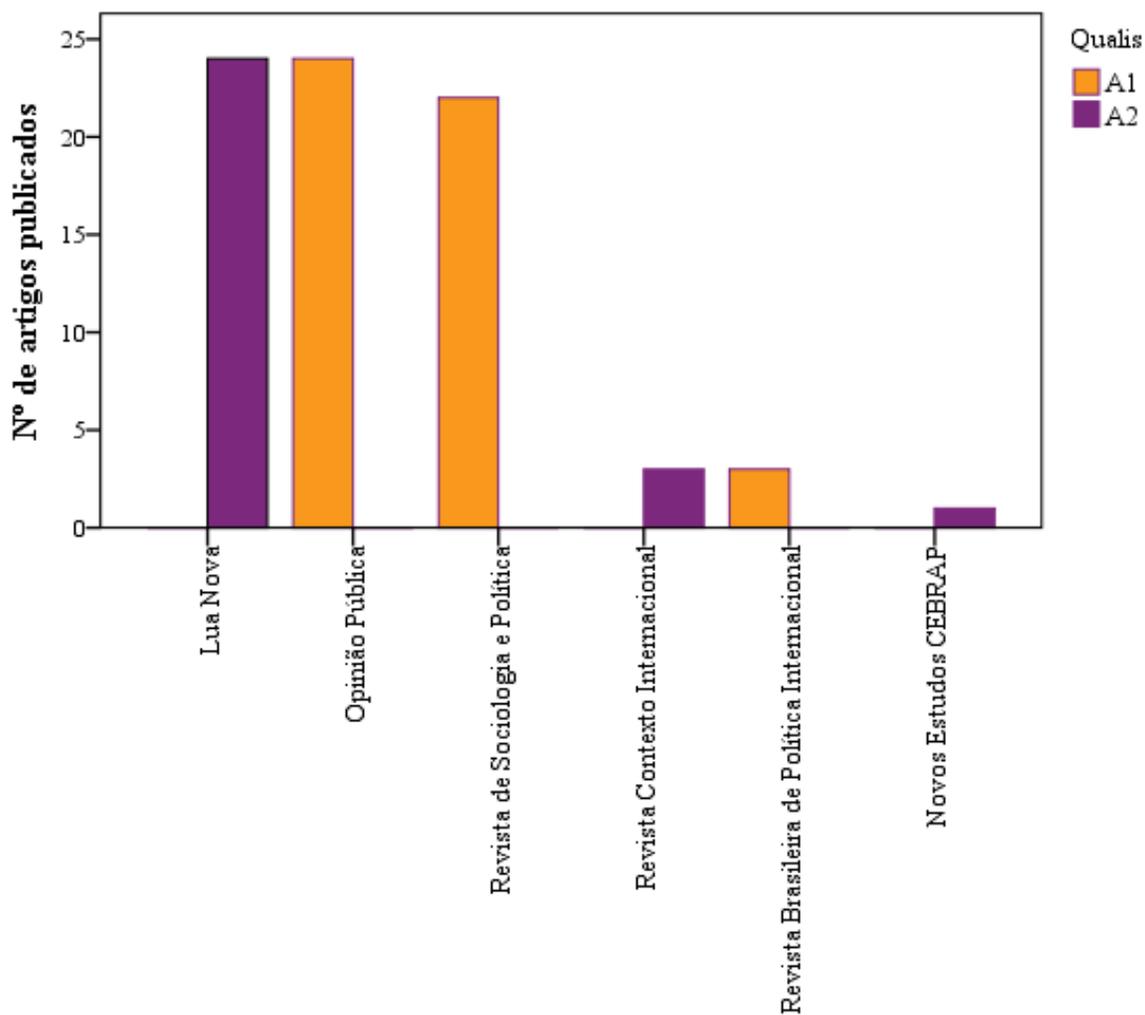
Foram classificadas como revistas de CP: Opinião Pública, Revista De Sociologia E Política, Revista Debates, Mediações, Revista Eletrônica Direito E Política, Revista Estudos Políticos, Interseções, Teoria & Pesquisa, Revista Brasileira De Ciência Política, Novos Estudos CEBRAP e Revista Compolitica. Revistas de RI: Revista Brasileira De Política Internacional, Contexto Internacional, Meridiano 47, Mural Internacional, Austral - Brazilian Journal Of Strategy & International Relations, Conjuntura Austral, Monções, Revista Brasileira De Estudos Estratégicos e Revista De Estudos Internacionais. Por fim, CPRI: Lua Nova, Revista De Informação Legislativa, Política Hoje, Revista Da Escola De Guerra Naval e Revista Sul-Americana De Ciência Política.

Gráfico 5 - Área de concentração do periódico por *Qualis*

Fonte: elaboração da autora.

Vemos que os artigos A1 apresentam um número significativo de publicações, comparados aos demais *Qualis*. Se voltarmos ao quadro 6 podemos constatar que os artigos A1 totalizam 49 artigos, e os A2, B1 e B2 totalizam 28, 4 e 102, respectivamente. Isso significa que existem mais periódicos ou mais artigos sobre o tema? Quais são esses periódicos que concentram esse número de publicações? No gráfico 7, podemos observar que são poucas as revistas de *Qualis* A1 e A2 que tratam sobre cultura. Dos 25 periódicos, apenas 6 encontram-se nesse grupo. Portanto, essa classificação *Qualis* se destaca no gráfico anterior devido ao alto número de publicação dessas poucas revistas. Não porque são várias as revistas A1 e A2. Notamos também que a proporção de artigos entre A1 e A2 é muito semelhante, contudo, encontramos mais artigos em A1.

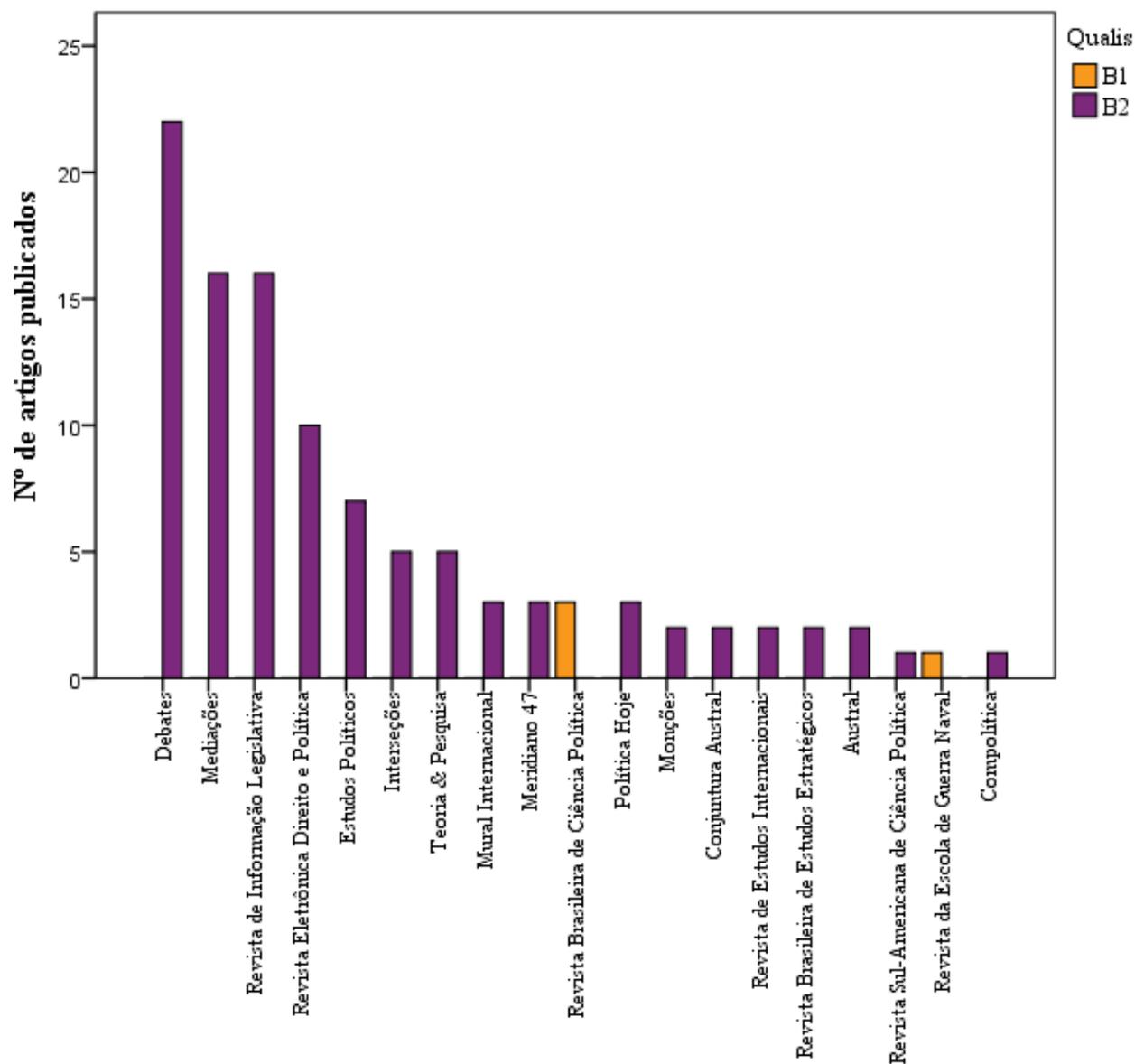
Gráfico 6 - Distribuição dos periódicos A1 e A2



Fonte: elaboração da autora.

O mesmo não ocorre no gráfico 8. Pelo contrário. O que justifica uma concentração de revistas B1-B2 não é a alta publicação de artigos por periódico, mas a alta diversidade de periódicos. Com exceção da Revista Debates que apresenta alto número de artigos (acima de 20). Outra questão interessante é a predominância de periódicos B2.

Gráfico 7 - Distribuição dos periódicos B1 e B2



Fonte: elaboração da autora.

3.2 Os pesquisadores: autores e instituição dos autores

É comum os pesquisadores com uma agenda de pesquisa publicarem com certa frequência a respeito do tema. Afim de conhecer os principais autores responsáveis por esses artigos e, portanto, que compõem o debate em cultura, o trabalho mapeou seus nomes. Como buscamos identificar os principais, observamos apenas aqueles artigos em que os autores se repetiam ao menos três vezes, fossem eles autores ou co-autores do texto. O resultado é a tabela abaixo.

Tabela 6 - Autores com maior número de artigos publicados sobre o tema

Nome do autor	Número de artigos
Marcelo Baquero	11
Ednaldo A. Ribeiro	9
Julian Borba	6
José A. Moisés	3
Paulo R. N. Costa	3
Pierre Bordieu	3
Henrique C. O. Castro	3

Fonte: elaboração da autora.

Corroborando com os dados anteriormente já discutidos, vemos que, em especial, três autores se destacam: Marcelo Baquero, Ednaldo A. Ribeiro e Julian Borba. Todos eles trabalham com a temática específica de “cultura política”. Assim, detém dessa agenda de pesquisa e estão à frente nas discussões sobre a temática. A seguir, encontramos quatro autores com o mesmo número de publicações sobre cultura, são eles: José A. Moisés, Paulo R. N. Costa, Pierre Bordieu e Henrique C. O. Castro. É interessante notar que, mais uma vez, predominam os estudos em cultura política. Dos 3 artigos de cada autor, apenas Pierre Bordieu – autor de origem francesa – não estuda cultura política. Seus 3 artigos correspondem ao que chamamos de “tipos de cultura”. Henrique C. O. Castro publica apenas 1 artigo na temática “comportamento”. Com essas informações, podemos supor que dentro de uma agenda de pesquisa sobre cultura no Brasil, discute-se mais sobre “cultura política” do que qualquer outro tópico e que esta forma uma agenda de pesquisa já consolidada.

Marcelo Baquero (UFRGS) possui formação acadêmica completa no exterior (tem pós-doutorado), já foi pesquisador visitante também no exterior e participa do conselho editorial das revistas *Opinião Pública* e *Revista de Sociologia e Política*. É coordenador no Núcleo de Pesquisa sobre América Latina e é editor-chefe da revista *Debates*. Seus temas de interesse são: democracia, capital social, cultura política, participação política e partidos políticos na América Latina.

Ednaldo Ribeiro (UEM) é formado pela UFPR, UEL e UFMG. Suas principais áreas de interesse são: comportamento político (valores, atitudes democráticas e participação política). Julian Borba (UFSC) é formado na mesma instituição, na UFRGS e no exterior. Possui pós-doutorado. Já foi coordenador, diretor de campo, pós-reitor e coordena área temática e grupo de trabalho na ABCP e na ANPOCS, respectivamente. Tem interesse em temas como: participação política, cultura política e comportamento eleitoral. José Moisés (USP) possui formação também na mesma instituição e no exterior. Interesses: democracia, cultura política, instituições democráticas, teoria democrática e direitos políticos.

Paulo Roberto Neves Costa (UFPR) tem formação na Unicamp e na USP (pós-doutorado). É editor da *Revista de Sociologia e Política*. Temas de interesse: classes sociais e grupos de interesse. Pierre Bordieu era professor em Sociologia no Collège de France. Possuía experiência como professor em diversas universidades francesas e estrangeiras e foi editor da revista “*Actes de la recherche em sciences sociales*”. Por fim, Henrique Castro (UFRGS) é formado pela mesma instituição que atua e possui experiência como pesquisador e professor convidado em universidades estrangeiras. Já foi professor de universidades brasileiras, diretor de centro de pesquisa e é membro da ABCP, da Sociedade Brasileira de Sociologia e da *World Values Survey Association*. Possui interesse em: metodologia de pesquisa, cultura política, políticas públicas e relações internacionais.

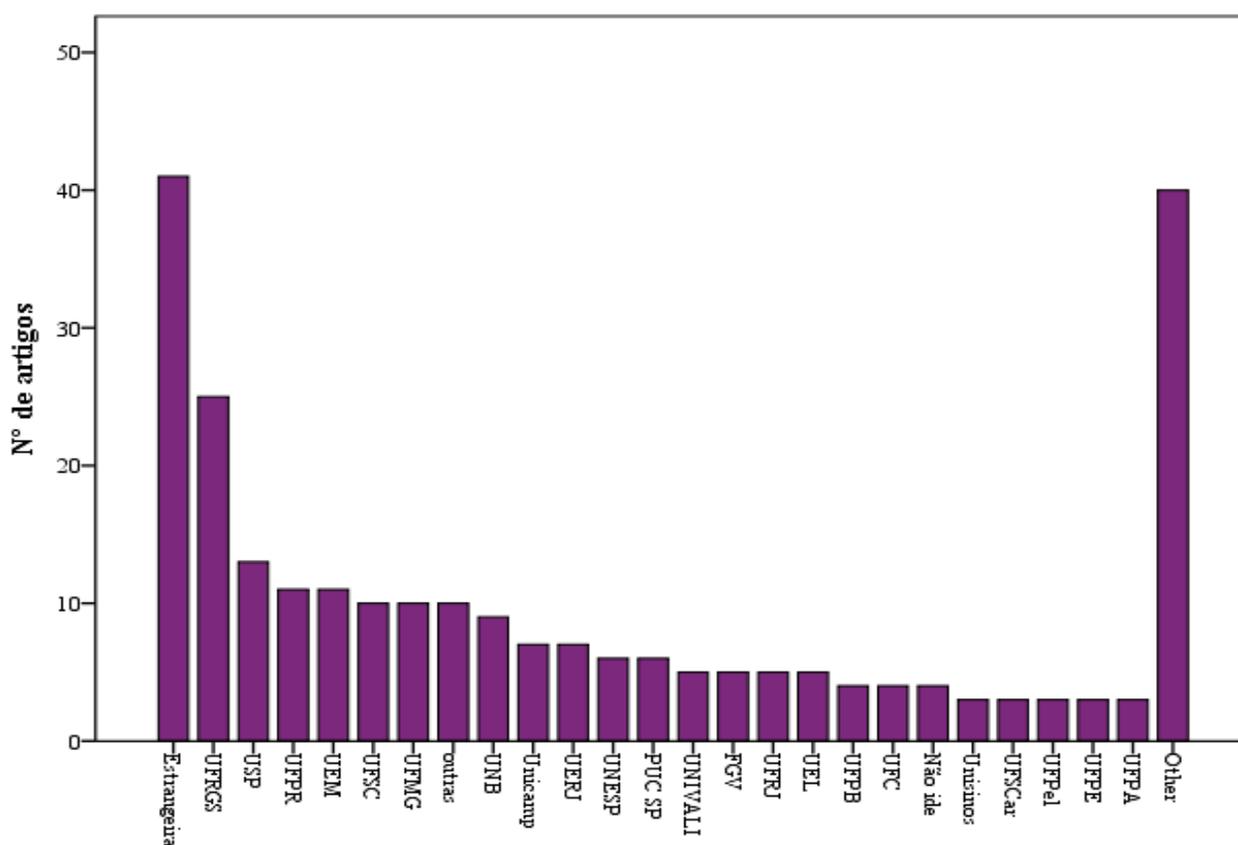
Ao investigar a trajetória desses autores³⁵, observa-se que todos são professores, com exceção de Pierre Bordieu que faleceu em 2002. São bolsistas de produtividade em pesquisa da Capes³⁶. Dos 7 autores, 5 possuem alguma formação acadêmica no exterior. Além disso, todos possuem como área de interesse mais ampla a Ciência Política. Mais especificamente, quase todos têm interesse em cultura política. Além disso, ao menos três desses autores exercem atividade em revistas acadêmicas, três destas, inclusive, compõem o banco de dados dessa dissertação.

³⁵ As informações foram obtidas na Plataforma Lattes na página individual de cada pesquisador. Foram observadas a descrição (fornecida pelo próprio autor) e a seção de formação. Com exceção das informações referentes sobre Pierre Bordieu.

³⁶ Exceto: Ednaldo Ribeiro e Pierre Bordieu.

Visto que alguns pesquisadores costumam publicar sobre uma mesma temática, poderíamos verificar se a instituição a qual está vinculado influenciou na sua pesquisa e no artigo publicado³⁷. Novamente, partimos do pressuposto de que a forma como determinado curso (de graduação ou pós-graduação) está composto direciona, em grande medida, as pesquisas que serão feitas nesse ambiente acadêmico, tanto do ponto de vista teórico, quanto metodológico. Dessa forma, apresentamos no gráfico 9 as instituições dos autores³⁸.

Gráfico 8 - Distribuição de artigos por instituição do autor(a)



Fonte: elaboração da autora.

³⁷ Por vínculo a uma instituição, consideramos àquela em que o autor possui sua última formação ou àquela em que possui vínculo empregatício. Portanto, se o pesquisador se graduou em universidade X, fez mestrado em X, mas doutorado em Y, consideramos Y sua instituição. Da mesma forma, se é professor em universidade Z, mesmo possuindo formação acadêmica em X e Y, consideramos Z sua instituição.

³⁸ A barra intitulada “Other” corresponde àquelas instituições que respondiam a menos de 1% dos artigos, portanto, foram agrupadas. A barra intitulada “outras” consiste: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, Academia Brasileira de Direito Constitucional, Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, Centro de Formação da Câmara dos Deputados, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, Coordenadoria de Gestão Estratégica.

Ao olharmos para o gráfico, não há como não destacar o volume de instituições estrangeiras (acima de 40). É comum pesquisadores desenvolverem parte de sua pesquisa em universidades fora do país, principalmente em programas de pós-graduação. Outro fator que explica esse número é a inclusão dos pesquisadores não-brasileiros. No Brasil, a universidade que mais gera artigos sobre cultura (partindo da formação/vínculo empregatício dos pesquisadores) é a UFRGS, seguida da USP, UFPR e UEM.

Curioso observar que a universidade que mais publica periódico sobre o tema (gráfico 3) é a mesma que possui a mais alta porcentagem de autores vinculados a ela: a UFRGS. Possivelmente a explicação para esses dados seja: os autores vinculados a uma universidade tendem a publicar nos periódicos nos quais aquela é responsável. O mesmo não acontece com a Unicamp, se comparado ao gráfico 3. Enquanto naquele ocupava a segunda posição, a Unicamp ocupa no gráfico 9 a oitava posição entre universidades brasileiras. Isso pode indicar o contrário do que acontece na UFRGS: os artigos publicados nos periódicos da Unicamp não são necessariamente de autores vinculados a esta universidade, ou seja, existia, então, maior diversidade entre os autores que viriam de instituições mais variadas. Além disso, é provável que a classificação *Qualis* influencie na maior procura de pesquisadores de outras instituições pela revista da Unicamp, que é A1. Já no caso das revistas vinculadas a UFRGS - com classificação B2 - a procura deve ser menor. Então, podemos supor que quanto maior a classificação *Qualis* maior será a atração de pesquisadores de outras instituições. Da mesma forma, a classificação *Qualis* pode levar alguns autores a buscar periódicos estrangeiros.

3.3 Os artigos: área temática e palavras-chave

Após analisar os dados sobre os periódicos, os autores e as instituições que compõem essa literatura sobre cultura, passemos agora para os artigos em si. Como sabemos, os artigos se diferenciam em diversas questões, desde o objeto de estudo ao formato do texto. Exemplo disso é o tamanho do artigo, que varia dependendo da revista ou mesmo do contexto histórico em que é publicado. Em nosso banco de dados, o menor artigo possui três páginas e o maior, cinquenta e cinco. Assim, temos uma média aproximada de 23 páginas por artigo. Outro fator é a presença ou não de recursos gráficos, como quadros, gráficos, tabelas e figuras. 46% dos artigos contém algum

desses elementos, enquanto 54% não. Normalmente a utilização desses recursos está atrelada à apresentação de dados empíricos. Mais a frente veremos a proporção entre estudos de natureza empírica e teórica.

Um fator diferenciador entre os artigos é a chamada área temática. O trabalho lida com um tema amplo, no qual diversos caminhos de pesquisa são possíveis. Por este motivo, ao observar essa característica do banco de dados, escolheu-se agrupar os estudos que mais se assemelham. com o intuito de identificar esses caminhos, ou seja, as áreas mais específicas em que cultura é estudada. Em alguns artigos, ficava claro a área temática, em outros não. Assim, para analisar essa variável, observou-se também (ou seja, não identificada a área temática a priori) as palavras-chaves dos artigos e partir delas criou-se categorias. No quadro a seguir detalhamos essas categorias com as respectivas palavras-chaves agrupadas.

Quadro 7 - Classificação área temática

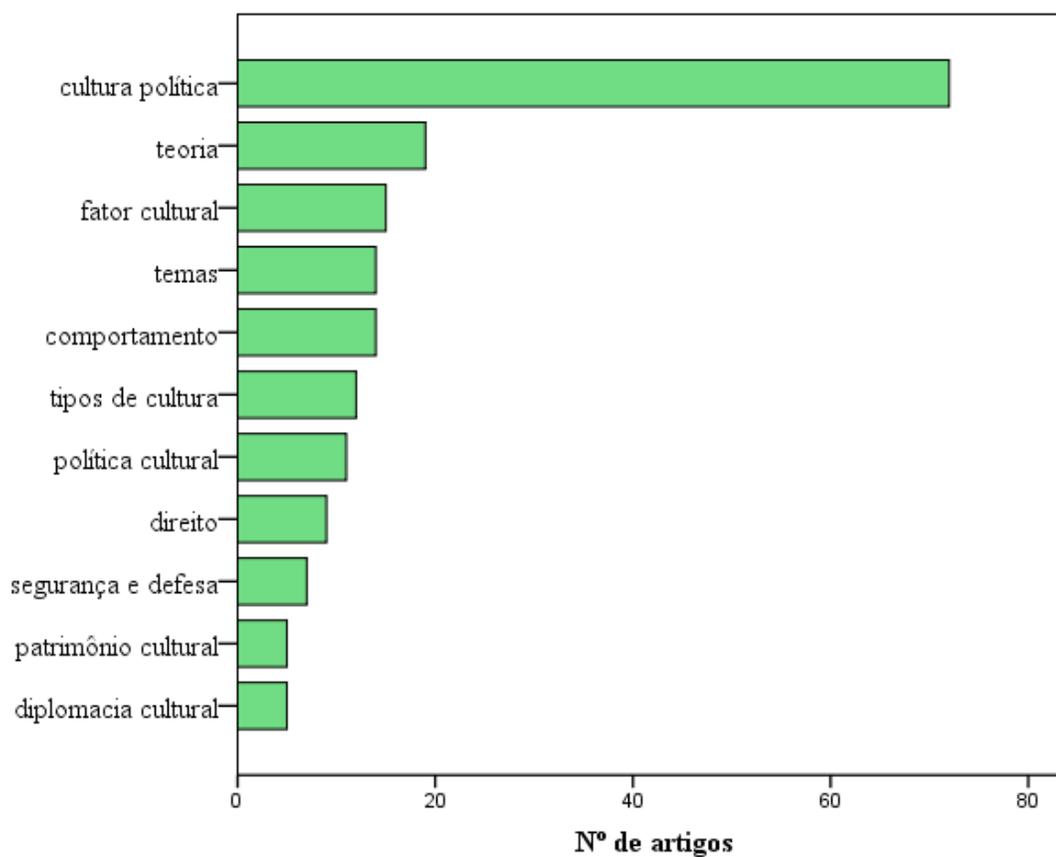
Categoria (área temática)	Inclui
Tipos de cultura	cultura jovem, cultura popular, cultura material, cultura institucional, cultura midiada, cultura jurídica, cultura local, práticas culturais indígenas, cultura cabila.
Comportamento	cultura de auditoria, cultura da cirurgia estética, cultura do medo, cultura de trabalho, cultura do consumo, cultura de avaliação, cultura acadêmica, cultura processualística pátria, cultura de clube.
Defesa e segurança	cultura de segurança, cultura de defesa, cultura estratégica, cultura militar.
Temas	gênero, meio ambiente, identidade, movimento social, globalização, direito internacional, direitos humanos.
Teoria	sociologia da cultura, teoria política, teoria geral do direito, história cultural, teoria de relações internacionais.
Fator cultural	resistência cultural, empenho cultural, capital cultural herdado, herança cultural, permanências culturais, transformações culturais, impacto

	cultural, tradição cultural brasileira, Centro Popular e Cultura (CPC), arte, Associação Cultural do Negro.
Diplomacia cultural	cooperação cultural.
Direito	direito à cultura.
Cultura política	cultura política.
Patrimônio cultural	patrimônio cultural.
Política cultural	estratégias, ações e programas.

Fonte: elaboração da autora.

A partir dessa classificação, podemos analisar no gráfico 10 as áreas temáticas que mais se destacam quanto à frequência de publicações.

Gráfico 9 - Distribuição de áreas temáticas

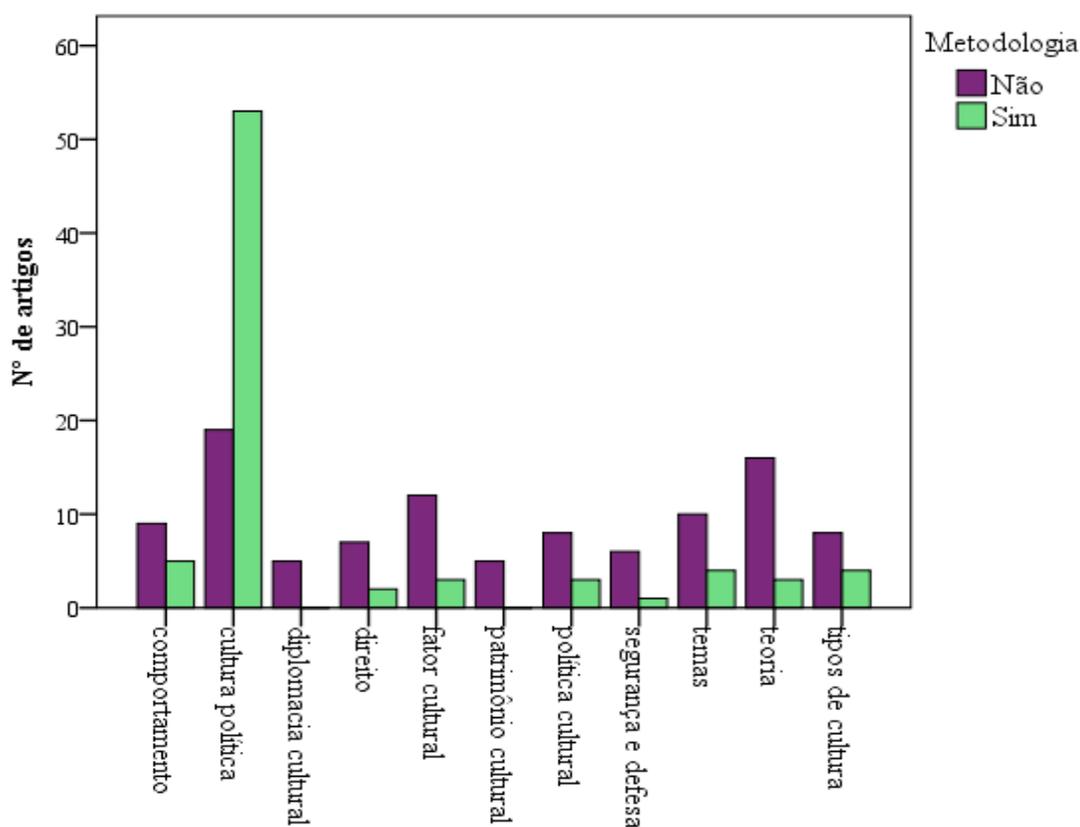


Fonte: elaboração da autora.

Como vimos em gráficos anteriores, “cultura política” é predominante, atingindo um número de publicações superior às demais. Contudo, o mais interessante é observarmos que “teoria” é a segunda categoria mais estudada. Na tabela acima, vemos que por “teoria” compreende-se as reflexões teóricas de diferentes áreas: Sociologia, Política, Direito, História e Relações Internacionais. Característica que contrapõe a categoria “cultura política”, área exclusiva de CP. Destacam-se também as categorias menos estudadas: “patrimônio cultural” e “diplomacia cultural”. Essas temáticas estão mais ligadas às áreas de Direito e RI. O mesmo ocorre com as categorias acima delas: “segurança e defesa” e “direito”. Com isso, podemos observar, a partir dessa amostra da literatura, um destaque para a área de CP nos estudos sobre o tema.

Buscamos verificar se a escolha de determinada temática influencia a existência ou ausência de metodologia. Ou seja, apresentariam algumas temáticas maior preocupação metodológica (em termos de quantidade de artigos) do que outras? Vejamos no gráfico 11 a distribuição das áreas temáticas divididas entre a apresentação ou não de metodologia em seus respectivos artigos.

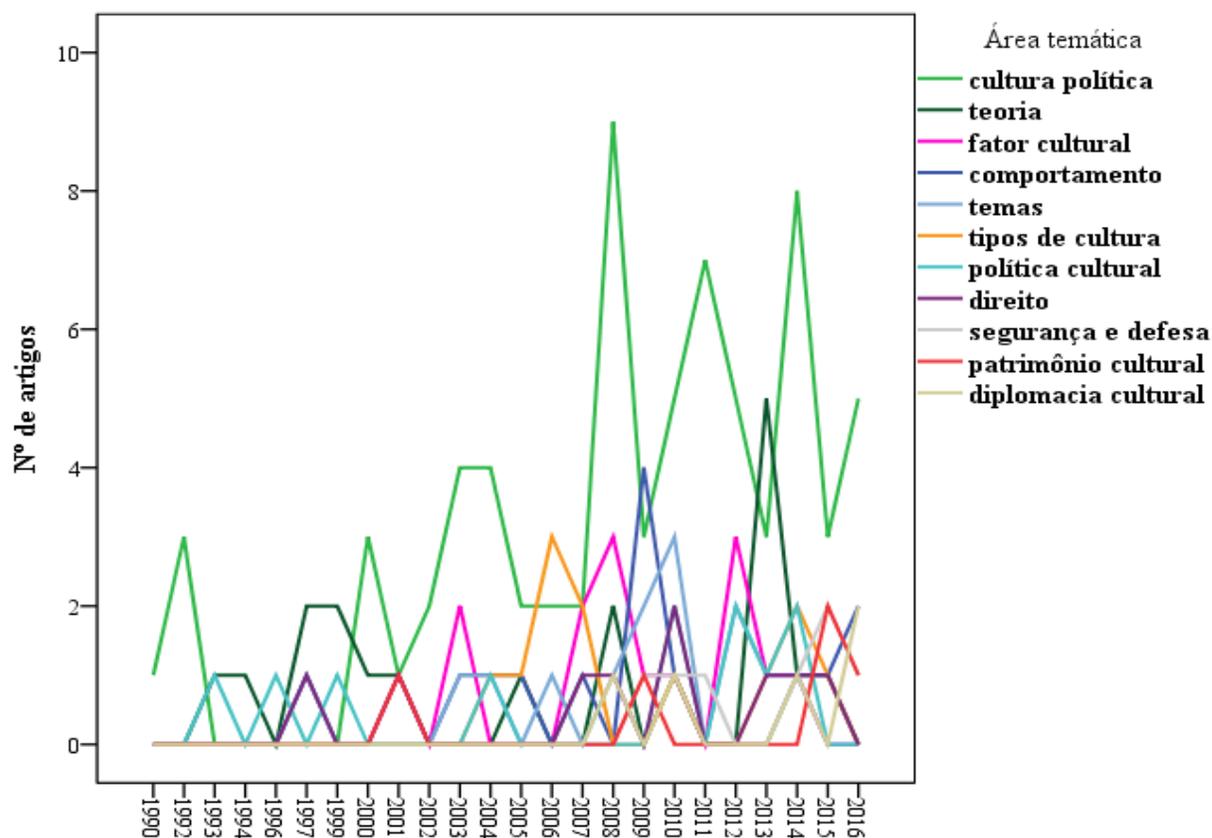
Gráfico 10 - Área temática e metodologia



Fonte: elaboração da autora.

Dentre as áreas temáticas propostas nessa revisão de literatura, percebemos que a única que apresenta uma quantidade maior de artigos com metodologia é a de “cultura política”. Todas as demais possuem um número consideravelmente menor de artigos sem algum procedimento metodológico explícito. Então, pode-se sugerir que existe uma baixa preocupação com a metodologia. Destaque para duas temáticas: “diplomacia cultural” e “patrimônio cultural”. Ambas não apresentam artigo sobre cultura com metodologia. Comparando a temática que mais utiliza metodologia (cultura política) com as que menos utilizam (diplomacia cultural e patrimônio cultural), é interessante observar que a primeira corresponde mais ao debate em CP, enquanto as últimas às RI e ao Direito, respectivamente. Mais uma vez, constatamos que as RI: a) publicam pouco em temáticas específicas sobre cultura e; b) utilizam pouco de metodologia em seus artigos sobre o tema. Mas a predominância de determinada área temática foi constante durante o período temporal de 1990 a 2017? Vejamos o gráfico abaixo.

Gráfico 11 - Área temática ao longo dos anos



Fonte: elaboração da autora.

O gráfico 12 mostra que não. “Cultura política”, por exemplo, apesar de deter maior número de artigos, apresenta frequentes oscilações entre os anos. Em 2008 foi o ano em que mais se publicou sobre a temática. Embora em 1993 e 1999 não houve um único artigo, desde 2001 “cultura política” continuou a ser estudada todos os anos seguintes. Diferente de “fator cultural”, que surge a partir de 2002, oscila nos anos seguintes, mas não volta a aparecer desde 2013.

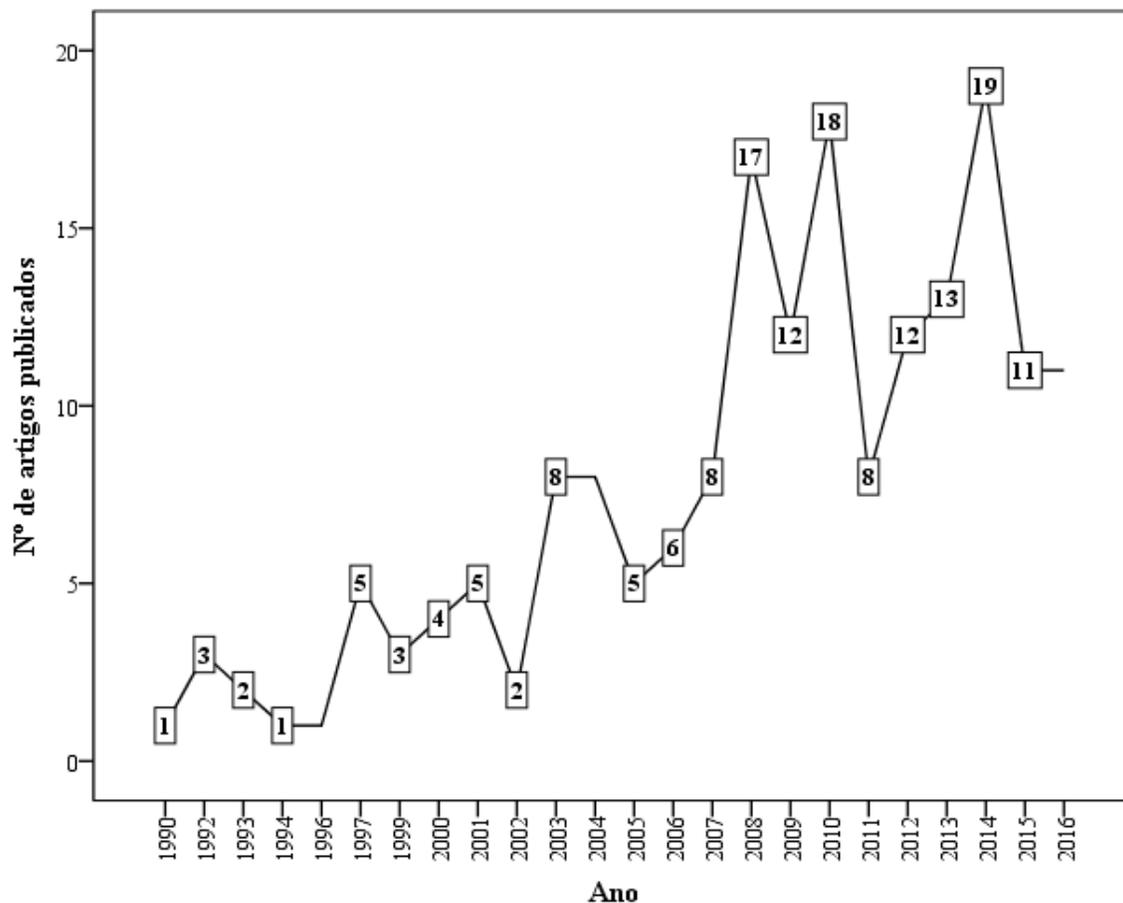
A disposição da legenda à direita do gráfico está em ordem decrescente quanto ao número de publicações. Encontramos ainda um interesse em estudos sobre “teoria” em três momentos distintos: entre 1993-2001, 2007- 2009 e; 2012-2014. É possível ainda observar que os artigos sobre “tipos de cultura” são vistos apenas entre 2004 e 2008, reaparecendo apenas em 2014 e 2015. Da mesma forma aqueles referentes a “comportamento”, vistos basicamente em 2008 e 2010, reaparecendo em 2015 e 2016.

Entre as frequências com valores médios, estão “política cultural”, “direito” e “temas”. Os estudos sobre essas temáticas permanecem relativamente constantes ao longo dos anos. Contudo, atingem seus maiores índices em momentos distintos: “temas” entre 2007-2011; “direito” em 2010 e; “política cultural” entre 2011-2014. Por último, podemos observar que os estudos sobre “diplomacia cultural” e “segurança e defesa” se iniciam apenas a partir de 2007 e 2009, respectivamente. Sobre “patrimônio cultural” os artigos foram publicados em períodos marcados: 2000-2002, 2007-2011 e 2013-2016.

No gráfico a seguir observa-se a frequência dos artigos ao longo dos anos. Como esperado, percebe-se um aumento crescente dos artigos. No entanto, o gráfico mostra que os estudos foram marcados por picos, oscilando constantemente entre números de publicação. Mas destaca-se o ano de 2014, onde têm-se o maior número de artigos publicados (19) e, no ano seguinte de 2015, uma queda considerável desse número (11). O gráfico também mostra uma queda no ano de 2002, sendo, inclusive, um dos números mais baixos do período (2), retomando a um aumento em 2003 (8). Interessante observar que só a partir do ano de 2008, temos um número mais expressivo de artigos – inclusive, o terceiro maior (17) dentre o período. Depois desse ano, o menor número de publicações (8) é o maior número de publicações do período anterior (1990-2007). É oportuno investigar a que influências teóricas, metodológicas ou contextuais esteve o período a partir de

2008. Os anos de 1991, 1995 e 1998 não apresentam publicação, por isso não aparecem no gráfico³⁹.

Gráfico 12 - Frequência dos artigos por ano (1990 - 2016)⁴⁰



Fonte: elaboração da autora.

Se lermos o gráfico a partir de décadas, é possível constatar uma evolução nos estudos sobre cultura. Entre 1990 a 2000, 20 artigos foram publicados. Contudo, de 2001 a 2010 esse número mais que quadruplica. São encontrados 89 artigos. De 2011 a 2016 temos um total de 74 artigos, lembrando que o período está incompleto (faltam os anos de 2017 a 2020). A média de artigos produzidos, respectivamente, é de 2; 8,9 e 12, 3. Se por um lado, a comparação entre essas três décadas indica um aumento dos estudos, por outro lado, foi visto que revistas específicas de

³⁹ Ao ler o gráfico, observar que três anos repetem o número de publicações do ano antecessor, por isso não apresentam rótulo nos dados. São os anos de 1996, 2004 e 2016.

⁴⁰ Não foi incluído o ano de 2017, em razão de não ter sido possível coletar os dados durante todo o período.

Relações Internacionais não tiveram nenhuma publicação sobre cultura ao longo desses 26 anos. Isso sugere que o tema talvez seja de maior interesse de outras áreas.

O segundo fator que ilustra a variabilidade entre os artigos são as palavras-chaves presentes na grande maioria dos textos. Estas podem indicar a essência dos estudos, apontando desde nível de análise até conceitos relacionados, por exemplo. Com o objetivo de identificar possíveis abordagens, conceitos ou níveis de análise em comum entre os artigos, geramos a nuvem abaixo a partir das palavras-chaves.

Figura 3 - Nuvem de palavras (palavras-chaves)



Fonte: elaboração da autora.

Especialmente por tratarmos de um banco de dados amplo (183 artigos) é esperado que as palavras-chaves difiram bastante. Contudo, a nuvem nos mostra o que os artigos mais têm em comum. Mais uma vez, corroborando com os achados já encontrados anteriormente, vemos que “cultura” e “política” andam juntas, compondo as palavras mais citadas. Destacam-se também “cultural” e “democracia” e “participação”, palavras próximas às anteriores. Dessa forma, a nuvem sugere que dentre as vertentes analíticas, cultura é estudada majoritariamente através da perspectiva política. Não vemos em destaque palavras que remetam a análises econômicas ou sociais, por exemplo.

3.4 Resumo do capítulo

O capítulo teve como objetivo apresentar de forma descritiva as principais características editoriais na produção acadêmica brasileira no tema cultura em CPRI. Soma-se a isso, o esforço em propor algumas explicações e/ou hipóteses explicativas a partir dos dados. Em grande medida, a estatística descritiva não permite estabelecer relações de causalidade entre variáveis, mas é possível traçar alguns paralelos de correlação entre alguns dados específicos. Em linhas gerais, podemos sintetizar os achados do capítulo em três pontos principais.

Primeiro ponto, os periódicos que mais publicaram sobre o tema foram Lua Nova e Opinião Pública, ambas revistas de Ciência Política e Ciência Política e Relações Internacionais, respectivamente, indicando que possivelmente nossos critérios de seleção corresponderam ao objetivo da pesquisa, ou seja, englobar a literatura relevante na área sobre o tema. Além disso, a maioria dos artigos é da área de Ciência Política e tem como foco o estudo sobre cultura política. Isso se reflete no alto nível de publicação de revistas como a Opinião Pública vinculada a Unicamp. Esses artigos apresentam o maior nível de homogeneidade teórica e metodológica de todo o banco. Se utilizássemos somente esse grupo seria possível realizar uma mate-análise clássica como proposta por Cooper (2017), pois as perguntas de pesquisa e os métodos utilizados nesses artigos são comparáveis no nível previsto para utilização de tal modelo de revisão de literatura.

Segundo ponto, a grande parte dos artigos que apresentam metodologia de forma explícita são da área de Ciência Política e possuem como tema de estudo a cultura política. Cenário diferente se comparado as RI e os temas ligados a essa, nos quais o número de artigos que não indica uso de metodologia é superior. Podemos entender essa diferença a partir dos requisitos necessários para: a) publicar no periódico, ou seja, periódicos de CP são mais rigorosos em relação a metodologia do que artigos de RI; ou, b) o debate em CP e RI se encontram em estágios diferentes e isso se reflete na produção acadêmica. Neste sentido, o debate em CP teria evoluído de uma abordagem somente teórica-conceitual para o estágio metodológico-empírico. Algo que será trabalhado com mais destaque no próximo capítulo. Enquanto RI, por ser uma disciplina mais recente, ainda está envolta num debate mais inicial focado na estipulação das bases teóricas de suas análises e modelos.

Por fim, independente das diferenças entre CP e RI em termos teóricos e metodológicos, a produção de alto nível presente nas publicações de revistas A1 é semelhante para as duas áreas em

nível de volume das publicações. Interessante notar que a segunda categoria em nível de qualidade, as revistas A2, são aquelas que concentram a maioria dos artigos onde as áreas estão unidas CPRI. Ambos mostram que em termos de qualidade a produção está distribuída de forma equilibrada entre as categorias. Em outras palavras, o maior rigor metodológico da CP não produziu grande impacto nessa relação entre área e qualidade da publicação. Quanto ao período temporal, destaca-se o aumento dos artigos a partir de 2008, apesar das constantes oscilações no número de publicações.

4 A MALDIÇÃO DO CONCEITO

Este capítulo trata das teorias e conceitos mobilizados no estudo sobre cultura presentes nos artigos. Para tanto, parte do debate mais amplo sobre o tema, apresentando alguns trabalhos que estabelecem as principais questões e desafios intrincados ao tema e que influenciaram no surgimento da proposta dessa dissertação. Em seguida, destaca como a discussão sobre cultura chega ao Brasil. A partir dessas curtas revisões da literatura, o foco se direciona para uma questão que sobressalta: a questão conceitual. Assim, a última parte do capítulo é dedicada à análise dos artigos no que compete às variáveis em torno do conceito. Veremos, então, como a produção acadêmica brasileira trabalha cultura, assim como a natureza dos estudos, os casos que são analisados e as bases teóricas que fundamentam as pesquisas no tema.

4.1 Cultura na CP e nas RI: um lugar desconhecido?

Iniciamos o capítulo buscando apresentar as principais questões que permeiam o debate sobre cultura. A seção inclui as reflexões propostas por três autores: Walker (1990), Keating (2008) e Valbjorn (2008). A escolha dos textos - que serão base do capítulo – deve-se a amplitude de suas análises, ao realizarem de certa forma, uma revisão de literatura sobre o tema para as disciplinas de CP e RI. Enquanto Walker (1990) e Valbjorn (2008) representam as RI, Keating (2008) representa a CP. Portanto, essa breve revisão sobre o tema não é sistemática. Apesar de existir outros trabalhos semelhantes, acreditamos que para os fins dessa pesquisa, as proposições colocadas por esses trabalhos são suficientes para o estabelecimento do debate inicial.

O que as RI têm a ver com cultura? De acordo com Walker (1990) esses dois termos convergem para uma área em comum: ambos se referem a dimensões mais amplas da existência humana e podem ser lidos como evocações do global, da humanidade. Cultura e Relações Internacionais apontam para algumas das estruturas mais poderosas e universalizantes do mundo moderno (WALKER, 1990). Constantemente cultura é associada à diversidade de experiências humanas, à pluralidade de modos de vida e ainda a “algo que divide as pessoas”. Nesse sentido, seria natural que dentro das ciências sociais, as RI fossem uma das disciplinas interessadas em

discutir o conceito de cultura⁴¹. Apesar das exceções, as RI não têm considerado o tema da diversidade cultural relevante dentro dos amplos segmentos da disciplina. Vale lembrar que cultura não aparece em nenhum dos chamados Grandes Debates (VALBJORN, 2008).

Nas principais vertentes teóricas em RI, o espaço que cultura possuía pode ser resumido em quatro linhas de argumentação. A primeira linha entendia não “culturas”, mas Cultura. Seguindo a resposta do Iluminismo clássico, acreditava no progresso e humanismo. A diversidade cultural não é apenas superficial ou desimportante, mas perigosa. Enquanto para uns o interesse estava na natureza humana comum, que seria a base para a coexistência pacífica, para outros, o interesse estava no ser humano individual ou na humanidade como um todo. Existia ainda a vertente que acreditava em uma sociedade internacional, composta por todas as sociedades, baseadas em um conjunto de valores e regras comum (VALBJORN, 2008).

Para a segunda linha de argumentação, cultura, independente do status que assuma, está subordinada ao poder. Nesse sentido, encontra-se a tradição realista. Na terceira linha de argumentação, globalização é a chave para o entendimento do sistema internacional. Para a vertente defendida por Wallerstein (1974, 1979), a tradição globalista neo-marxista das RI, a economia mundial capitalista atribui funções específicas para cada grupo e área. Dessa forma, a diversidade cultural é apenas reflexo desse sistema. Cultura atua, então, ao mesmo tempo, como um mecanismo para proteger disparidades, como uma “máscara” ideológica e como justificativa para manutenção dessas disparidades. A quarta e última linha de argumentação discute a não-cientificidade da cultura. Para os positivistas, as RI não podem, não devem e não precisam estudar diversidade cultural. Apesar de diferentes, essas explicações tinham algo em comum: a questão que gera os desentendimentos no *mainstream* teórico das RI é “como abordar e representar o Outro” (CHAN, 1993 *apud* VALBJORN, 2008)⁴².

Como podemos observar, o debate teórico gerou algumas implicações para o tema. Cultura tem sido um lugar de disputa filosófica e política. O debate em torno do seu conceito é fundamental. Deriva, em geral, das contestações no pensamento político e social europeu e na institucionalização de disciplinas acadêmicas, mais especificamente. Muitas vezes, os conceitos apresentam

⁴¹ “Para uma disciplina preocupada com a diversidade de pessoas tem havido pouca preocupação com processos normalmente entendidos sob a categoria de cultura” (WALKER, 1993, p. 180 *apud* VALBJORN, 2008, p.57). O trabalho citado faz referência a: WALKER, R.B.J. **Inside/outside international relations as political theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

⁴² CHAN, S. Cultural and linguistic reductionism and a new historical sociology for IR. **Millennium**, v. 22, n.3, p. 423-442, 1993.

significados incompatíveis diante da variedade de tradições intelectuais e disciplinares (WALKER, 1990).

Duas questões foram fundamentais em influenciar o modo como o conceito de cultura se insere nos debates contemporâneos ocidentais e, especialmente, informa a análise das Relações Internacionais: a) reivindicações filosóficas e métodos analíticos presumem uma diferença ontológica fundamental entre ideia e matéria, linguagem e mundo. E cultura tem sido trabalhada nessa base e; b) a diferença entre o conceito de cultura do Iluminismo, em comparação com o conceito do século XVIII. A noção iluminista é da universalidade e da semelhança entre os diferentes povos. Ou seja, uma noção de agregação. Já a interpretação do século XVIII é baseada na diferença entre os povos. Portanto, vai servir de base para o surgimento do nacionalismo. Assumindo uma postura de separação e diferenciação entre os povos. Nessa forma, o conceito de cultura permanece associado à diversidade, fragmentação e relativismo, além de tradições advindas de comunidades particulares (WALKER, 1990).

Essas concepções moldam o significado de cultura para as RI e geram duas resoluções que influenciaram o modo de pensar a vida cultural. Diversidade cultural se torna uma questão de identidade nacional, dentro dos limites dos Estados que podem coexistir no sistema. E emergem disciplinas institucionalizadas através das quais é possível estudar, analisar e comparar outras culturas. Em especial, a ascensão da Antropologia traz contribuições importantes em razão da sua experiência com problemas de etnocentrismo (WALKER, 1990).

Como as RI têm contribuído para o debate em cultura? Para Walker (1990), o conceito de cultura na disciplina não tem resultado em análise empírica cuidadosa ou em uma complexa discussão teórica. O autor afirma que enquanto a teoria política e a teoria sociológica estão em fase de reconceituar processos, as teorias de relações internacionais permanecem na antiga disputa entre realistas e idealistas⁴³. É importante notar que o autor escreve em 1990. De lá para cá, muita coisa já foi produzida, podendo levar a um cenário diferente sobre as contribuições empíricas e teóricas das RI. Contudo, é interessante questionar se de fato a discussão evoluiu, em especial, nos estudos acadêmicos no Brasil, objeto dessa pesquisa. Ou será que a análise de cultura e relações internacionais não tem sido tratada como um tema de grande significância, como sugere Walker vinte e oito anos atrás?

⁴³ Contudo, o autor cita exceções de trabalhos que para ele trataram cultura como um aspecto relevante das relações internacionais. Exemplo disso é o trabalho desenvolvido por Adda Bozeman (1994 [1960]).

No estudo teórico de CPRI a utilização do conceito de cultura sempre representou um desafio. Na própria reflexão sobre as ciências sociais como um todo, esse desafio é perene. Para Keating (2008) as explicações culturais utilizadas nas ciências sociais estão diretamente ligadas ao nível de análise do coletivo. A cultura está essencialmente ligada à sociedade e por isso representa, em grande medida, um desafio ao individualismo metodológico. Na interpretação do autor, a utilização do conceito de cultura está associada à avaliação do coletivo, na maioria dos casos. Devido a essa característica, muitos cientistas sociais optam por abandonar o conceito em suas pesquisas.

A partir dessa reflexão, o autor propõe a utilização do conceito para ajudar a entender e explicar as instituições e os comportamentos políticos, contudo, somente se for entendido (e compreendido) de modo sofisticado. Pois, mesmo que exista inúmeras dificuldades (e limitações) na forma de operacionalizar e mensurar cultura, o conceito não deve ser descartado como ferramenta explicativa (KEATING, 2008).

Dentro das ciências sociais, a evolução do conceito ocorreu mais rapidamente na Sociologia e na Antropologia, especialmente a partir dos estudos de Max Weber, Émile Durkheim e Clifford Geertz (1973). Os debates travados em outras disciplinas transbordam de forma direta e indireta para a Ciência Política. Nessa disciplina, as explicações culturais ficaram de certa forma restritas a literatura de cultura política, que possuem como marco inicial o trabalho clássico de Almond & Verba (1965). A publicação desse estudo provocou maior debate sobre o tema, essencialmente baseado nas críticas a metodologia, resultados e etnocentrismo da pesquisa. Os estudos sobre cultura política continuaram a evoluir nos EUA através de acadêmicos como Inglehart (1988) (KEATING, 2008).

Tanto Almond & Verba (1965) como Inglehart (1988) foram influenciados pela Revolução Behaviorista. Durante as décadas de 1950 e 1960, as ciências sociais, principalmente nos EUA, sofreram um movimento de busca por uma maior cientificidade. O principal objetivo era emular o rigor científico das ciências naturais. Como consequência, as explicações culturais começaram a ser evitadas, tendo em vista que estavam associadas a um caráter mais normativo, naquele momento visto como ultrapassado (KEATING, 2008).

A influência do behaviorismo gerou efeitos importantes na Ciência Política. Primeiro, as hipóteses explicativas deveriam ter caráter universalista sobre o comportamento humano. Segundo, a ciência deveria ser válida em qualquer lugar. Terceiro, o positivismo era, a partir daquele

momento, a epistemologia dominante. O objetivo era imitar as ciências naturais. Portanto, as diferenças entre as sociedades ou instituições políticas eram justificadas na influência de variáveis universais, como a estrutura econômica, níveis de desenvolvimento, e não em razão de um conjunto de atitudes específicas daquela sociedade (KEATING, 2008).

Com a ascensão do behaviorismo, outros elementos teóricos e metodológicos dificultaram a utilização do conceito de cultura na Ciência Política. O foco nos comportamentos políticos e sociais abriu espaço para a popularização da explicação da teoria da escolha racional e do individualismo, como métodos explicativos no espaço social. O principal objetivo era mostrar as ligações entre os comportamentos individuais e a coletividade. Nesse momento, grande parte dos pesquisadores começa a entender o coletivo como a soma das ações individuais, logo, as características da sociedade (ou da instituição) seriam definidas pelas ações dos indivíduos através do cálculo racional de cada um (KEATING, 2008).

O regresso do conceito de cultura nas ciências sociais ocorreu durante a década de 1990. Segundo Keating (2008) ocorreu uma espécie de redescobrimto da cultura no estudo acadêmico. Principalmente na Sociologia onde ficou conhecido como a virada culturalista (ou virada cultural). O individualismo metodológico e a teoria da escolha racional foram questionados. Ocorreu uma revisão teórica nas ciências sociais em todos os níveis: ontologia, epistemologia e metodologia. As explicações universais se mostraram limitadas e antiquadas, pois olhavam o mundo a partir de um só ponto de vista. Os pesquisadores reconheceram a importância do contexto social e político, que em razão de sua complexidade, não deve ser resumido a um conjunto de variáveis dentro de um modelo (KEATING, 2008).

Nas RI, a virada cultural decorre do crescente interesse em diversidade cultural, civilizações e a questão da representação do Outro (VALBJORN, 2008). As abordagens culturais ganham força, ajudando a identificar os indivíduos dentro do contexto social no qual seus valores, aspirações e associações são formados. Ainda, propiciando significado as suas escolhas políticas. Ao mesmo tempo, o estudo sobre cultura apresenta hipóteses explicativas em relação à lógica da escolha racional. Dessa forma, cada uma pode ser utilizada no problema de pesquisa mais adequado ao seu arcabouço teórico e metodológico (KEATING, 2008).

Se por um lado, esses fatores retomam ou introduzem questões importantes na agenda da disciplina, por outro lado, para Valbjorn (2008) as RI levantaram muito mais questões do que responderam. Durante a virada cultural, gerou-se uma crítica à disciplina que era vista como

culture-blind, ou seja, estudava pouco o Outro e possuía perspectivas próprias limitadas. O aumento da atenção para estudos sobre diversidade cultural fez com que o tema entrasse na agenda. Contudo, o papel desempenhado pela diversidade cultural foi questionado através de abordagens culturais que concordavam com concepções de cultura muito diferentes. De acordo com Valbjorn (2008) era esperado, já que o conceito de cultura era essencialmente contestado. O trabalho de Huntington (1993) foi emblemático nesse sentido, pois concentrou boa parte do debate.

Huntington (1993) entende cultura através de uma concepção essencialista, na qual consiste em totalidades parciais. Diversidade cultural significa diversidade de culturas, cada uma com uma lógica distinta. Contrário à ideia de que a globalização do sistema de Vestfália trouxe homogeneização entre os Estados, para o autor, as relações internacionais funcionam dentro da lógica essencial de culturas específicas. Assim como para Bozeman (1994 [1960]), compreender as dinâmicas específicas culturalmente requer o reconhecimento da infraestrutura cultural dos atores internacionais, ou seja, é necessário conhecer profundamente as pressuposições religiosas e filosóficas básicas subjacentes a outras civilizações. Essa percepção sobre a natureza das relações internacionais resulta em implicações epistemológicas sobre “como abordar e representar o Outro”. O trabalho de Huntington gerou inúmeras críticas, pois argumentava-se que para compreender o Outro, apenas conhecer o princípio da diversidade cultural não era suficiente. Além disso, associar diversidade cultural à diversidade de culturas distintas e separadas pode gerar o foco restrito em como o Outro é fundamentalmente diferente de determinada percepção (VALBJORN, 2008).

Existe ainda um entendimento a respeito da diversidade cultural nas RI que se baseia na ontologia construtivista social e considera a diversidade cultural como “produto de uma prática significativa e produtiva de fronteiras, através do qual o significado é socialmente construído e o poder exercido” (VALBJORN, 2008, p. 64). Preocupa-se em: identificar como estão construídos os Outros, através de representações em discursos específicos; como essas representações compõem a construção da identidade do representante e; como representações do Outro constituem exercício de poder. Para isso, essa corrente destaca a necessidade de ampliar o campo de investigação tradicional das RI, incluindo o campo de cultura popular (VALBJORN, 2008).

Segundo Valbjorn (2008), as duas abordagens culturais apresentadas anteriormente demonstram como a virada cultural gerou uma pluralidade de concepções de cultura, resultado em diferentes entendimentos sobre o papel da diversidade cultural na disciplina. Contudo, elas também resultaram em um foco na especificidade do próprio representante e; a pressuposição a priori de

que existe uma diferença cultural absoluta do Outro. Com isso, o autor questiona até que ponto as RI têm respondido a essas questões.

Na Ciência Política o uso do conceito de cultura produziu a desmitificação do Estado, pois as diferenças culturais não estão mais limitadas as fronteiras nacionais, diferente do que vimos antes da virada cultural. O Estado pode ser visto como um conjunto de instituições políticas e não como um ser atemporal que sempre existiu. Tal interpretação é fundamental para abrir novas opções de pesquisa, pois a partir desse momento podemos nos perguntar quais são as instituições mais importantes nesse processo e por quais motivos as pessoas obedecem a esse aparato artificial. O estudo da cultura em CP e RI abre a possibilidade de quebra da primazia do Estado-nação como unidade básica e dominante de análise. Para Keating (2008) essa primazia pode ser entendida como um dos principais problemas teóricos das ciências sociais, pois limita as opções de pesquisa.

Outra vertente desse ressurgimento da cultura são os estudos sobre capital social. Na Ciência Política muitos autores buscaram falar sobre cultura ou aspectos culturais sem utilizar o conceito. O debate sobre capital social acaba utilizando a lógica da cultura evitando a colocação do termo em si. A ideia central então é que as sociedades podem gerar normas e práticas de confiança e cooperação que ao longo do tempo são fortalecidas dentro das instituições políticas gerando resultados positivos⁴⁴ (KEATING, 2008).

Com base nessa retrospectiva, podemos avançar para as novas abordagens em torno do conceito de cultura na Ciência Política. O estudo do fator cultural nas ciências sociais busca evitar tanto reducionismo como o existencialismo do passado, no qual as atitudes e comportamentos eram imensuráveis e distintas de um comportamento racional, pois era essencialmente a construção de estereótipos. Ao invés disso, a cultura será tratada como um complexo conjunto de influências que moldam as condições para a ação racional, explicando como as instituições operam e como as práticas sociais são formadas ao longo do tempo, tendo em vista seu caráter mutável através da ação humana (KEATING, 2008).

O conceito de cultura será composto então por uma série de componentes. Primeiro, é importante diferenciar cultura e identidade, conceitos usualmente tratados como sinônimos. A identidade deve ser vista como um componente da cultura, pois, em grande medida, é produto da construção social, não sendo puramente natural ou dada. Nesse sentido, a identidade é construída

⁴⁴ O maior exemplo é estudo de Putnam (1993) *Making Democracy Work*.

pela socialização dentro de uma determinada cultura, que consiste em uma série elaborada de códigos, incluindo o compartilhamento de conhecimento e interpretações. Para Keating (2008), tal compartilhamento permite aos membros desse grupo reforçarem suas próprias identidades e se reconhecerem como um coletivo.

Segundo, a cultura deve ser entendida como uma estrutura para interpretações e construção de visões da realidade. Diferentemente dos outros seres e objetos, os humanos realizam sua própria interpretação de si mesmos, de seu papel no mundo e dos seus semelhantes. Assim, os cientistas sociais precisam interpretar essas interpretações. Podemos citar como exemplo os estudos sobre crenças religiosas (KEATING, 2008).

O terceiro componente consiste no valor atribuído a determinadas ações e atitudes. Nesse momento, a explicação cultural pode complementar a da escolha racional (LANE & ERSSON, 2005 *apud* KEATING, 2008)⁴⁵. Logo, se a análise da escolha racional assume que as pessoas buscarão maximizar seus benefícios frente aos seus custos no processo de tomada de decisão, a explicação cultural ajudar a explicar qual é essa decisão. O exemplo utilizado por Keating (2008) nos ajuda a entender melhor esse componente do conceito de cultura. A busca por riqueza e poder é algo comum a quase todos os indivíduos que compõem a maioria das sociedades contemporâneas. Contudo, essa busca não é o único motivador da ação humana, mesmo que guie a maioria dos indivíduos independente de sua formação como ser humano. Ao mesmo tempo, mesmo que o objetivo consista na busca por riqueza e poder, os motivos que justificam tal busca podem ser os mais diversos possíveis. Assim como as estratégias adotadas para alcançar tal objetivo. A lógica da escolha racional não comporta tamanha complexidade de fatores, abrindo espaço para uma explicação cultural (KEATING, 2008).

A soma desses componentes mostra como as sociedades são heterogêneas e podem se modificar ao longo do tempo. Dessa forma, as abordagens culturais enfatizam a função social-política dos símbolos e dos seus usos nas sociedades e instituições. Na verdade, o que importa não é o símbolo em si, mas o simbolismo por trás deste, pois serve como um atalho para se entender como as interpretações compartilhadas são formadas pelos membros daquele grupo a partir dos seus valores também compartilhados. Da mesma forma, o mito também desempenha um papel importante na explicação cultural. Contudo, o termo usualmente é mal interpretado. Os mitos são

⁴⁵ LANE, Jan-Erik & ERSSON, Svante. **Culture and Politics. A Comparative Approach**. Aldershot: Gower, 2ª edição, 2005.

crenças cujo efeito é independente de sua veracidade. Ao criar uma história comum produzem dentro de um grupo o sentimento de pertencimento moldando a construção de sua identidade coletiva e dos seus valores. Essas histórias e seus desdobramentos formam uma importante agenda de pesquisa para o cientista social que em grande medida é mal interpretada (KEATING, 2008).

A cultura é então um conceito essencialmente coletivo, aplicável a grupos sociais diversos. É composta por significados compartilhados e interpretações. As abordagens baseadas na cultura permitem ao cientista social ir além das explicações de que os processos sociais são meros agregados de ações individuais ou de sua psicologia também individual. Ao mesmo tempo, não se pode utilizar o conceito de cultura como algo inerente a um grupo, no qual somente o indivíduo sofre influência do coletivo, pois o indivíduo não é receptor passivo dessa influência. Tanto indivíduo como sociedade influenciam-se mutuamente. A cultura está em constante mudança (KEATING, 2008).

Assim, a cultura deve ser localizada no domínio do intersubjetivo, de troca social e de construção de significados compartilhados (ROSS, 1997 *apud* KEATING, 2008)⁴⁶. Serve como ponte entre os níveis individuais e coletivos de análise da formação da consciência coletiva e da ação política. Uma vez que socializa indivíduos em significados comuns, enquanto os indivíduos ajudam a remodelá-la constantemente. Dessa forma, a cultura não é separada dos comportamentos individuais ou da estrutura social, pelo contrário é parte central de ambos (GEERTZ, 1973 *apud* KEATING, 2008)⁴⁷. Por fim, na medida em que as identidades, símbolos e mitos podem ser inventados e manipulados pelas elites sociais, o cientista social não pode abdicar da explicação cultural. Pelo contrário, a partir desse desafio é necessária a busca por análises empíricas mais sofisticadas baseadas no conhecimento teórico adequado dos conceitos mobilizados nesse tipo de pesquisa (KEATING, 2008).

Nos resta saber que caminhos são possíveis de percorrer para um debate mais fértil sobre o tema. Após a virada cultural, pode-se elencar algumas sugestões. Primeiro, é preciso trazer cultura de volta aos estudos, porém, com cuidado. As recentes concepções específicas de cultura introduzidas nas RI foram importadas e muitas vezes já abandonadas por disciplinas como a Antropologia, a exemplo da concepção de Huntington. A existência de diversos conceitos de

⁴⁶ ROSS, Marc Howard. Culture and Identity in Comparative Political Analysis. *In*: Mark Irving Lichbach and Alan S. Zuckerman (eds.), **Comparative Politics. Rationality, Culture, and Structure**. Cambridge University Press, p. 42–80, 1997.

⁴⁷ GEERTZ, Clifford. **The Interpretation of Cultures**. New York: Basic Books, 1973.

cultura possibilita a reflexão da disciplina a favor de uma concepção mais moderna. Dada sua experiência com o conceito, a Antropologia pode ajudar nessa tarefa de reconfigurar o conceito de cultura. Isso não significa que existirá um conceito atualizado e que todos estarão de acordo. Como Lapid & Kratochwill (1996) sugerem, o problema não é a ausência de definições de cultura, mas o excesso. Logo, é interessante investigar os méritos ou deméritos dos diferentes conceitos (VALBJORN, 2008).

Uma segunda sugestão é desatrelar o debate entre cultura e questões filosóficas fundamentais, por exemplo, a relação entre o universal e o particular; entre o si e o Outro e; entre um e muitos. As posições filosóficas e a teoria de RI correspondem a níveis de raciocínio diferentes. Poucos foram os filósofos que pensaram especificamente nas relações internacionais. Normalmente, “suas posições são vazias quanto suas suposições, proposições ou hipóteses sobre relações internacionais como tal” (JORGENSEN, 2000, p. 41 *apud* VALBJORN, 2008)⁴⁸. Por fim, a disciplina deve ser mais aberta à multiplicidade de perspectivas, epistemologias e abordagens incorporadas em diferentes experiências histórias e tradições intelectuais (VALBJORN, 2008).

4.2 As Relações Internacionais e o Conceito

Em livro intitulado *Culture and International Relations: Narratives, Natives and Tourists* Julie Reeves (2004) lança olhar na história geral da ideia de cultura através do ponto de vista das Relações Internacionais. O objetivo é facilitar o entendimento de como trabalhos específicos da disciplina vivenciam a mudança no entendimento do conceito de cultura. Para isso, utiliza de *contextual method*, método por meio do qual um trabalho é recolocado no cenário em que surge, possibilitando o entendimento dos conceitos e ideias que eram predominantes naquele momento. A autora propõe um quadro focado em determinadas teorias (como o Realismo e a Escola Inglesa) para análise de alguns recortes de tempo na concepção de cultura.

Poderíamos questionar sobre a razão em partir do estudo de Reeves (2004), que é específico das Relações Internacionais, quando os dados que dispomos (artigos) correspondem também a outras áreas disciplinares, como a Ciência Política, a Antropologia, a Sociologia e o Direito. Ou

⁴⁸ JORGENSEN, K.E. Continental IR theory: the best kept secret. *European journal of international relations*, v. 6, n.1, p. 9-42, 2000.

seja, estaríamos tentando analisar a concepção de cultura (em artigos de diferentes áreas) através do olhar de uma única disciplina? Diante disso, justificamos a escolha do trabalho em razão: a) o foco disciplinar dessa dissertação consistir nas áreas de RI e CP. Buscamos desde o início da pesquisa não contemplar artigos de outras áreas, visando esse foco; b) estamos de acordo com a colocação de Reeves (2004) quanto à semelhança da experiência das RI com outras disciplinas das ciências sociais ou humanidades no que concerne a ideia de cultura. Ainda de acordo com a autora, os teóricos de RI e comentadores apenas seguiram as tendências que eram populares e dominantes sobre a noção de cultura.

Duas foram as concepções que dominaram o entendimento sobre cultura. A concepção humanista e a concepção antropológica. As Relações Internacionais presenciaram a mudança do predomínio da primeira para a segunda concepção. Se antes cultura significava o ápice da intelectualidade e criatividade humanas, manifestada através das artes (humanista), em meados do século XX, cultura passa a representar “tudo aquilo que somos”, não importa a comunidade, todos os indivíduos a possui, mas cada cultura possui suas diferenças (antropológica). A seguir, veremos com mais detalhes como ocorre essa mudança.

No século XIX cultura era pensada como um caminho para o avanço da civilização. O conceito de civilização estava atrelado a teoria das raças e determinismo biológico. Nesse período, Matthew Arnold defende a utilização da cultura como um meio tanto para o indivíduo alcançar um estado superior, como uma mudança social desejada. Para ele, cultura poderia ser entendida como “alta cultura”⁴⁹, ou seja, o melhor em termos das artes e das humanidades. Sua hipótese era a de que se um número suficiente de pessoas se tornasse mais culta, inevitavelmente a sociedade seria transformada.

Essa ideia permaneceu dominante na França e na Inglaterra, mesmo após o conceito ter sofrido transformações na Alemanha. A influência das tendências francesas nas aristocracias europeias perdurou séculos. Mas, o conceito de *kultur* desenvolvido na Alemanha representa uma rejeição a todas as coisas francesas. Para os alemães, cultura representava algo natural e puro, enquanto civilização era artificial, estrangeira. O conceito se torna politizado pelos nazistas, era sinônimo de Estado, durante a II Guerra Mundial e era definido para os povos germânicos.

Quando o século XX inicia, três ideias podiam ser visualizadas: britânicos e franceses (e estadunidenses nesse momento) acreditavam que a ideia de civilização estava fortemente atrelada

⁴⁹ Expressão atribuída pelos antropólogos (REEVES, 2004).

à industrialização, representava a conquista social em larga escala, e impérios e progresso eram vistos como algo positivo para o mundo avançado. A ideia de cultura aqui permanecia uma questão individual, estava associada ao esforço intelectual e pessoal, à educação e ao avanço. Ao contrário de *kultur* de caráter nacional.

Ao final da I Guerra Mundial, havia ficado a preocupação em entender a natureza da civilização. Se a mesma civilização que conseguiu atingir o “ápice da perfeição, do melhor de tudo” foi a mesma responsável pela grande guerra, era preciso entender sua natureza, afim de evitar uma nova guerra futura, e melhorar a qualidade da vida internacional. Por essa razão, o conceito de cultura no período entre guerras é muito influenciado pelo debate em torno da civilização, especialmente nas questões do determinismo biológico. Assim, é o conceito humanista que se torna o mais importante nesse contexto.

A atribuição do determinismo biológico ao conceito de civilização é rejeitada pelos teóricos das Relações Internacionais, disciplina que estava surgindo. Para esses acadêmicos um comportamento civilizado era sinônimo de paz, não de guerra. Norman Angell, por exemplo, acreditava que civilização correspondia a todos⁵⁰. Logo, não seriam as forças biológicas e sociais que determinariam o futuro das relações internacionais. A eclosão da I Guerra Mundial foi prova do erro em considerar essa visão. Dessa forma, a guerra gerou duas importâncias consequências: 1) o questionamento quanto ao conceito de civilização e; 2) mostrou quão moderno e internacionalizado se encontravam os meios para preservar ou disseminar a civilização.

Sob a influência das ideias de Matthew Arnold, a concepção humanista entendia que uma vez que as pessoas se tornassem mais cultas, mudariam seus hábitos e comportamentos, ou seja, tornar-se-iam civilizadas. Dessa forma, sociedades civilizadas mudariam a natureza das relações internacionais. Se no curto prazo, evitariam a guerra, no longo prazo, mudariam a ordem mundial. Logo, era preciso “buscar a perfeição” a nível internacional através principalmente da educação e da cultura.

Era preciso estabelecer essa busca ao nível internacional, espalhando os benefícios da cultura, através da troca do que a humanidade tinha de melhor. Essa preocupação começa a ser refletida nas instituições internacionais que surgiam. A exemplo do Comitê Internacional de Cooperação Intelectual (ICIC) criado em 1922. Esta foi vista como um meio para encorajar um

⁵⁰ Contudo, para Angell, mesmo que o conceito de civilização abrangesse a todos os indivíduos do mundo, ainda existia áreas não-civilizadas que precisam ser “civilizadas” (REEVES, 2004).

entendimento mútuo entre os países através do intercâmbio de arte, literatura, ideias, alunos e acadêmicos⁵¹.

Surgido no entre guerras, o conceito antropológico de cultura não era muito conhecido fora dos EUA. Se por volta da I Guerra Mundial, o projeto cultural humanista predominava nas relações internacionais, ao final dos anos 1940 o conceito antropológico irá ser tido como “a pedra fundamental das ciências sociais” (STOCKING JR., 1968 *apud* REEVES, 2004)⁵². O interesse público na ideia antropológica de cultura cresce paradoxalmente ao contexto particularmente racista que predominava nos Estados Unidos na década de 1920⁵³.

No século XX, Franz Boas funda a disciplina de Antropologia Cultural nos Estados Unidos. Sua contribuição foi estabelecer uma relação importante entre o conceito alemão de *kultur* e o estudo científico de pessoas e suas “culturas”. Franz Boas influenciou um outro grupo de antropólogos que passam a ser reconhecidos por trabalharem com o conceito antropológico moderno. Dentre esses especialistas encontram-se: Benedict Anderson e Margareth Mead. Mas em quê esse conceito se diferenciava do humanista?

A primeira grande definição do conceito antropológico é atribuída a Edward B. Taylor, ainda no século XIX, para o qual cultura era “todo um modo de vida”. Especialmente, a partir dessa concepção, cultura estava sendo estudada cientificamente. Era vista como uma questão relacionada a toda uma comunidade, a qual cada uma possuía sua própria cultura. Buscava-se confrontar o argumento racista e promover uma abordagem que valorizasse todas as culturas.

O conceito de cultura desenvolvido por Boas e seus seguidores sofre mudanças. A Antropologia permaneceu marginal nas ciências sociais até meados dos anos 1960, quando volta ser uma questão de interesse, dando origem a uma nova geração de acadêmicos, como Clifford Gertz, Marshall Sahlins e David Schneider. Em que essa geração se diferenciava da anterior? Em grande medida, esses antropólogos culturais aceitavam as premissas básicas da ideia de cultura, mas eram a favor de metodologias diferentes. Cultura era um fenômeno universal, no qual todos os seres humanos possuem. No sentido antropológico, cultura significa “modos de vida” característicos de cada comunidade, que por sua vez, possui valores também diferentes. Em outras

⁵¹ Mais tarde, o ICIC se tornaria a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Com a UNESCO, adota-se uma outra concepção de cultura: a antropológica.

⁵² STOCKING JR., George W. **Race, Culture, and Evolution: Essays in the History of Anthropology**. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1968/1982.

⁵³ Basta lembrarmos da Ku Klus Klan. A teoria evolucionária havia alimentado o interesse em definir o “legítimo estadunidense”. Isso implicava em diferenciar os diferentes tipos de povos.

palavras, cultura é o que um povo tem em comum, onde seus indivíduos compartilham coletivamente e diferenciam-se dos demais. Assim, assume-se nessa concepção homogeneidade e uniformidade entre determinado grupo de pessoas. O que explicaria, então, “o jeito como os brasileiros são”, por exemplo. Dessa forma, cultura manteria as diferenças entre estadunidenses, britânicos e brasileiros nativos.

Contudo, essa concepção de cultura parte do pressuposto de que sempre haverá uma “maneira distinta de fazer as coisas”, o que P. G. Wilson chama de “marca etnográfica”, algo que no ponto de vista empírico é difícil de isolar e identificar. Tido dessa forma, o conceito gera problemas. As sociedades são cheias de diversidade interna, desentendimentos e modos diferentes de fazer as coisas. Exemplo disso é a discordância entre os britânicos sobre suas características. Diante dessa forma de compartilhamento na coletividade, seria possível afirmar ou identificar a existência de uma cultura britânica?

Para A. R. Radcliffe-Brown o problema do conceito não era a questão empírica, porque cultura não é empiricamente real ou diretamente observável. Para este autor, mesmo que possível identificar uma cultura britânica, por exemplo, esta não poderia descrever a realidade por muito tempo, dada a dinamicidade da vida, ou seja, cultura é um conceito dinâmico, passível de mudanças. A crítica do historicismo marca as diversas mudanças que ocorrem nas culturas em virtude de razões internas ou externas. Portanto, considerar que cultura mantém uma sociedade em conjunto, independentemente do tempo, torna-se problemático.

Para alguns acadêmicos havia um problema em pressupor que cultura é a fonte das diferenças. Muitas vezes exemplos de diferença são citados como evidências de cultura. Mas afinal, se é a diferença entre comunidades que define a cultura, logo, temos um leque de diversidade, como afirmar que uma cultura é única e pertence exclusivamente a determinado grupo?

Sob o ponto de vista dessa crítica, quando se parte da ideia de que cultura é a fonte das diferenças, subentende-se que nos “bastidores” de uma comunidade existe algo que, misteriosamente, conduz e determina profundamente essas diferenças. Por exemplo, se entendermos que os valores e os significados formam a cultura dessa comunidade, logo, isso a difere das demais, estamos adotando uma concepção essencialista de cultura, pois subentende-se que esses elementos (valores e significados) são pré-existentes e duradouros. Para essa corrente de especialistas, o problema não é o fato das comunidades compartilharem de tais elementos, porque elas realmente compartilham. Mas sim atribuir à cultura elementos pré-existentes e duradouros.

Dessa forma, adotar uma concepção essencialista corresponde a uma suposição tácita de que existe uma “essência” de cultura.

Reeves (2004) sugere que o que caracterizaria, portanto, uma concepção essencialista de cultura seria: a) a suposição tácita de que cultura implica um significado preexistente e duradouro; b) quando o pesquisador entende que “cultura faz o que somos” (influência de Margaret Mead); c) a ideia de cultura transmite um significado específico da comunidade de modo explícito e; d) parte do pressuposto de que existe uma continuidade cultural, ou seja, existe uma conexão entre passado e presente. Ainda afirma que nessa concepção a ideia de cultura é utilizada mais como um dispositivo explicativo do que um termo descritivo.

A partir dessas críticas surge a abordagem anti-essencialista, a qual busca entender os porquês e os detalhes do que as pessoas fazem e o contexto em que fazem. Para esses especialistas o erro dos essencialistas era a tendência em traçar um retrato ordenado e distintivo das comunidades em sua totalidade, que dificilmente poderia ser verificado do ponto de vista empírico. Assim, consiste em uma abordagem que diz buscar entender a sociedade em termos mais realísticos. A experiência antropológica havia demonstrado alguns problemas e dificuldades em encontrar nível de concordância e homogeneidade, elementos implicados no conceito. Dentre esses obstáculos, estavam as dificuldades metodológicas em identificar as atitudes, os valores e os “modos de vida como um todo” de uma comunidade. Os anti-essencialistas propõem, então, uma mudança metodológica, epistemológica e ontológica na concepção do conceito de cultura.

A dominação do conceito antropológico se deu de maneira gradual em alguns lugares. Enquanto nos EUA prevalecia a ideia de que cultura era um “modo de vida”, no início da Guerra Fria os britânicos utilizavam a concepção humanista. Apesar de gradual, essa mudança de concepção pode ser observada, segundo Reeves (2004), nos trabalhos da Escola Inglesa.

Para essa corrente teórica, a política internacional ia além da relação entre os Estados, pois os mesmos, através de normas e regras, formavam uma sociedade e o que a sustenta é cultura. Mas, apesar de ser uma das poucas áreas que trabalha a ideia de cultura, o entendimento do termo não tem o mesmo significado para todos os teóricos da corrente, especialmente Martin Wight, Hedley Bull e R. J. Vicent. A Escola Inglesa parte de uma noção mais ampla do conceito, cultura é a base da sociedade internacional. Diferentemente da ideia nacionalizada de “nossa cultura”, cultura é algo compartilhado por todos os Estados, pois estes participam do mesmo sistema. A sociedade

internacional, portanto, é baseada na concepção de cultura a nível internacional e essa precede a própria sociedade. Essa era a visão de Martin Wight.

Wight atribui um novo papel da cultura nas Relações Internacionais, pois manteve algumas ideias e aspirações da Liga das Nações. Naquele período, entendia-se que cultura era um meio para atingir uma forma de cooperação mais pacífica e civilizada. A análise de Reeves (2004) indica uma oscilação nos trabalhos de Martin Wight na utilização da concepção de cultura, variando entre o sentido antropológico e o humanista, o que demonstrava certa ambiguidade quanto ao conceito (algo comum também em outros trabalhos).

Na realidade, o autor que marca o fim da era da concepção humanista é Hedley Bull. A partir desse autor, inicia-se a ascensão do conceito antropológico na disciplina. Bull questiona se a ideia de cultura a nível internacional tem o mesmo significado no nível local. Para o autor, cultura é mais proeminente no nível local e envolve: homogeneidade, consenso, uniformidade, o Outro, significado, *environmental determinism*. A noção de cultura internacional é bastante focada nos interesses e valores comuns presentes na sociedade internacional. No entanto, a questão é até que ponto essa “cultura internacional” é significativa. O entendimento de que sociedade internacional representava uma cultura homogênea, europeia, passava a ser cada vez mais questionado. No nível internacional faltavam qualidades específicas em relação a cultura. Dessa forma, Reeves (2004) entende que Bull utiliza o conceito antropológico e, ainda, representa um exemplo típico da concepção essencialista. Apesar de se referir, segundo Reeves (2004), a várias categorias de cultura, todas correspondiam a concepção antropológica.

Outro autor da Escola Inglesa que discutiu o conceito foi R. J. Vincent que, explicitamente, discutiu os problemas em relação ao conceito antropológico. Foi influenciado por antropólogos como Ruth Benedict, Margaret Mead e Clifford Geertz. Assim como Bull, a definição de cultura em Vincent era antropológica e essencialista. Ambos acreditavam que a sociedade internacional poderia superar suas diferenças e atingir uma cultura global comum. Contudo, a falta de precisão no conceito de cultura era um problema para Vincent. Essa preocupação conceitual não aparece no trabalho de Bull, o que existia era uma preocupação no sentido mais prático com o termo. Dessa forma, Vincent buscou relacionar a questão da “cultura global” com a teoria cultural e abordar o significado da cultura e do relativismo local. A ideia de cultura em Vincent tinha caráter homogêneo e consensual, pois sugeria a existência de uma cultura transcendente global ou

cosmopolita. Todavia, existia uma ordem decrescente de significância, assim, a cultura local era mais visível e significativa do que a cultura global.

Apesar da ideia de cultura ter adquirido, nas palavras de Reeves (2004), um “status mais coerente”, a busca por clareza conceitual causou algumas dificuldades para Vincent. O autor passou a discutir com a antropologia cultural a natureza da cultura internacional, algo de certa forma já superado. Além disso, grande parte das dificuldades encontradas eram intrínsecas a própria concepção essencialista de cultura e passaram a ser mais relacionadas com o conceito antropológico do que com a ideia de uma sociedade internacional, uma vez que a característica antropológica crescia na ideia de cultura para a Escola Inglesa.

Nesse contexto, possivelmente em torno da publicação da *A Sociedade Anárquica*, estava claro que os teóricos estadunidenses e europeus tratavam da mesma ideia de cultura e haviam aderido aos mesmos pressupostos e um quadro de referência uniformemente acordado. A partir das ideias de Bull e Vicent, os anos 1980 viram a sobreposição do conceito antropológico sob o humanista. Na década seguinte, presenciou-se uma significativa expansão dessa tendência. Ao final da Guerra Fria, era notório o interesse em cultura. Em grande medida, concordava-se que as comunidades eram diferentes e o que melhor explicava essas diferenças era o conceito de cultura. Dessa forma, era amplamente aceito a concepção relacionada a um “modo de vida” de um determinado grupo de nativos.

Especificamente nas Relações Internacionais, duas foram as áreas que mais desenvolveram o conceito: a chamada cultura estratégica e a repercussão da publicação da obra *O Choque das Civilizações* de Samuel Huntington. Ambas confirmam o domínio do conceito antropológico na disciplina e demonstram como muitos aspectos das relações internacionais poderia ser uma questão cultural.

A área de cultura estratégica surge a partir do interesse no comportamento do Estado. Estudiosos como Graham Allison haviam mudado a percepção e mostrado outros caminhos através dos estudos sobre política externa. Com Jack Snyder passa-se a utilizar o termo “cultura estratégica”⁵⁴ para entender do ponto de vista mais amplo as perspectivas de segurança de um estudo, assim como interesses globais. Parte do pressuposto de que a cultura molda organizações militares específicas ou preferências estratégicas. Nesse sentido, cultura consiste em uma

⁵⁴ A partir de seu estudo sobre as diferenças entre a máquina militar soviética e estadunidense. Snyder sugeria que os soviéticos possuíam uma visão distinta, dada a experiência histórica do país (REEVES, 2004).

importante ferramenta conceitual que auxilia no entendimento da variação entre as organizações militares e diferentes abordagens nacionais quanto a estratégia. Para John Duffield (1999) a cultura estratégica se aproxima muito da concepção essencialista, pois frequentemente os teóricos da área definem cultura como uma questão de “valores, atitudes, normas e crenças de um determinado grupo de pessoas”.

Mas foi com a publicação do trabalho de Samuel Huntington que as ideias de cultura desenvolvidas nas RI se tornaram preocupação para os antropólogos. Pois ao utilizar o conceito antropológico de cultura nas relações internacionais, propunha uma nova narrativa da política internacional. Huntington identificou sete ou oito grandes divisões na humanidade, chamadas de civilizações. Cultura era a fonte de uma possível confrontação entre elas. Contudo, de acordo com Reeves (2004), o autor havia falhado em distinguir cultura e civilização. Às vezes cultura significava religião, língua ou valores. Já o conceito de civilização era baseado em uma suposta semelhança regional.

Assim, a discussão proposta partia da versão essencialista do conceito antropológico de cultura. Huntington enxergava “culturas” como entidades. Uma cultura possuía elementos centrais ou até mesmo traços característicos que permaneciam inalterados, independente da influência de estrangeiros. Dessa forma, o autor não previa uma mudança cultural, tornando-o essencialista. A noção antropológica essencialista representa o perigo em considerar o nativo distinto ao longo do tempo e do espaço do turista. Pois diferenciar nativos de turistas, em termos práticos, tem sido uma tarefa cada vez mais árdua, já que ambos se misturam e realizam intercâmbio cada vez mais.

O trabalho de Huntington sofreu diversas críticas. No entanto, foi pioneiro ao atribuir a cultura um papel fundamental nas Relações Internacionais. A repercussão de sua teoria resultou em implicações políticas básicas, pois a partir do momento em que cultura é tida como a base da política, todo e qualquer elemento passa a ser lido nesses termos, ou seja, torna-se cultural. Cultura assume um papel inquestionável na vida, atribuído ao conceito um “status de gravidade”. Para Reeves (2004) isso é o suficiente para gerar um debate.

No entanto, se uma cultura possui seu próprio espaço e pode ser separada de seus vizinhos, então esta possui características distintivas fundamentais. Com isso, os nativos daquela cultura continuam a serem vistos como sendo essencialmente diferentes dos turistas. Reeves (2004) problematiza ao afirmar que uma vez que cultura representa uma fonte permanente para distinguir nativos de turistas, é preciso questionar como esse conceito de cultura funciona e quais tipos de

narrativas apoia. Ainda, se essa concepção essencialista, e sua explicação causal, contribui para as Relações Internacionais. Dessa forma, a ascensão do conceito antropológico sobre o humanista tem sido útil para a disciplina? Para além da concepção essencialista (“cultura faz o que somos”), o conceito de cultura permite diversas possibilidades de ver o mundo nas relações internacionais. A escolha dos conceitos que usamos é fundamental para responder sobre o modo como vemos o mundo.

4.3 Cultura no Brasil

No Brasil, a pesquisa em Relações Internacionais vivenciou dois momentos distintos. Entre o século XIX e o início do século XX, os estudos se concentravam na história diplomática e política externa nacional (ALMEIDA, 2004 *apud* VIZENTINI, 2005)⁵⁵. Em seguida, a disciplina no país vive uma fase de transição, adquirindo a produção bibliográfica um caráter mais científico acadêmico. Essa evolução acompanha o crescimento do mercado editorial, uma vez que este último incentiva a formação de um pensamento autônomo na área. A busca por maior autonomia significou não o abandono dos estudos em política externa e na história diplomática, mas a ampliação de temas internacionais diversos, a partir da visão nacional (VIZENTINI, 2005).

Contudo, a inclusão de novos temas não deve ser confundida com a mera reprodução destes na área acadêmica. Vizentini (2005) enxerga como problemática a tendência em muitas vezes acompanhar “a agenda dos sucessivos governos, reproduzir o discurso midiático e adotar paradigmas teóricos difundidos por agências financiadoras, especialmente estrangeiras” (VIZENTINI, 2005, p. 29). Assim, ainda que haja maior diálogo entre a produção brasileira e estrangeira, as RI no Brasil necessitam de perspectiva própria e “terceiro-mundista do internacional”.

O incipiente diálogo com novas temáticas também é apontado por Santos (2005) que ao pensar na pesquisa histórica sobre as relações internacionais no Brasil, também acusa a disciplina em utilizar pouco novas opções metodológicas. A autora identifica um número pequeno de estudos na área que se preocupam com percepções, ideias ou o modo como os indivíduos se interpretam e

⁵⁵ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações Internacionais e Política Externa do Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2ª ed., 2004.

se identificam. Entre esses trabalhos⁵⁶, estão o de Silva (1998) que, por sua vez, afirma que estudos dessa natureza (ou seja, que levam em consideração fatores de ordem cognitiva) não adquirem status de variável explicativa. A maioria das análises dedicadas à formulação de política externa enfatiza apenas os fatores de natureza tangível: políticos, econômicos, estratégicos. Por conseguinte, permanece uma lacuna empírica e analítica quanto a dimensão cognitiva afim de compreender as “visões de mundo” dos tomadores de decisão e; o impacto dessa variável na explicação da atuação diplomática do país (SILVA, 1998).

Ao final dos anos 1950, em contraponto a visão dos realistas de que atores são unitários e homogêneos, emerge na literatura estudos sobre dimensões psicológicas e culturais nas ciências sociais. A repercussão do movimento behaviorista, produz uma crítica robusta ao realismo, fornecendo aparato teórico e metodológico para os trabalhos de Análise de Política Externa. Ao mesmo tempo, é importante destacar a conjunção dos estudos de política externa e daqueles pautados nos elementos subjetivos e as relações internacionais (HERZ, 1994).

A análise cognitiva concentra-se em elementos psicológicos que influenciam no processo decisório. Contudo, Herz (1994) aponta alguns problemas: a) individualismo metodológico, ou seja, estudos focados apenas no comportamento de agentes individuais e; b) foco nas patologias do processo de tomada de decisão. Por conseguinte, esses dois fatores fazem com que as variáveis culturais sejam marginalizadas dos quadros teóricos.

Os estudos sobre cultura aparecem na forma de fatores culturais em conjunto com os estudos sobre política externa, uma vez que, partindo do pressuposto de que cultura é um sistema de valores, esta torna-se um importante fator de influência na política externa dos Estados, pois detém a capacidade de aproximar ou distanciar-los. Logo, entende-se que a dimensão cultural das relações internacionais é fundamental para compreensão da política externa. Contudo, de acordo com Suppo & Lessa (2007), salvo algumas exceções⁵⁷, essa dimensão foi vista de forma secundária na disciplina no Brasil.

Apenas a partir dos anos 1970, com o surgimento de novos paradigmas de Estado, a pesquisa em RI incorpora a dimensão intercultural da sociedade internacional como campo. Enquanto já havia sido abordada em outras disciplinas como a Antropologia, a Psicologia e a Sociologia. Nesse

⁵⁶ Outros trabalhos citados: “A política externa brasileira e o ‘sentimento de exclusão’” de Roberto Abdenur (1994) e; “O Brasil entre a Europa e a América” de Luís Claudio Villafañe (2004).

⁵⁷ Entre elas encontram-se: “O tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana” de Gerson Moura (1993)” e “A dimensão cultural das relações internacionais: proposta teórica-metodológica” de Mônica Herz (1987).

contexto, dois modelos teóricos surgem: o modelo da interdependência e o modelo da dependência. Enquanto no primeiro, ressalta-se as diferenças econômicas, sociais e culturais do sistema internacional⁵⁸, no segundo, a questão cultural praticamente não existe (SUPPO & LESSA, 2007).

A trajetória da dimensão cultural nas RI atravessa diversos estudos⁵⁹. De estudos como McMurry & Lee (1947) – que utiliza essa dimensão como elemento constitutivo da política externa dos Estados e analisa suas políticas culturais - a Saul Friedlander (1977), por exemplo - que destaca a ausência de metodologia estabelecida nas pesquisas sobre relações interculturais – cabe ressaltar as contribuições de Marcel Merle. De acordo com Suppo & Lessa (2007) Merle sugere uma proposta mais revolucionária, em comparação ao demais, pois propõe a criação de um novo paradigma nas RI, centrado no fator cultural. Para o autor, as transformações culturais assumem maior importância porque os fatos políticos são, em sua maioria, culturais. Outro autor de destaque é Celestino del Arenal (1994). Ao analisar os estudos sobre o tema, identifica três enfoques analíticos distintos quanto ao tratamento da dimensão cultural: a) como subproduto da atividade política e econômica dos Estados; b) como um fator com autonomia e; c) como elemento explicativo no comportamento dos atores internacionais (ARENAL, 1994 *apud* SUPPO E LESSA, 2007)⁶⁰.

Apesar da existência de estudos, Suppo & Lessa (2007) destacam a carência de pesquisas e análises específicas, a partir de estudos de casos numericamente significantes de países, regiões ou períodos. Os autores defendem maior identificação e análise do fator cultural nos paradigmas de RI. Para esses autores, falta maior diálogo com os estudos já realizados em áreas como a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política. Só assim, teríamos uma abordagem pluridisciplinar, por conseguinte, a possibilidade de integrar novos conceitos e problemáticas ao tema cultura.

Cultura nas relações internacionais é enxergada de diferentes maneiras pelos pesquisadores. Cervo (2007), por exemplo, acredita ser positivo estudos e reflexão sobre o tema. Contudo, nem todos os autores compartilham do argumento. Diante das divergências a respeito do peso que cultura possui nas relações internacionais, Cervo (2007) atribui às visões de mundo conflitantes dos estudiosos a responsabilidade na diferença entre esses pensamentos.

⁵⁸ Vale lembrar do argumento de Nye Jr. que via cultura como parte do *soft power* (SUPPO & LESSA, 2007).

⁵⁹ Ver revisão de literatura em Suppo e Lessa (2007).

⁶⁰ ARENAL, Celestino del. **Introducción a las relaciones internacionales**. Madri: Tecnos, 1994.

Essas visões de mundo podem ser refletidas nas concepções de cultura em cada autor. Martins (2007), por exemplo, em livro intitulado “*Relações Internacionais: Cultura e Poder*” entende cultura no sentido amplo,

“diretamente vinculada à ação racional do homem. Dessa maneira, ela não fica restrita ao produto, por assim dizer, estático dos resultados ou dos objetos; cultura é tomada como fator dinâmico de ação, formação e transformação. Assim entendida, a cultura que enquadra e altera as relações sociais ingressa forçosamente na equação do poder como fator decisivo” (MARTINS, 2007, p.2).

Essa concepção de cultura está relacionada ao papel que as ideias desempenham no comportamento dos atores. Do ponto de vista racionalista, as ideias assumem papel secundário, uma vez que os interesses dos atores são dados, anteriores. Essa irrelevância das ideias é comumente encontrada no entendimento de muitos economistas e cientistas políticos. Nas RI, pode ser observada nos pressupostos realistas e do institucionalismo liberal. Krasner (1978), por exemplo, acredita que ideias e cultura política tomaram o status de variáveis inexplicadas. Em contraponto a essa vertente de pensamento, Martins (2007) propõe mostrar a importância das ideias para o agir racional que busca a satisfação de interesses. As ideias são o ponto de partida dos interesses e o conjunto dessas ideias forma uma cultura. É a partir da cultura que indivíduos e comunidades se encontram ou reencontram, pois aquela fornece um quadro de referências, no qual é possível estipular objetivos, metas e fins (MARTINS, 2007).

Mas em que consistiria esse quadro de referência cultural? De acordo com Martins (2007) seria “o conjunto das ideias usuais na sociedade e/ou em seus eventuais segmentos” (MARTINS, 2007, p.14). Funciona, então, como um roteiro de decisões no campo cultural para os indivíduos e suas comunidades. A circulação das ideias nesse campo exerce impacto na escolha de políticas. O quadro poderia ser abordado de duas formas: a partir da origem das ideias, ou; a partir da identificação delas e mapeamento de seus efeitos.

A compreensão de que cultura é um espaço não apenas de diálogos, mas também de silêncios e conflitos é partilhada por Borja (2010), ao elencar quatro premissas para o estudo da cultura nas Relações Internacionais. A autora identifica que ao passo que encontramos hoje maior aproximação com o Outro e maior pluralização das identidades, existe ao mesmo tempo conflitos identitários,

xenofobia, articulação entre diferença e desigualdade e questões de fronteira. Esta consiste, então, em uma das tensões filosóficas que permeiam o conceito de cultura e que, para a autora, são essenciais para repensar as RI. Outras premissas podem ser resumidas a seguir: a) importância em enxergar cultura como processo, de natureza dinâmica, mutável e plural; b) cultura é um fator que deve ser estudado em conjunto com os campos econômico, político e social, co-constituindo essas dimensões e; c) a proximidade entre cultura e política, economia e sociedade gerou uma instrumentalização da cultura, utilizada para outros fins, como manutenção da paz, desenvolvimento econômico, participação cidadã, por exemplo.

Com isso, vemos algumas das principais contribuições dos estudos brasileiros sobre cultura em RI. O elemento comum a todos os trabalhos apresentados é a visão ampla sobre o tema. Assim, vimos quais eram as temáticas no início da pesquisa no Brasil e como a inclusão de outras vai modificando a agenda (VIZENTINI, 2005). Começam a aparecer estudos sobre ideias e percepções (SANTOS, 2005). Mas estes enfrentam algumas dificuldades empíricas e analíticas, dada a preponderância dos fatores de ordem tangível (SILVA, 1998). Essa dimensão cognitiva propõe, então, analisar elementos psicológicos que influenciam no processo decisório em política externa (HERZ, 1994). Finalmente, em conjunto com os estudos sobre política externa, nascem os estudos preocupados com fatores culturais. Se cultura é um sistema de valores, esta torna-se um importante fator de influência na política externa dos Estados, pois detém a capacidade de aproximar ou distanciar-los (SUPPO & LESSA, 2007). No entanto, a ideia de que cultura é um fator relevante nas relações internacionais não é compartilhada por todos, principalmente em razão das diferentes visões de mundo dos pesquisadores (CERVO, 2007). É nas concepções sobre o termo que essas podem ser refletidas. Martins (2007), por exemplo, enxerga cultura diretamente relacionada à ação racional do indivíduo, influenciando nas relações sociais e exercendo papel decisivo na equação do poder. Ao final, resumimos as contribuições de Borja (2010), ao elencar quatro premissas para o estudo da cultura na disciplina. Em grande medida, essas premissas podem ser encontradas no debate a nível internacional anteriormente apresentado.

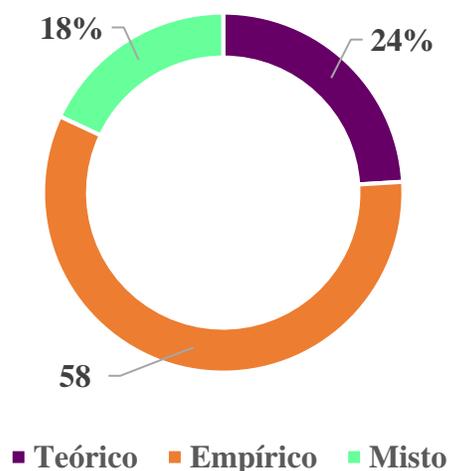
Após essas revisões de literatura, torna-se claro a necessidade de maior esforço analítico quanto ao conceito de cultura, pois concentra boa parte das discussões e problemáticas sobre o tema. Na seção seguinte, iremos aprofundar a utilização do conceito nas RI, através do trabalho de Reeves (2004).

4.4 Uso dos conceitos nos artigos

Após vermos como se estabelece a discussão sobre cultura em CPRI em âmbito internacional, seguida das principais contribuições de estudos brasileiros sob a perspectiva mais ampla, apresentamos com o trabalho de Reeves (2004) um ponto chave do debate em torno do tema: o(s) conceito(s) de cultura. Vimos, portanto, que a problemática conceitual permeia os estudos, sendo alvo constante de reformulações e críticas ao longo dos anos. O objetivo dessa seção é apresentar como os estudos brasileiros têm trabalhado o conceito, assim como identificar quais são suas bases teóricas, a quais outros conceitos se relacionam, quais casos esses artigos estão analisando.

4.4.1 Apresentação dos artigos: natureza dos estudos, países analisados e base teórica

Iniciamos apresentando como estão dispostos os artigos quanto a: natureza dos estudos, países analisados e base teórica. Conhecer a natureza dos estudos significa identificar em que estágio se encontra a pesquisa brasileira no tema: se em estudos teóricos, empíricos ou mistos. Ao inserir essa variável, esperava-se encontrar destaque aos estudos teóricos sobre cultura, pois assume-se que a discussão em torno do tema em CPRI ainda estaria em uma fase de estabelecimento do debate, apresentando conceitos e teorias nessa construção. O gráfico 13 apresenta como estão distribuídos esses estudos.

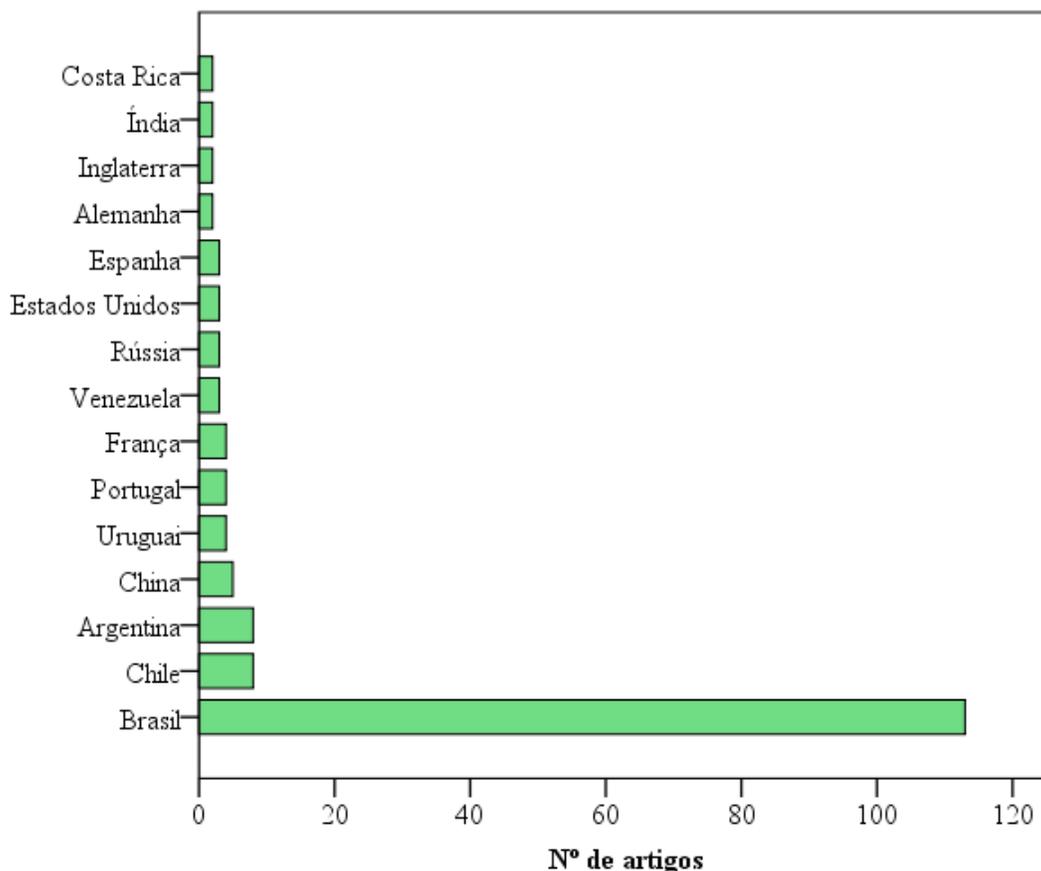
Gráfico 13 - Distribuição (%) da natureza dos estudos

Fonte: elaboração da autora.

Ao contrário do que se esperava, a maioria dos estudos (58%) possui caráter empírico, enquanto apenas 24% representam os artigos teóricos e 18% aqueles que reúnem elementos de ambos. Esses dados podem indicar a existência de debate já consolidado, no qual a preocupação dos estudos, em termos numéricos, aponta para a procura por pesquisas de base empírica. Dessa forma, pode-se sugerir a presença de uma certa congruência teórica-conceitual sobre cultura compartilhada e representada nos artigos. A diferença de proporção entre teóricos e empíricos (mais que o dobro) pode ser justificada pela predominância da temática de cultura política, normalmente mais associada a estudos de caso.

Se os estudos são em sua maioria empíricos, é curioso investigar quais casos estão sendo analisados. Como os trabalhos sobre o tema costumavam tratar majoritariamente de Estados, entendemos por casos os países. Dessa forma, detectamos abaixo os países analisados nos artigos.

Gráfico 14 - Principais países analisados



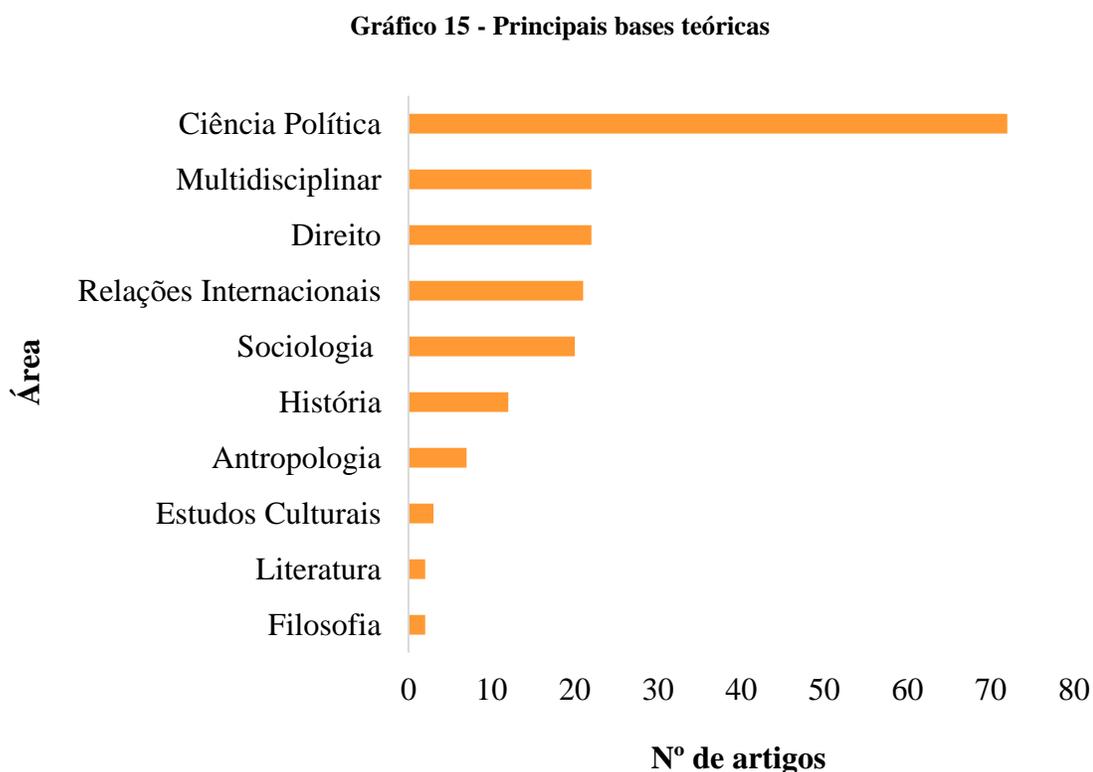
Fonte: elaboração da autora.

A expectativa era a de como trabalhamos com artigos publicados em periódicos brasileiros e a base de dados de classificação usada também é brasileira, o Brasil fosse o país mais analisado⁶¹. Portanto, há um viés. De fato, vemos a quantidade majoritária de artigos (acima de 100) sobre Brasil, representando boa parte da amostra. Em seguida, encontramos artigos sobre Chile e Argentina apresentando mais destaque, em relação aos demais. É curioso observar que ao contrário do que poder-se-ia imaginar, Europa e Estados Unidos não têm sido o foco das pesquisas brasileiras sobre cultura, mas sim países da região América do Sul, próximos geograficamente ao Brasil. Talvez esse interesse pelos vizinhos represente alguma forma de tentativa de traçar paralelos entre países que possuíram trajetórias historicamente semelhantes de formação política.

⁶¹ Não estão presentes no gráfico os países que correspondiam a menos de 1%; aqueles que não foram especificados nos artigos (por exemplo, quando se tratava de bloco regional ou região) e; aqueles que não analisavam países (por exemplo, os artigos teóricos). Quando se tratava de dois países, ambos foram inseridos nessa variável.

Quanto às bases teóricas adotadas nos artigos, buscou-se identificar as principais disciplinas que sustentavam as pesquisas. Para isso, observou-se durante a leitura dos artigos e em suas referências bibliográficas em qual disciplina determinada discussão teórica mais se identificava. Para fins dessa revisão de literatura, as áreas selecionadas foram: Antropologia, Ciência Política, Direito, Estudos Culturais, Filosofia, História, Literatura, Relações Internacionais e Sociologia. Essa seleção não se deu de maneira prévia. E os artigos que se destacavam em pelo menos duas áreas foram classificados como multidisciplinar.

No gráfico 15, vemos a Ciência Política contribuindo maciçamente, do ponto de vista teórico, para os estudos em cultura. Em seguida, estão os artigos que se destacam por utilizarem contribuições de diferentes áreas. Isso não significa que outros artigos não apresentam necessariamente trabalhos de outras áreas. As áreas de Direito, Relações Internacionais e Sociologia também representam a base teórica de um número considerável de artigos em temas como direitos humanos, direito internacional, cooperação internacional e comportamento, por exemplo. História e Antropologia se aproximam, mas a primeira predomina. Por fim, temos artigos que bebem mais dos Estudos Culturais, da Literatura e da Filosofia.

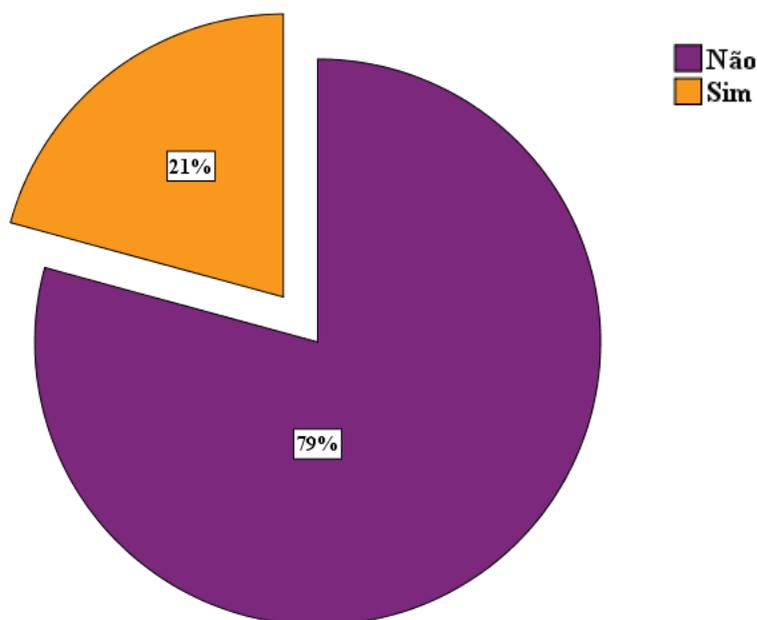


Fonte: elaboração da autora.

4.4.2 Conceitos de cultura

Nessa seção, observaremos de perto como os artigos trabalham os conceitos de cultura. Logo de início, torna-se fundamental identificar se ou quantos artigos fazem uso. Nesse sentido, detectamos os conceitos, quando utilizados, a partir de definições explícitas no corpo do texto do artigo, independentemente da profundidade delas⁶². A distribuição entre aqueles que apresentam e os que não apresentam o conceito pode ser visualizada no gráfico abaixo.

Gráfico 16 - Definição do conceito de cultura (%)



Fonte: elaboração da autora.

A partir do gráfico 16, podemos observar que a maior parte dos artigos (79%) em CPRI não recorre às definições do conceito de cultura. Em contrapartida, apenas 21% apresentam. Se partimos da ideia de que o estabelecimento do conceito é fundamental para desenvolvimento da pesquisa teórica ou empírica e, portanto, para o avanço do debate, podemos questionar até que ponto a literatura brasileira ou a própria área tem contribuído para o tema.

⁶² A lista com todas as definições encontra-se em Apêndice 2.

O dado provoca ainda a reflexão a respeito da ausência ou do excesso de definições de cultura. Vimos anteriormente que Lapid & Kratochwill (1996) enxergavam o problema no excesso (VALBJORN, 2008). Contudo, se observarmos a produção bibliográfica no Brasil sobre o tema (a nível de produção de artigos), constatamos que poucos são aqueles estudos que utilizam conceitos de cultura. Ou seja, será que possuímos mesmo um problema de muitos conceitos? Mais interessante seria investigar, em que esses conceitos utilizados diferem e questionar se de fato eles diferem. Ou, como aponta Valbjorn (2008), analisar os méritos ou deméritos dos diferentes conceitos.

Podemos então propor que a produção brasileira sofre de um problema de natureza dupla em relação a utilização do conceito de cultura. Por um lado, a grande maioria dos artigos não apresenta conceito algum sobre cultura. E, por outro lado, a minoria que apresenta o conceito sofre do problema denunciado por Lapid & Kratochwill (1996) de excesso no número de definições. Pois, se em 38 artigos encontramos 59 definições, podemos entender que o conceito sofre de muito debate e pouca concordância. Nesse ponto podemos supor que os artigos que optam por omitir o conceito de cultura o fazem por causa dessa disputa teórica ou, como denunciado por Keating (2008), preferem falar de cultura omitindo o termo.

Analisamos agora apenas a parcela dos artigos que apresentam o conceito de cultura (29%). O foco consistirá em dois aspectos: a) nas referências bibliográficas desses conceitos, ou seja, quem são os autores responsáveis pelos mesmos e; b) nas concepções intrincadas aos conceitos (humanista ou antropológica), a partir da classificação de Reeves (2004).

Os 29% dos artigos correspondem ao total de 38 artigos. Desses, encontramos 59 definições, uma vez que é comum os artigos apresentarem mais de um conceito. Diante das definições, listamos os autores dos conceitos utilizados. Em seguida, destacamos aqueles que se repetiam nos artigos⁶³. Chegamos, então, à seguinte lista:

Quadro 8 - Principais autores responsáveis pelos conceitos de cultura nos artigos

Autor	Trabalho
Gabriel Almond & Sidney Verba	<i>The Civic Culture (1963)</i>
Clifford Geertz	<i>A interpretação das culturas (1978, 1989)</i>

⁶³ A lista completa dos autores pode ser encontrada no Apêndice 3.

Lawrence Harrison & Samuel Huntington	<i>A cultura importa: os valores que definem o progresso humano (2002)</i>
Ann Swidler	<i>Culture in action: symbols and strategies (1986)</i>

Fonte: elaboração da autora.

É interessante destacar que dos quatro autores mais citados⁶⁴ um alinha-se à área da Antropologia (Geertz), outro da Sociologia (Swidler) e os demais da Ciência Política. Ainda, todas as obras, com exceção de Harrison & Huntington (2002), são anteriores à década de 1990, marco nos estudos sobre cultura. Com isso, tem-se a impressão de que as referências conceituais na literatura ainda consistem em pesquisas bem anteriores, talvez pioneiras no debate. O dado pode mostrar também a importância dessas pesquisas ou falta de avanço no debate. Outra característica da lista é a presença apenas de autores estrangeiros. Mais uma vez, cabe o questionamento a respeito das contribuições brasileiras.

Se compararmos essa lista com a lista da principal bibliografia nos artigos internacionais sobre cultura em periódicos A1⁶⁵, encontramos alguns desses autores novamente.

Quadro 9 - Principais autores citados na bibliografia dos artigos A1 internacionais

Trabalhos	Número de citações
Huntington, Samuel (1993)	14
Kymlicka, W. (1995)	9
Stevenson, N. (2003)	9
Anderson, Benedict (1983) (1991)	8
Geertz, Clifford (1973)	7
Rawls, John (1971)	7
Turner, B. S. (2001)	7
Axelrod, Robert (1997)	5
Isin, E. F., and P. K. Wood (1999)	5
Katzenstein, Peter (1996)	5

⁶⁴ Talvez chamar de “mais citados” não corresponda à expressão ideal, já que são apenas os autores que se repetem ao menos uma vez.

⁶⁵ Os procedimentos adotados para se chegar a essa lista são encontrados com detalhes no Apêndice 4.

Waltz, Kenneth. (1979)	5
Almond, Gabriel & Verba, Sidney (1963)*	4

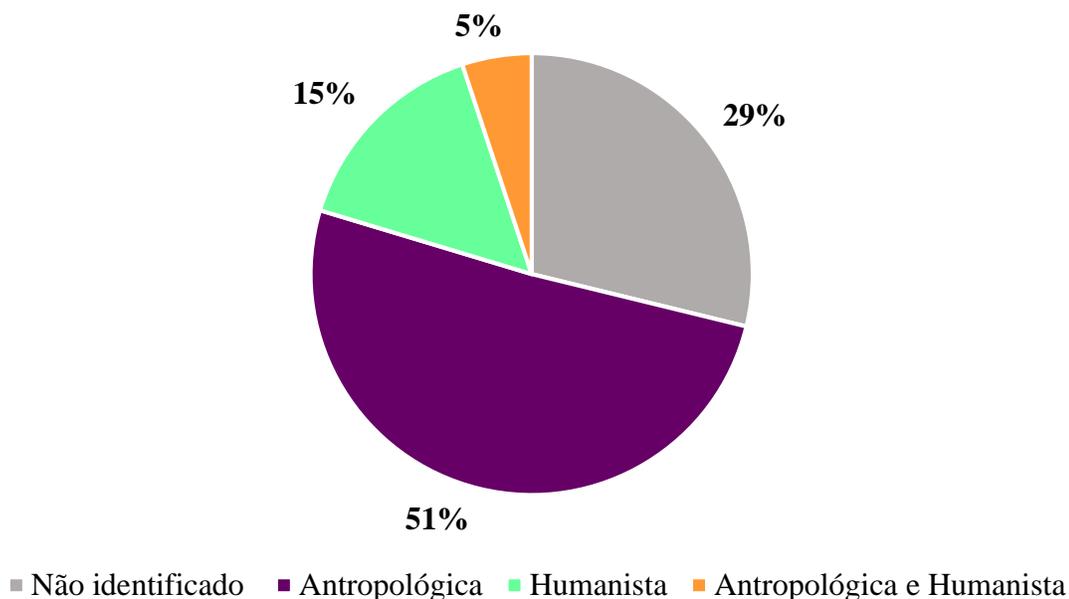
Fonte: elaboração da autora e uma observação: outros trabalhos também possuem o mesmo número de citações, mas para fins dessa pesquisa, apenas o trabalho de Almond & Verba (1963) foi inserido na tabela.

Ao comparar, vemos, portanto, que dos quatro trabalhos citados nos artigos brasileiros que conceituam cultura, três estão na lista da principal bibliografia internacional sobre o tema, dentro dos critérios propostos. São eles: Samuel Huntington, Gabriel Almond & Sidney Verba e Clifford Geertz. Isso indica que: a) os conceitos utilizados no Brasil estão de certa forma alinhados ao debate internacional e; b) a bibliografia fundamental para se estudar cultura em CPRI no âmbito internacional está reunida no quadro 8.

Algumas áreas de pesquisa têm sido desenvolvidas sob o ponto de vista da cultura. São elas os estudos sobre: multiculturalismo, diferenças culturais, valores regionais específicos, direitos humanos, cultura estratégica, cultura organizacional. Mas, principalmente, dadas suas bases empíricas, cresceram os estudos em cultura popular e em diplomacia e política cultural de Estados e períodos específicos (REEVES, 2004). De fato, observamos no capítulo anterior (gráfico 10) diversas áreas temáticas representadas nos artigos contemplados em nosso banco de dados. Algumas delas, corroborando com Reeves (2004), tais como diplomacia e política cultural. Porém, a autora aponta que independente da temática, esses estudos se desenvolvem, de uma forma ou de outra, através ou do conceito humanista ou do conceito antropológico de cultura.

Tendo isso em mente, no gráfico 17 classificamos os conceitos dos artigos a partir de Reeves (2004). A escolha por classificar as definições consiste em um exercício de reflexão sobre as diferenças entre as concepções humanista e antropológica de cultura, de maneira a identificar como o modo de definir um conceito representa determinadas ideias.

Gráfico 17 - Classificação dos conceitos utilizados nos artigos a partir de Reeves (2004)



Fonte: elaboração da autora.

Inicialmente, é importante destacar no gráfico a porcentagem de definições nas quais não foi possível identificar (29%) a concepção utilizada. Como o intuito da análise era de refletir sobre como as definições refletem as concepções de cultura, decidimos não classificar aquelas que deixavam dúvidas. Corroborando com a proposição de Reeves (2004) quanto a predominância da concepção antropológica, os estudos no Brasil sobre o tema utilizam, em sua maioria (51%), essa concepção para a qual cultura é um fenômeno amplo, relacionado a toda uma comunidade e onde todos os indivíduos a possui. Representa o que um povo tem em comum, o que compartilham coletivamente e como se diferenciam dos demais (REEVES, 2004).

Em contrapartida, 15% das definições são de caráter humanista, ou seja, mais relacionadas à ideia de que cultura é produto do esforço humano, em termos intelectuais e artísticos. Interessante observar que embora atualmente nos pareça difícil visualizar essa ideia de cultura – principalmente na forma como os teóricos do período entre guerras entendiam – a vida internacional contemporânea hoje é caracterizada por fluxos da cultura global (REEVES, 2004). Portanto, não é estranho que parte dos conceitos utilizados partam dessa concepção. Vale ainda ressaltar as definições que apresentavam elementos de ambas as concepções (5%). Apesar de minoria, essa parcela assume importância, pois pode indicar a confluência das concepções.

E o restante dos artigos (79%)? O trabalho parte do pressuposto de que todos os artigos, independente de apresentar ou não o conceito, baseiam-se em alguma ideia de cultura. Afim de mapear como os estudos, em geral, compreendem o termo, para cada artigo resumimos em uma palavra ou expressão o que cultura representava naquele texto, a partir das próprias colocações do autor. O resultado encontra-se na figura abaixo.

Figura 4 - Nuvem de palavras (como os autores entendem cultura)



Fonte: elaboração da autora.

A figura nos mostra como cultura é materializada nos artigos⁶⁶. Independente dos textos apresentarem ou não a definição do conceito, precisam partir de algum entendimento de cultura, nem que seja o próprio entendimento do autor. Assim, vemos como cultura é referenciada em termos ainda que abstratos, mas mais específicos. A partir dessa nuvem de palavras, observamos que arte (no canto direito da figura) é menos referenciada em relação aos demais. Nenhuma outra palavra – como literatura, cinema, artesanato- remete à arte. O que se destaca claramente são as palavras valores, atitudes, política, costume, patrimônio. Podemos interpretar esse dado como uma evidência ao argumento de Reeves (2004) quando demonstra que a concepção predominante atualmente é o conceito antropológico de cultura, não mais o humanista.

⁶⁶ A nuvem conta apenas com 30 palavras, com o intuito de localizar apenas as principais referências ao termo cultura.

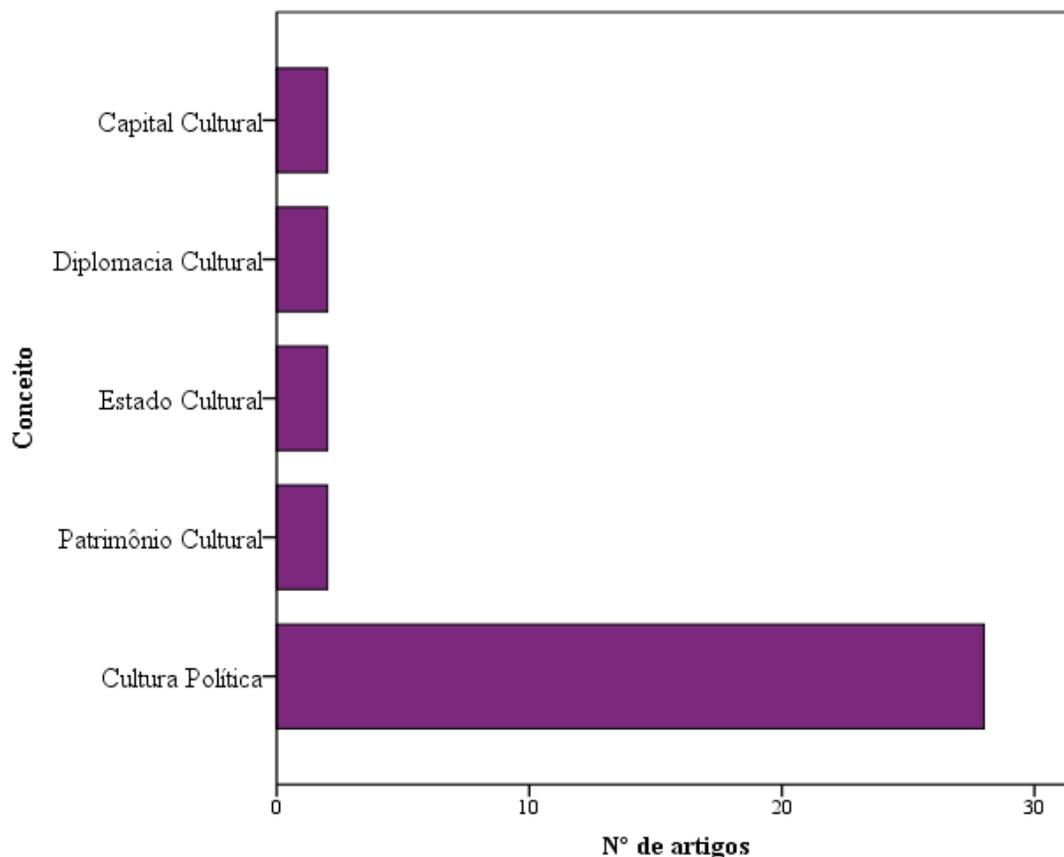
4.4.3 Conceitos relacionados à cultura

Keating (2008) aponta o abandono do conceito por muitos cientistas sociais, em razão das dificuldades metodológicas e críticas já apresentadas. Na maioria dos casos, cultura está associada à avaliação do coletivo, por isso representa um desafio em ser estudada. Sendo assim, investigamos se nos estudos brasileiros, ocorria uma certa fuga ao uso do conceito. Para identificar quais outros conceitos eram utilizados para tratar do tema, estabelecemos as seguintes variáveis: a) conceito relacionado à cultura, ou seja, conceitos mais específicos, por exemplo: diplomacia cultural, cultura política e; b) outro conceito não-relacionado diretamente, ou seja, qualquer outro conceito que apresentasse definição, por exemplo, democracia ou instituições. Veremos a primeira a seguir e a variável seguinte na próxima seção.

Notamos que era comum os artigos definirem conceitos específicos de cultura, variando de acordo com a temática. Muitas vezes o artigo não utilizava uma definição geral de cultura, mas uma específica. Com o intuito de abranger tais definições, essa variável pode mostrar os tópicos trabalhados sob o grande tema cultura, e ainda quais definições conceituais são predominantes. Assim, decidimos incluir apenas os conceitos que possuem as palavras relacionadas: cultura, cultural, culturais⁶⁷. A expectativa, portanto, é incluir apenas aqueles diretamente relacionados ao tema.

⁶⁷ Vale lembrar que utilizamos esse mesmo critério para inclusão dos próprios artigos.

Gráfico 18 - Principais conceitos relacionados à cultura



Fonte: elaboração da autora.

Observamos no gráfico 18⁶⁸ os principais conceitos relacionados à cultura. Com exceção de cultura política, os demais parecem apresentar número semelhante de uso nos artigos. Dentre os diversos conceitos citados, o gráfico destaca: patrimônio cultural, estado cultural, diplomacia cultural e capital cultural. Isso nos mostra não apenas que o tópico dominante é cultura política, mas a importância desse conceito, principalmente nas definições de G. Almond & S. Verba (1963). Essa definição é referenciada 20 vezes nos artigos. Enquanto as definições de G. Almond & G. Powell (1972), Inglehart (1988, 2001), R. Putnam (1993), J. A. Moisés (1995), R. H. Chilcote (1997) Rodrigo P. de Sá Motta (2009) L. Avritzer (2002), L. Madueño (1999), R. Inglehart & C. Welzel (2009) são citadas apenas uma única.

⁶⁸ Não estão no gráfico os conceitos que correspondiam a menos de 2% dos artigos.

4.4.4 Outro conceito

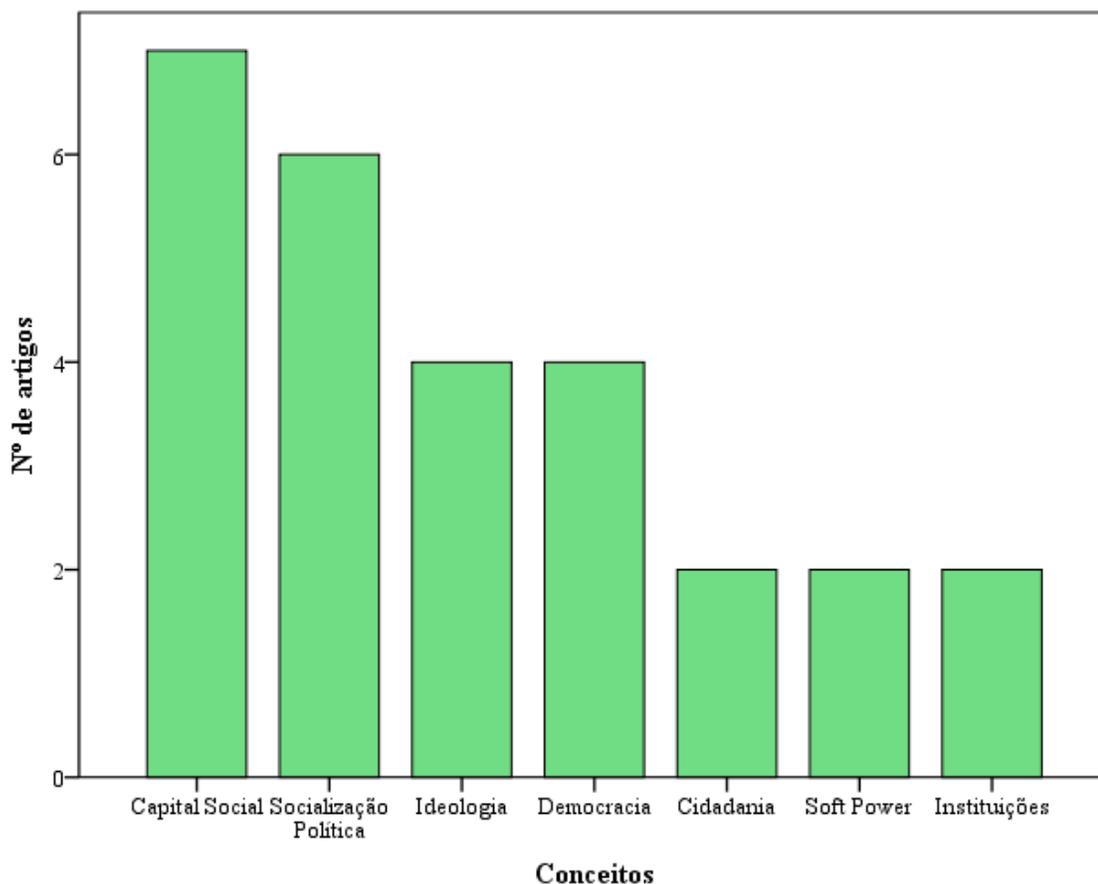
Passemos agora aos conceitos não-relacionados diretamente aos estudos em cultura, mas que mesmo assim os acompanham. Na etapa de recolhimento dos dados, incluímos qualquer conceito que apresentasse uma definição. Contudo, ao nos depararmos com mais de uma definição, priorizamos aquele conceito mais próximo ao tema, por entendermos que este apresentava uma maior importância nessa revisão de literatura. Assim, por exemplo, optamos pela definição de “pessoas cool” ao invés da definição de “marketing”. No quadro 9 listamos todos os conceitos que foram priorizados. No gráfico seguinte, encontramos a distribuição dos principais conceitos.

Quadro 10 - Mudança de conceitos

Conceito substituído	Conceito substituto
<i>accountability</i> societal	capital social
democracia	capital social
lazer	sociedade dos cativos
movimento social	crenças
marketing	pessoas <i>cool</i>
guerra assimétrica	<i>soft power</i>
representação social	capital simbólico
coronelismo	socialização política
posição política	ação hegemônica

Fonte: elaboração da autora.

Gráfico 19 - Principais conceitos utilizados não-relacionados à cultura



Fonte: elaboração da autora.

Observando o gráfico 19⁶⁹, constatamos que os conceitos mais utilizados são: capital social e socialização política. Seguidos de ideologia e democracia. Menos citados são os conceitos de cidadania, *soft power* e instituições. Contudo, indagamos até que ponto esses conceitos não representam cultura. Dessa forma, estariam eles fugindo ao uso do termo? Tomemos como exemplo o conceito mais citado: capital social. Keating (2008) expõe que os estudos sobre capital social surgem a partir do renascimento da cultura, utilizando a lógica da cultura, mas evitando a colocação do termo em si. O gráfico sugere então a reflexão sobre os estudos dos aspectos culturais que não utilizam o termo, especialmente na Ciência Política.

⁶⁹ Não estão no gráfico os conceitos que correspondiam a menos de 2% dos artigos.

4.5 Resumo do capítulo

O capítulo foi dividido em quatro seções nas quais buscamos apresentar como o conceito de cultura foi mobilizado pela literatura internacional, brasileira e no nosso banco de dados. Mesmo com caráter descritivo em relação aos dados, procuramos com a revisão de literatura dos principais autores sobre o tema estabelecer o ponto de partida de nossa reflexão. Em grande medida, os trabalhos de Keating (2008) e Reeves (2004) foram os grandes alicerces teóricos e metodológicos da pesquisa. Associado a esses trabalhos, temos os demais autores referenciados ao longo das primeiras três seções, onde encontramos reflexões sobre a evolução do estudo sobre cultura e os principais desafios encontrados nesse tipo de pesquisa. Portanto, as primeiras seções servem como guia para entendermos melhor os resultados apresentados pela análise descritiva dos artigos que compõem nosso banco de dados.

Na última seção buscamos apresentar os principais achados das variáveis teóricas presentes na pesquisa a partir dos artigos. De forma resumida, podemos destacar alguns pontos fundamentais. Primeiro, a grande maioria dos artigos não utiliza o conceito de cultura em pesquisas sobre cultura, e a minoria que utiliza o conceito o faz em demasia, podendo indicar pouca consistência no diálogo conceitual. Segundo, em concordância com a pouca utilização do conceito temos uma primazia dos estudos empíricos, principalmente na área de CP com foco em cultura política. Terceiro, as teorias mais utilizadas estão ligadas a CP e ao Direito. Nesse recorte as RI desempenham um papel marginal. Quarto, as bibliografias mais citadas nos estudos brasileiros estão em sintonia com a produção internacional. Quinto, nos estudos brasileiros existe o predomínio da perspectiva antropológica sobre cultura, como já apontado por Reeves (2004), em relação a perspectiva humanística. Sexto, o que explica a predominância de termos como atitudes, valores e crenças como os mais relacionados a cultura do que as artes. E, por fim, no sétimo ponto foram indicados outros conceitos que acompanham o tema, deixando a reflexão sobre uma possível fuga ao termo em razão das dificuldades teóricas e metodológicas.

5 ENCONTRO AO MÉTODO PERDIDO

O objetivo do capítulo é provocar discussão metodológica a respeito do tema. A literatura nos mostra duas principais questões que os estudos sobre cultura enfrentam. A primeira gira em torno do conceito e dos significados incompatíveis diante da variedade de tradições intelectuais e disciplinares (WALKER, 1990). Como no capítulo anterior pudemos analisar os estudos produzidos no Brasil a partir do conceito. Nesse capítulo identificamos como esses estudos fazem uso de metodologia. Para tanto, ele está dividido em três partes. Iniciamos com as críticas sistematizadas pela literatura, mais uma vez através do trabalho de Keating (2008). Em seguida, apresentamos os dados dos artigos quanto ao: uso de método, ao enfoque de pesquisa e aos procedimentos metodológicos utilizados. Finalizamos com um resumo do capítulo.

5.1 Críticas da literatura

No capítulo anterior utilizamos o trabalho de Keating (2008) para entender algumas das nuances e desafios do estudo teórico sobre cultura, assim como das dificuldades em construir o próprio conceito sobre o tema. Com isso em mente, partiremos agora para reflexão metodológica proposta pelo autor. O principal objetivo dessa seção é tratar possíveis desafios e caminhos metodológicos para o estudo de cultura na Ciência Política e nas Relações Internacionais.

Segundo Keating (2008), um dos fatores que incentiva os cientistas sociais a evitarem a utilização do conceito de cultura é a dificuldade em operacionalizá-lo nas pesquisas acadêmicas. Portanto, o desafio em operacionalizar o conceito possui uma natureza bivalente. Por um lado, é extremamente complexo isolar os fatores culturais da influência de outros elementos. Ao mesmo tempo, é comum utilizar os fatores culturais como via de escape para todas aquelas respostas que não podem ser respondidas através dos modelos mais sofisticados de econometria. Para o autor, não podemos tratar o conceito de cultura como “*catch-all device*”, pois ao tentar explicar vários elementos, não explica nada de fato.

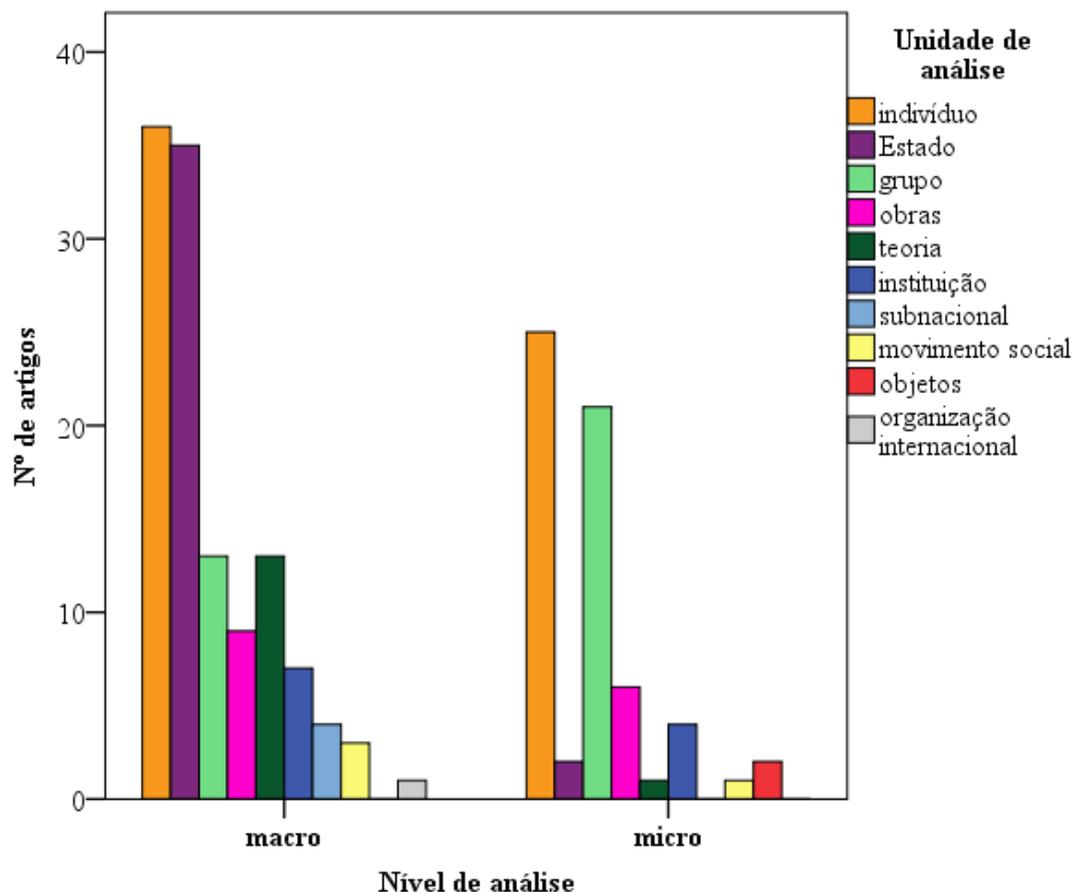
Entretanto, o erro mais comum no estudo de cultura ocorre em relação a unidade de análise. O conceito de cultura é essencialmente ligado ao contexto social ou intersubjetivo, no qual é necessário identificar o grupo e os membros de forma separada. No passado, eram comuns os estudos baseados no Estado-nação e na construção de estereótipos. Com o passar do tempo esse

tipo de estudo caiu em desuso, contudo, os erros em termos de unidade de análise continuam. Segundo Keating (2008), é comum identificarmos estudos que buscam analisar um grupo através de comportamentos individuais. Para o autor a unidade de análise apropriada depende da pergunta de pesquisa. Logo, se o objetivo da pesquisa é analisar a cultura de classe, o pesquisador deve ter como unidade de análise as classes sociais e não os indivíduos ou o Estado.

A unidade de análise corresponde às espécies de observações a serem analisadas em um desenho de pesquisa (GERRING, 2012). Podem se constituir em indivíduos, instituições, entidades ou objetos sobre os quais os dados são coletados (COLLIER & BRADY, 2004). Gerring (2012) afirma que é possível mudar a unidade de análise ao longo do estudo, mas normalmente essa permanece constante. Já o nível de análise corresponde ao nível de agregação. Podem consistir em: atores individuais, unidades subnacionais, organizações nacionais, por exemplo (COLLIER & BRADY, 2004).

Afim de identificar as unidades de análise utilizadas nos artigos, as classificamos em dez categorias: indivíduo, Estado, grupo, obras, teoria, instituição, subnacional, movimento social, objetos e organização internacional. No gráfico 20 podemos observar a distribuição das unidades de acordo com os níveis de análise, estes classificados em macro e micro.

Gráfico 20 - Unidade de análise e nível de análise



Fonte: elaboração da autora.

Na lateral direita do gráfico, as unidades de análise encontram-se dispostas em ordem decrescente quanto ao número de uso. Sendo assim, vemos que a principal unidade utilizada consiste no indivíduo, não nos Estados, como costumava ser, corroborando com as ideias de Keating (2008). Em seguida temos o Estados e os grupos⁷⁰. Destaca-se o que denominamos de “obras” que consistem em trabalhos reconhecidos nas respectivas áreas de publicação dos artigos. Sugere-se, então, um número considerável de artigos que lidavam com análise teórica. Entre as unidades menos utilizadas, estão: objetos e organização internacional. Como esperado, estas encontram-se em categorias excludentes: micro e macro, respectivamente.

⁷⁰ Receberam essa classificação unidades de análise como: empresas, determinado grupo de indivíduos, por exemplo: agentes de saúde, funcionários públicos.

No entanto, vemos que indivíduo é mais estudado no nível macro. Isso pode gerar o problema apontado por Seligson (2002) quanto à distância entre o nível (macro) e a unidade (indivíduo). O desafio do nível de análise pode ser visto de forma clara na maioria dos estudos de *survey*. Nesse sentido, o principal problema desse tipo de método é a dificuldade em realizar inferências de um nível de análise micro para o macro (SELIGSON, 2002 *apud* KEATING, 2008)⁷¹. O *survey* é um instrumento de análise direcionado para os indivíduos, retirados de seus contextos sociais, e a partir desses resultados individuais são realizadas inferências generalizantes sobre a sociedade onde estão inseridos. Segundo Keating (2008), tal problemática não pode ser reduzida a uma mera discussão técnica, pois podemos alcançar diferentes resultados se olharmos para cultura no nível micro ou macro. Nas palavras do autor “embora cultura seja essencialmente uma categoria intersubjetiva, uma cultura de uma sociedade é mais que o agregado de atitudes individuais” (KEATING, 2008, p. 114).

Uma alternativa metodológica utilizada na Antropologia são os estudos etnográficos. Na abordagem etnográfica o pesquisador imerge dentro de um determinado grupo para compreender os significativos que os indivíduos que o compõem dão a seus comportamentos e símbolos. O método é utilizado na Ciência Política para estudar as estruturas políticas e sociais inseridas dentro do Estado. Nesse sentido, na etnografia cultura é: a) definida como identidade, interpretação e valores associados; b) como conceito intersubjetivo ao mesmo tempo individual e coletivo; c) aberta a interpretação, não necessariamente obedecendo à lógica de inferência causal. Segundo Keating (2008), analisar o conceito dessa forma permite ao pesquisador trabalhar o conceito com uma série de pontos de referência, nos quais indivíduos de um grupo os utilizam para construir as políticas através do mútuo contato entre nível micro e macro.

Dessa forma, utilizar o conceito de cultura como variável explicativa é um desafio maior do que aparenta. Dois dos estudos mais difundidos sobre cultura na Ciência Política, Almond & Verba (1965) e Putnam (1993), utilizam cultura como variável explicativa de desenvolvimento econômico. Nos dois estudos se parte do nível individual para realizar inferências no nível macro. Segundo Keating (2008), para estabelecer essa relação de causalidade de forma acurada é necessário investigar de forma mais profunda o conceito de cultura a fim de demonstrar como as estórias são geradas e reproduzidas como desenvolvimento social. Portanto, a pesquisa deve ir além

⁷¹ SELIGSON, Mitchell. The Renaissance of Political Culture, or the Renaissance of the Ecological Fallacy?, *Comparative Politics*, v. 34, p. 273–292, 2002.

da descrição de valores, crenças e atitudes e partir para uma explicação da lógica da ação individual e coletiva na política. Principalmente quando a abordagem positivista clássica não explicar o fenômeno da maneira adequada.

Existem diferentes métodos que podem ser utilizados nas explicações culturais para explorar as crenças, identidades e valores comuns entre os indivíduos. Na visão de Keating (2008) isso vai depender de três elementos-chave: a) como o conceito de cultura foi construído; b) o elo entre os níveis de análise macro e micro; c) se a pesquisa utiliza uma perspectiva de ciência social que busca explicar ou entender. O método mais utilizado no estudo sobre cultura é o *survey*. Usualmente nesse tipo de estudo: a) cultura é vista como o conjunto de crenças e atitudes; b) o conceito de cultura é localizado no nível de análise individual; c) o método tem como base a lógica de causa e ação, no qual o conceito de cultura é utilizado como variável independente (LANE & ERSSON, 2005 *apud* KEATING, 2008).

A partir desses desafios metodológicos o autor propõem outras opções além da etnografia. A política comparada se apresenta como uma alternativa promissora para aqueles que buscam estudar cultura na Ciência Política e nas Relações Internacionais. Na interpretação de Keating (2008) através desse método é possível analisar a construção dos significados e a criação dos sistemas de crenças em perspectiva comparada possibilitando ao pesquisador explorar possíveis padrões de similaridade ou diferenças entre os casos.

Todavia, o ideal seria combinar as abordagens culturais com outras vertentes teóricas e metodológicas. O conceito de cultura fornece uma explicação abrangente do comportamento social e político. Logo, pode ser combinado com a análise institucional⁷², que se aproxima da explicação cultural. Ao mesmo tempo, na visão de Keating (2008) o conceito de cultura não é incompatível com a explicação proposta pela teoria da escolha racional, pois a cultura pode ser utilizada para explicar como as preferências e motivações são formadas. As abordagens culturais e a escolha racional podem construir pontes teóricas mais compatíveis, quando pensamos que as normas, com raiz cultural, podem ser vistas como respostas historicamente construídas por causa de problemas provenientes dos dilemas da ação coletiva.

⁷² Como exemplo, temos a vertente institucional sociológica de North (2005) (KEATING, 2008).

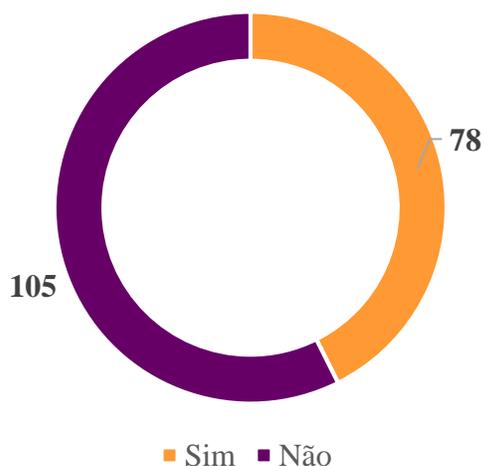
5.2 Os artigos

Esta seção dedica-se a identificação dos métodos de pesquisa presentes nos artigos sobre cultura em CPRI. Primeiramente, veremos se os artigos apresentam metodologia. Em seguida, o enfoque de pesquisa adotado e, por último, quais são os procedimentos metodológicos utilizados, tanto no enfoque qualitativo quanto no quantitativo.

5.2.1 Uso de metodologia

Considerando que a pesquisa acadêmica nas ciências sociais possui deficiências metodológicas (SOARES, 2005), a expectativa era a de que nem todos os artigos utilizariam essa ferramenta em seus estudos. Ao buscar identificar o uso ou não de metodologia, era preciso estabelecer um critério comum a todos os artigos, afim de facilitar a análise. Por essa razão, consideramos metodologia quaisquer indicações explícitas (escritas no texto), o que chamamos de procedimentos metodológicos⁷³. Assim, foram inclusos nessa categoria técnicas, ferramentas, métodos, índices, entre outros. Após a coleta dos dados, classificamos os procedimentos nas pesquisas de enfoque qualitativo e quantitativo. Abaixo vemos a distribuição de artigos que faziam uso ou não de metodologia, baseado nos critérios estabelecidos.

Gráfico 21 - Uso de metodologia nos artigos



Fonte: elaboração da autora.

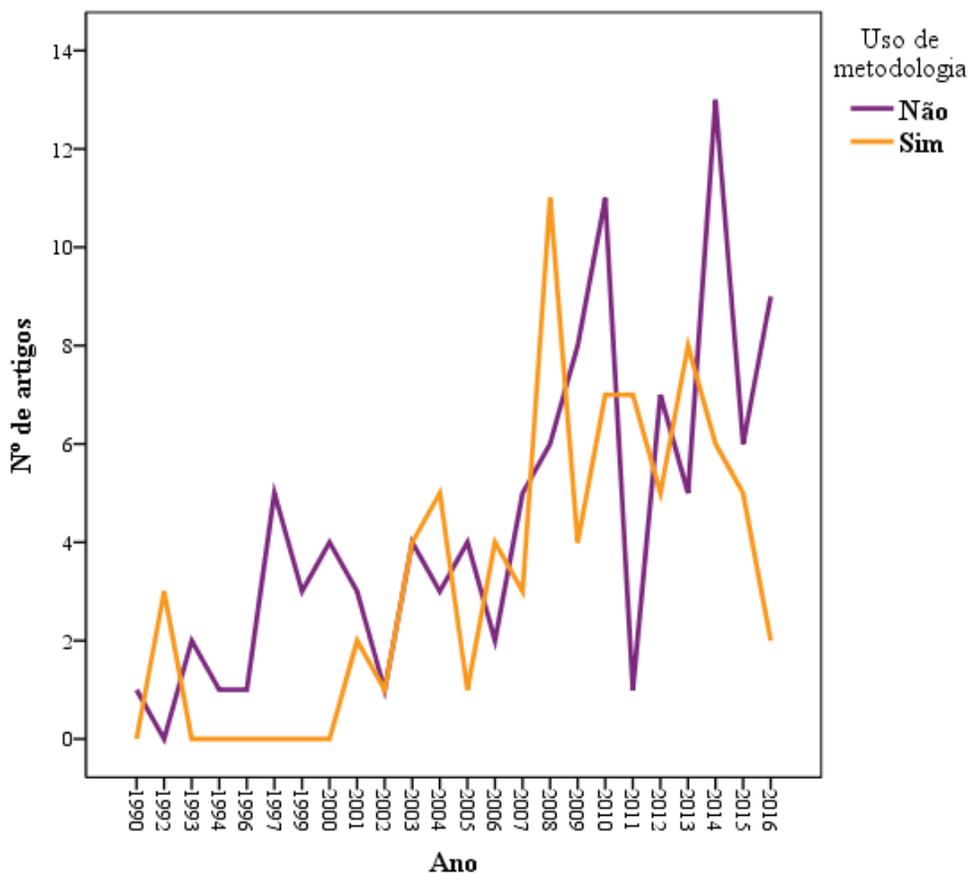
⁷³ Denominação também utilizada por Paranhos (2014).

Dos 183 artigos, 78 apresentam metodologia, enquanto a maioria (105) não. Se talvez não possamos afirmar que esses artigos não utilizam metodologia em seus estudos, podemos afirmar que não a apresentam, o que consiste igualmente em um problema para a pesquisa acadêmica. Pois, é apenas através do uso de métodos explícitos, codificados e públicos, uma análise de dados é passível de confiabilidade. Se implícitos, o método e a lógica das observações e inferências, não é possível julgar a validade da pesquisa, os princípios de seleção, o modo como as observações foram processadas ou a lógica que gerou as conclusões. Da mesma forma, inviabiliza-se a aprendizagem de métodos e replicação dos resultados. Portanto, possui contribuição limitada⁷⁴ (KING, KEOHANE & VERBA, 1994). Assim como para a predominância das definições “clássicas” do conceito de cultura – como vimos no capítulo anterior - cabe o questionamento a respeito das contribuições que essa produção acadêmica brasileira possa estar realizando para o tema, uma vez que parte dos artigos abre mão desse recurso.

Ao mesmo tempo, a utilização de metodologia nos artigos sobre cultura cresceu ao longo dos anos, mas por um período limitado. O gráfico a seguir indica esse aumento, principalmente a partir do ano de 2001, atingindo seu ápice em 2008. Contudo, a partir desse momento, existe uma queda na utilização desse recurso. Se compararmos os anos de 1990 e 2016, nota-se a diferença de apenas 3 artigos nos artigos que utilizam metodologia. Em contrapartida, a não utilização encontra o maior valor por ano de todo o período em 2014. Dessa forma, a variável “ano” não indica poder explicativo para uso ou não de metodologia nos artigos, uma vez que não indica padrão ascendente ou descendente de artigos publicados. Sugere-se, então, o que influencia o uso ou não de metodologia estariam relacionados a outros fatores.

⁷⁴ Contudo, para os autores: “Such research is not a public act. Whether or not it makes good reading, it is not a contribution to social science” (KING, KEOHANE & VERBA, 1994, p. 8).

Gráfico 22 - Uso de metodologia ao longo dos anos (1990-2016)



Fonte: elaboração da autora.

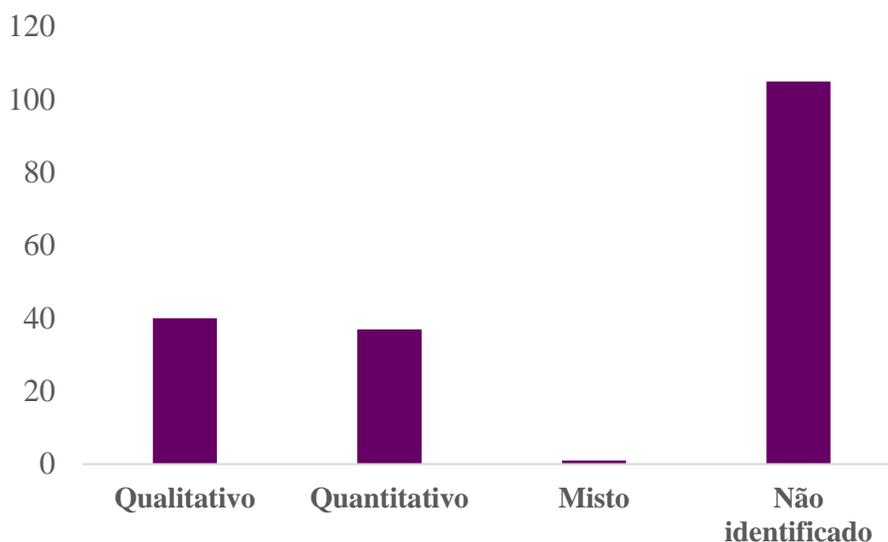
5.2.2 Enfoque da pesquisa

A pesquisa quantitativa utiliza números e métodos estatísticos. Normalmente, o pesquisador utiliza mensurações numéricas de aspectos específicos de determinado fenômeno, buscando uma descrição geral ou testar uma hipótese causal. Em contrapartida, a pesquisa qualitativa abarca um amplo leque de abordagens não baseadas em mensuração numérica. Normalmente, foca-se em um ou um pequeno número de casos, a partir do qual é possível se aprofundar mais no objeto estudado, através de entrevistas ou análises profundas de materiais históricos, por exemplo. Às vezes esse enfoque de pesquisa nas ciências sociais está relacionado com estudos de caso ou *area studies* nos quais o foco consiste em um determinado evento, decisão

ou instituição, por exemplo (KING, KEOHANE & VERBA, 1994). Existe também o enfoque misto que possibilita a combinação componentes qualitativos e quantitativos em um só estudo (SAMPIERI, COLLADO & LUCIO, 2013).

Frente aos diferentes estudos, em termos de áreas disciplinares, temáticas, unidade de análise, etc. durante a etapa de leitura dos artigos, percebeu-se que era importante identificar como essas diferenças se manifestavam através do enfoque da pesquisa. A partir dessa ideia, foram classificados em qualitativo, quantitativo ou misto, apenas os artigos que haviam apresentado procedimento metodológico explícito. No gráfico 22 encontramos a distribuição dos enfoques.

Gráfico 23 - Enfoque das pesquisas



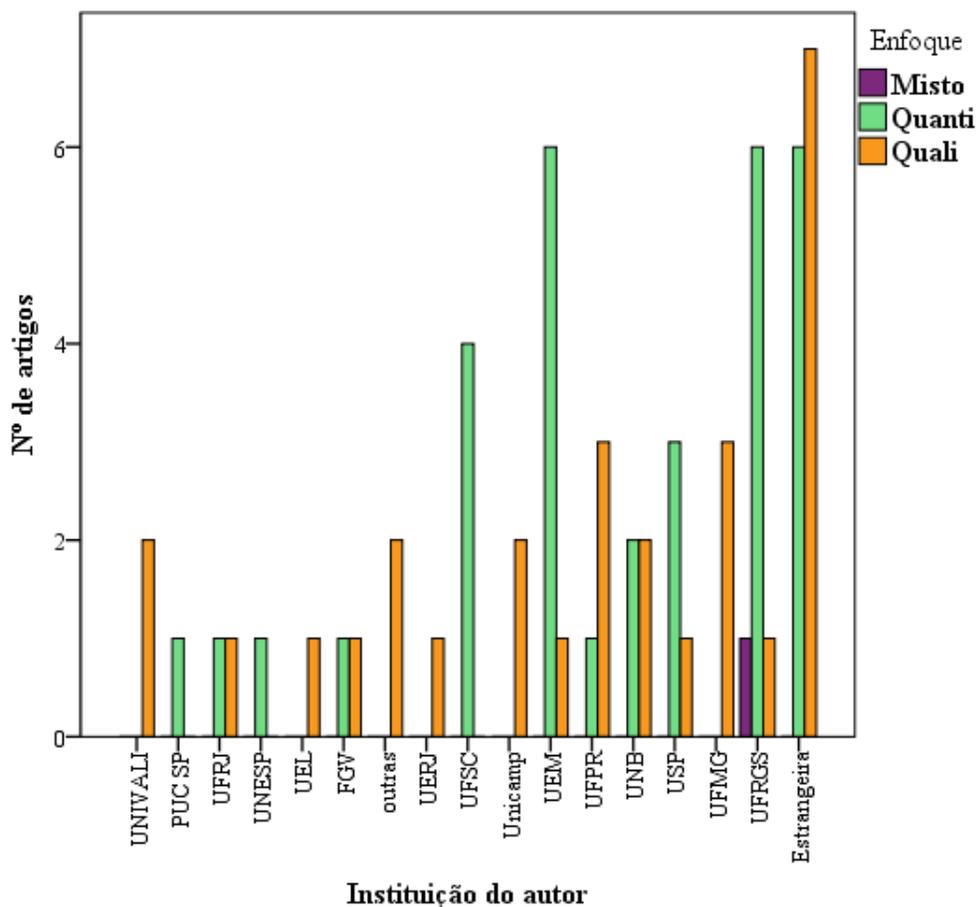
Fonte: elaboração da autora.

Observamos, então a predominância do enfoque qualitativo, comparado ao quantitativo. Contudo, a diferença é pequena, nos permitindo constatar uma distribuição equilibrada entre os enfoques. Mas o que mais se destaca no gráfico é, primeiro, a presença de apenas um artigo de enfoque misto. Isso pode ser justificado em razão de apenas um artigo se classificar como tal. É possível que outros artigos se encaixem melhor nessa categoria, mas como não tornaram explícitos no texto, receberam outra classificação. Segundo, a barra “Não identificado” acumula a maior parte dos artigos e consiste em todos aqueles que não possuíam procedimento metodológico explícito. Isso deixa ainda mais claro que a maioria dos artigos não faz uso de metodologia.

Para Soares (2005), as pesquisas quantitativas ou qualitativas são minoria, pois, em grande medida, o que se encontra nas revistas brasileiras são trabalhos mais assemelhados a ensaios, não artigos científicos. A nossa amostra de artigos sobre cultura corrobora tal afirmação. Enquanto a pesquisa quantitativa sofre com uma certa rejeição dos pesquisadores ao uso desse enfoque, os estudos qualitativos sofrem quanto a ausência de métodos qualitativos rigorosos, confundindo-se muitas vezes com ensaios. Conforme o autor, uma solução consistiria no aperfeiçoamento de professores e estudantes em métodos qualitativos, elevando o padrão de exigências feitas nesse tipo de pesquisa.

A partir dessa ideia, o trabalho refletiu sobre a importância das instituições responsáveis pela formação do pesquisador quanto ao uso de determinados enfoques de pesquisa. Os programas de graduação e pós-graduação oferecem disciplinas de metodologia e, em grande medida, o conhecimento adquirido pelo aluno naquela instituição é aplicado na sua respectiva pesquisa. Contudo, os programas de ensino costumam variar, seja em razão do professor responsável pela disciplina, seja pelo foco daquele programa, por exemplo. Com o intuito de investigar uma possível relação entre a influência entre a instituição em que o autor é vinculado e o enfoque de pesquisa adotado, o gráfico 23 permite a visualização desses dados.

Gráfico 24 - Enfoque de pesquisa e instituição do autor



Fonte: elaboração da autora.

O gráfico⁷⁵ apresenta as instituições (dos autores) que mais publicaram sobre cultura. Portanto, temos apenas as principais. É importante lembrar que os artigos que não apresentam metodologia não estão inclusos no gráfico. No gráfico, quando não há barras, significa que a produção de artigos por aquela instituição (dos autores) é zero, independente do enfoque de pesquisa.

De início, é curioso observar que apenas uma universidade apresenta artigos de enfoque misto (UFRGS). Além disso, como já visto no capítulo 2 (gráfico 9) pesquisadores vinculados a universidades estrangeiras concentram a maioria dos artigos sobre o tema. O mais interessante,

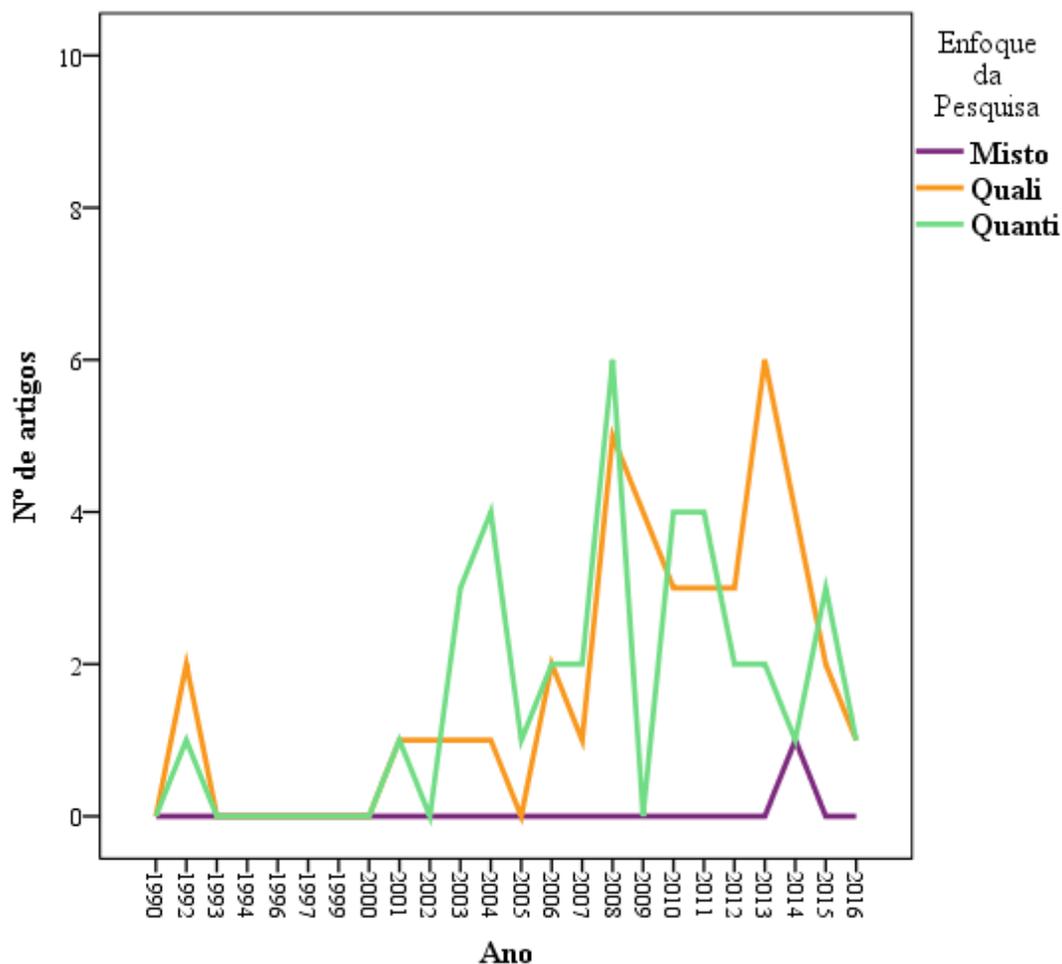
⁷⁵ Estão incluídos no gráfico apenas as instituições do autor principal do artigo. Ou seja, aqueles que possuíam mais de um autor, apenas foi considerada a instituição do primeiro. Além disso, as instituições que correspondiam a menos de 2% dos artigos foram agrupadas e não aparecem no gráfico. Portanto, o gráfico mostra apenas as principais instituições (em termos de número de artigos).

contudo, é que nenhum pesquisador vinculado a UFMG, Unicamp, UERJ, UEL, UNIVALI e “outras instituições” publicaram trabalhos quantitativos ou mistos sobre cultura, apenas qualitativos. O contrário ocorre com PUC-SP, UNESP, UFSC que apenas publicaram artigos quantitativos. O caráter exclusivista que parece existir nos estudos sugere uma influência entre a instituição de ensino e o enfoque adotado na pesquisa. Por conseguinte, mostra-se fundamental investigar o papel do ensino na produção acadêmica em CPRI.

Ainda, de acordo com o gráfico 23, vemos a presença de uma relação de equilíbrio entre os enfoques na UFRJ, FGV e UNB. Já na UEM e USP a diferença de proporção é mais favorável aos estudos quantitativos, quanto no UFPR sobressaem-se os qualitativos em cultura. Se existe determinada “linha de metodologia” na instituição, em razão do programa ou qualquer outro motivo, será que essas universidades sempre adotaram tais linhas? Em pesquisa publicada em 1993, Fábio Wanderley Reis destacou a deficiência do ensino de técnicas de pesquisa e de métodos quantitativos na USP e no Iuperj, pois na primeira não se constatava oferta regular da disciplina metodologia entendida fundamental e obrigatória (REIS, 1993 *apud* SOARES, 2005)⁷⁶. É curioso observar que, em nossa pesquisa, a USP (ao menos quanto aos artigos sobre cultura) enquanto instituição de vínculo do pesquisador, apresenta maior proporção entre os trabalhos quantitativos, em comparação aos qualitativos. Haveria então mudança nos programas de ensino daquela instituição? Não queremos dizer que a pesquisa quantitativa é mais indicativa de presença de metodologia, mas costuma requerer técnicas, às vezes, sofisticadas e, portanto, demandam conhecimento metodológico aprofundado. Com isso em mente, o gráfico 24 permite visualizar como o enfoque se comporta ao longo dos anos.

⁷⁶ REIS, Fábio Wanderley. **Avaliação das ciências sociais, em Ciência e Tecnologia no Brasil: Uma Nova Política para um Mundo Global**, Universidade Federal de Minas Gerais, 1993.

Gráfico 25 - Enfoque de pesquisa ao longo dos anos



Fonte: elaboração da autora.

Observamos no gráfico⁷⁷, então, que a pesquisa quantitativa em cultura oscila mais ao longo dos anos. Em diversos momentos vemos que não houve publicação com esse enfoque. Em especial, no período entre 1993 e 2000. Interessante perceber que o trabalho de Reis (1993), mencionado anteriormente, corrobora com esse dado: naquele período (1993) havia deficiência metodológica em instituições como USP e Iuperj. Em contrapartida, a qualitativa apenas aparece sem nenhuma publicação nos anos de 1990, 1993 e 2005. Ressaltam-se os maiores picos de produção em ambos enfoques em 2008 e 2013, respectivamente. Ainda, as pesquisas mistas no tema apenas aparecem entre os anos 2013 e 2015.

⁷⁷ Não estão inseridos os artigos que não apresentavam metodologia.

5.2.3 Procedimentos metodológicos utilizados

As ferramentas utilizadas nos procedimentos de pesquisa podem ser altamente sistematizadas e possuir técnica elaborada, tais como: análise de regressão, modelo de equação estrutural, análise fatorial, testes estatísticos e significância e teoria probabilística. Outras ferramentas utilizadas, normalmente verificadas na pesquisa qualitativa, consistem: estudo de caso, *process tracing*, procedimentos para evitar *conceptual stretching*, avaliação da validade qualitativa e estratégias para a comparação de casos correspondentes e contrastantes. Brady, Collier & Seawright (2004) afirmam que métodos para coleta de dados também são ferramentas, a exemplo: pesquisa de opinião, grupos focais, observação participante, pontuação de eventos, pesquisa documental, análise de conteúdo, a construção de "medidas não-intrusivas" e a compilação sistemática de fontes secundárias (BRADY, COLLIER & SEAWRIGHT, 2004).

Como dito anteriormente, coletamos os procedimentos metodológicos nos artigos baseados no critério da presença explícita no texto. Para fins de classificação, agrupamos alguns desses procedimentos que eram denominados de forma semelhante nos artigos (quadro 10).

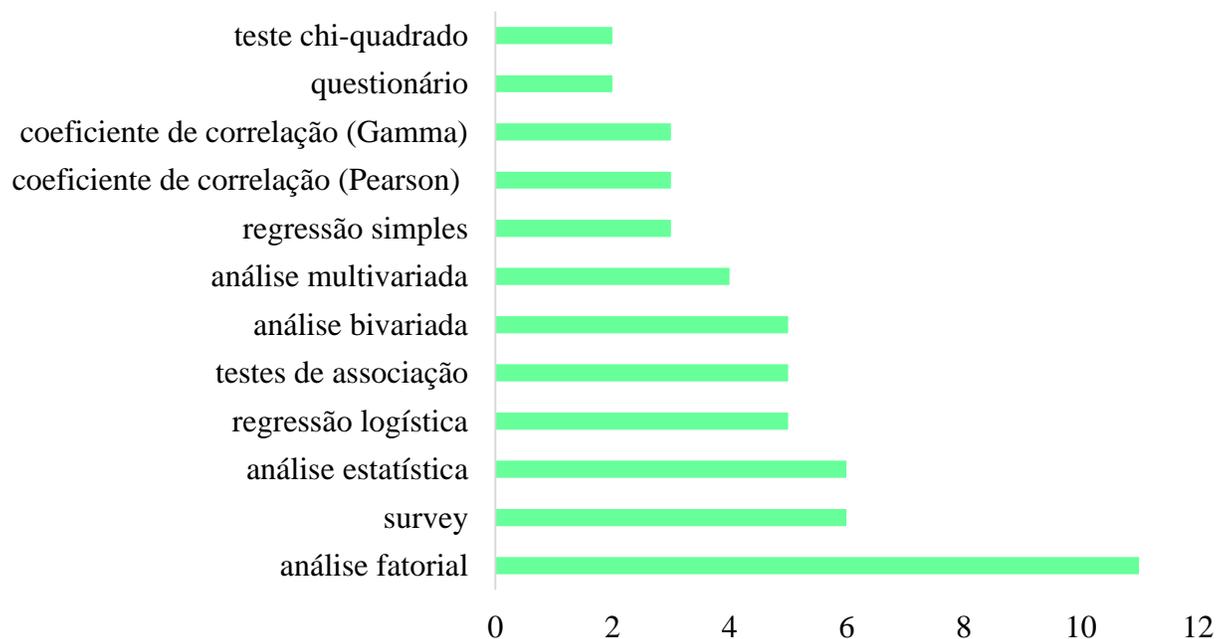
Quadro 11 - Junção dos termos referentes aos procedimentos metodológicos

Procedimento metodológico	Semelhante
Análise estatística	Análise descritiva
Análise histórica	Revisão histórica, estudo histórico-descritivo
Biografia	Biografia histórica, relato biográfico
Coefficiente de correlação (Gamma)	Associação Gamma
Questionário	Entrevista por questionário
Regressão simples	Regressão linear
Revisão de literatura	Pesquisa bibliográfica, revisão bibliográfica, estudo bibliográfico

Fonte: elaboração da autora.

No gráfico 25 encontramos os procedimentos metodológicos mais utilizados nas pesquisas quantitativas. Em razão do alto número de procedimentos, foram incluídos no gráfico apenas aqueles que se repetiam mais de uma vez. Os demais, estão listados na tabela 7 em seguida.

Gráfico 26 - Procedimentos metodológicos mais utilizados (enfoque quantitativo)



Fonte: elaboração da autora.

Tabela 7 - Outros procedimentos metodológicos (enfoque quantitativo)

Procedimento metodológico	Nº de vezes citado	Base teórica
Análise das frequências agregadas	1	CP
Análises de associação	1	CP
Análise de coorte	1	CP
Análise de correspondência	1	Sociologia
Análise de dados	1	CP e Sociologia
Análise de determinantes	1	CP

Análise de trajetória	1	CP
Análise de variância (ANOVA)	1	CP
Comparação dos Adjusted R Square	1	CP
Entrevista	1	CP
Estudo de painel	1	CP
Índices de fracionamento	1	CP
Modelos de regressão GAMMA e INVERSE GAUSSIAN	1	CP
Modelo de regressão múltipla	1	CP
Modelo de regressão ordinal	1	CP
Modelos multivariados	1	CP
Teste Alpha de Cronbach	1	CP
Testes bivariados	1	CP
Testes de associação	1	CP
Teste de homogeneidade (HOMALS)	1	CP
Teste de regressão	1	CP
Teste Kruskal-Wallis	1	CP
Teste Mann-Whitney	1	CP
Testes multivariados	1	CP
Teste não paramétrico de correlação de Spearman	1	CP

Fonte: elaboração da autora.

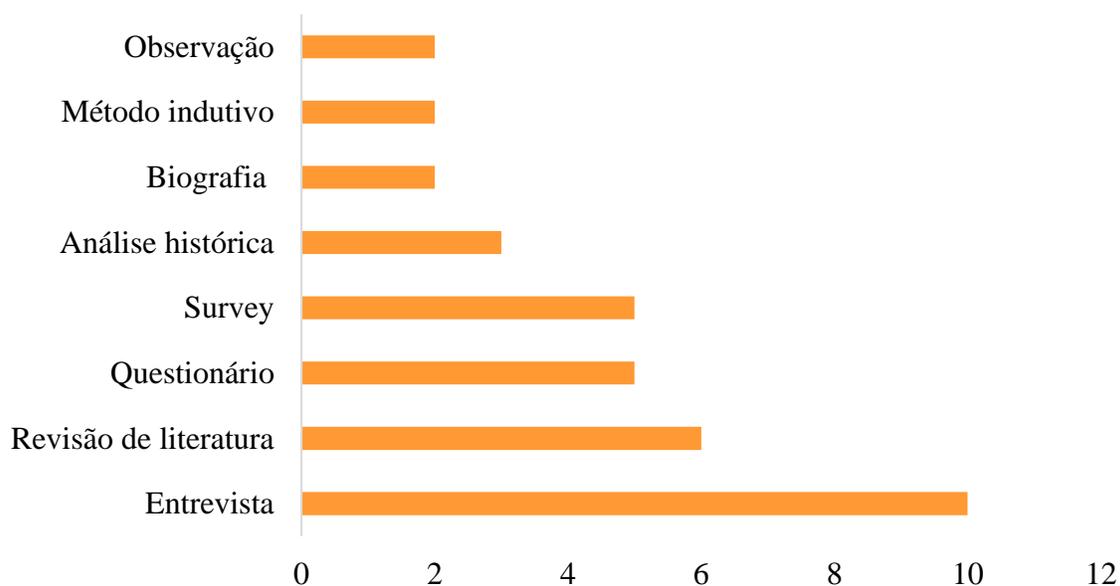
O gráfico 25 nos mostra que a análise fatorial é a mais utilizada nas pesquisas quantitativas sobre cultura. Em seguida, encontra-se *survey* e análise estatística, também bastante utilizados. É interessante notar que todos esses procedimentos são encontrados normalmente na etapa de análise de dados de uma pesquisa, com a exceção do questionário (um dos menos utilizados) e geralmente atribuído à etapa de coleta de dados. Por que, então, a análise fatorial é a mais utilizada? De acordo com Figueiredo Filho & Silva Jr. (2010), esse tipo de análise é útil para mensurar fenômenos que não podem ser observados diretamente, pois é capaz de resumir diferentes variáveis observadas em um conjunto reduzido de fatores. Interessante notar que os autores também afirmam que essa é uma técnica ainda pouco utilizada nas ciências sociais, em razão da resistência dos pesquisadores

brasileiros em usar métodos quantitativos e da sofisticação técnica requerida. No entanto, nos estudos sobre cultura em CPRI, vemos que é a mais utilizada no enfoque quantitativo.

Na tabela 7 não há destaque para nenhum procedimento, uma vez que todos apresentam o mesmo número de citações. Contudo, é possível conhecer diferentes tipos, como: análises (8), modelos (4) e, principalmente, testes (9). Ainda, se considerarmos a base teórica do artigo como sendo a disciplina em que o mesmo se identifica, observamos que todos os procedimentos metodológicos de enfoque quantitativo são aplicados (no tema) quase que exclusivamente apenas pela Ciência Política. Nesse sentido, apenas dois artigos de Sociologia seriam quantitativos.

Passemos agora aos métodos do enfoque qualitativo. No gráfico 26 é possível observar os procedimentos mais utilizados. Da mesma forma que o anterior, não constam nesse gráfico aqueles citados apenas uma vez. Os demais procedimentos estão listados na tabela 8 em seguida.

Gráfico 27 - Procedimentos metodológicos mais utilizados (enfoque qualitativo)



Fonte: elaboração da autora.

Tabela 8 - Outros procedimentos metodológicos (enfoque qualitativo)

Procedimento metodológico	Nº de vezes citado	Base teórica
Análise de conteúdo	1	Sociologia
Análise de relato	1	História e Multidisciplinar
Análise estrutural e cultural	1	Multidisciplinar
Análise qualitativa dos dados	1	Sociologia
Comparação interdisciplinar	1	Direito
Depoimentos	1	Direito
Exame de documentos	1	Sociologia
“Exploratório e descritivo”	1	RI
Método posicional	1	CP
Pesquisa de campo	1	Sociologia
Recorte da região	1	CP
Técnica do referente	1	Direito
Técnica da categoria	1	Direito
Técnica do conceito operacional	1	Direito
Tratamento de dados cartesiano	1	Direito

Fonte: elaboração da autora.

Na pesquisa qualitativa sobre cultura, destacam-se a entrevista e a revisão de literatura como principais ferramentas utilizadas. Definida como uma reunião para conversar e trocar informação entre uma pessoa e outra, entrevistas podem corresponder a perguntas sobre experiências, opiniões, valores, crenças, emoções, sentimentos, fatos, histórias de vida, percepções, etc. Utilizada na coleta de dados, costumam ser utilizadas quando o problema de pesquisa não é possível de ser observado, por razões de complexidade ou mesmo éticas. Assim, a vantagem em utilizar essa ferramenta é a obtenção de informação detalhada, porém a partir do ponto de vista de determinado indivíduo (SAMPIERI, COLLADO & LUCIO, 2013). Portanto, o uso de entrevistas apresenta-se como uma alternativa interessante aos estudos sobre o tema. Da mesma forma, revisão de literatura. Contudo, em nenhum dos artigos apresentava-se uma revisão sistemática, realizada a partir de critérios, como a presente dissertação. O que podemos observar foram revisões narrativo-

literárias. Como discutido no primeiro capítulo, a realização de uma revisão nesses moldes, implica em uma baixa confiabilidade das sínteses produzidas. Por conseguinte, depara-se com o problema da irreplicabilidade (FIGUEIREDO FILHO et al., 2014). Apresentam também número considerável de uso os *surveys* e questionários.

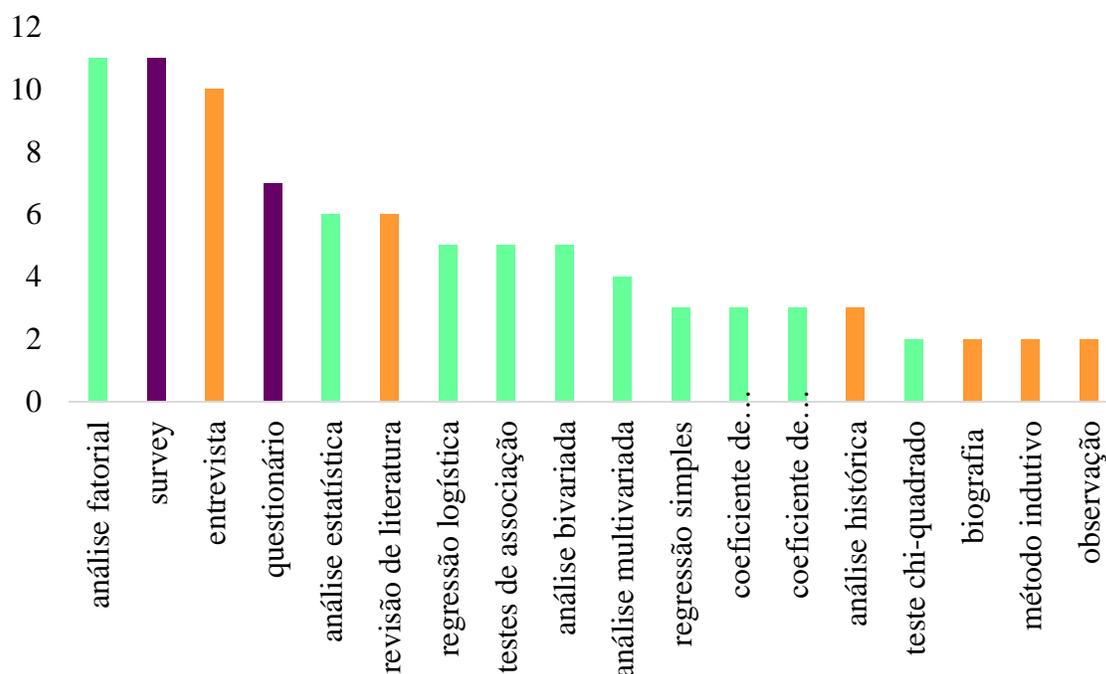
Com relação aos demais procedimentos, destacam-se na tabela 8: análise estrutural e cultural, análise qualitativa dos dados, comparação interdisciplinar, “exploratório e descritivo” e recorte da região. Retirados exatamente dos textos, podemos questionar até que ponto esses procedimentos informam sobre a metodologia dos artigos. O dado nos leva a reflexão acerca da qualidade da pesquisa qualitativa nas ciências sociais no Brasil. Soares (2005), por exemplo, argumenta que muitos trabalhos que acreditam ser qualitativos, na verdade, são ensaísticos, uma vez que apresentam falhas graves quanto a questão metodológica. Para o autor, o problema não se encontra no enfoque, mas na ausência de uso de métodos qualitativos rigorosos. Ainda, surpreende na tabela 8 a pouca utilização de métodos como: análise de conteúdo e pesquisa de campo, ambos frequentemente utilizados em outras disciplinas ou áreas, como Análise de Política Externa e Psicologia, respectivamente.

Mais uma vez, se considerarmos a base teórica do artigo como sendo a disciplina em que o mesmo se identifica, observamos que, também no enfoque qualitativo, os artigos de RI (sobre o tema) não utilizam de procedimento metodológico, pois apresenta-se na tabela 8 apenas uma única vez e sob a descrição de “exploratório e descritivo”, não indicativo de metodologia. Mas, essa afirmação só é possível, se contarmos apenas com os procedimentos metodológicos “menos utilizados” (tabela 8). Ou seja, é possível que artigos de RI estejam no gráfico 26, apresentando, assim, metodologia. O destaque para esses procedimentos qualitativos está nos artigos de Direito (6) e Sociologia (3).

Com isso, vemos que são diversas as possibilidades para se estudar cultura. Independentemente do enfoque de pesquisa, é possível encontrar ferramentas mais ou menos robustas para análise ou coleta dos dados. Sendo assim, podemos resumir os procedimentos metodológicos mais utilizados nos artigos sobre cultura no Brasil (gráfico 27). No gráfico 27 vemos as barras verdes correspondendo àqueles referentes ao enfoque quantitativo, a barra laranja ao qualitativo e, por fim, a barra de cor roxa representando os procedimentos em comum em ambos tipos de pesquisa. Torna-se claro que se dispõe de um maior número de opções na pesquisa

quantitativa, em comparação à pesquisa qualitativa⁷⁸. Mais importante, em ambas, duas ferramentas se destacam - questionário e *survey* - demonstrando que consistem em caminhos relevantes para se conduzir pesquisa no tema.

Gráfico 28 - Principais procedimentos metodológicos utilizados



Fonte: elaboração da autora.

5.3 Resumo do capítulo

Com tudo exposto, podemos resumir que os artigos de CPRI produzidos no Brasil sob o tema cultura apresentam as seguintes características metodológicas: a) a maioria não explicita como sua pesquisa foi realizada, indicando ausência de método; b) existe um relativo equilíbrio entre as pesquisas de enfoque qualitativo e quantitativo e; c) entre os principais procedimentos metodológicos utilizados estão: análise fatorial, *survey*, entrevista e questionário, respectivamente nessa ordem. Enquanto o primeiro é utilizado nos estudos quantitativos, entrevistas são presentes

⁷⁸ Se levar-se em consideração apenas os procedimentos metodológicos mais utilizados.

nos qualitativos. O que se destaca é o uso de *survey*, método comum em ambos enfoques e de predomínio já constatado por Lane & Ersson (2005) (KEATING, 2008). Em geral, podemos atribuir o uso desse método aos estudos específicos em cultura política.

A crítica metodológica quanto aos estudos sobre cultura reside, em grande medida, na dificuldade em operacionalizar o conceito. Se por um lado, cultura não explica quaisquer fenômenos ou eventos, sobrepondo explicações baseadas em outros fatores, por outro lado, é difícil isolar o fator cultural dos demais. A escolha da unidade de análise torna-se fundamental nos estudos sobre o tema, pois a identificação dos grupos e dos membros deve se dar separadamente, de acordo com Keating (2008). Mas, o que acontece é que, muitas vezes busca-se tratar do indivíduo no nível macro, gerando um problema na capacidade explicativa da pesquisa, já que a cultura de uma sociedade, por exemplo, não consiste apenas na soma de atitudes individuais. Diante desses obstáculos, algumas alternativas se apresentam, como os estudos etnográficos, a política comparada e, especialmente, a combinação entre abordagens culturais e outras vertentes teóricas e metodológicas (KEATING, 2008). Esta última nos parece ainda mais relevante nos estudos sobre cultura, pois a necessidade de maior diálogo entre as produções acadêmicas, inclusive com outras disciplinas, não é exclusiva do tema. Como essa revisão de literatura demonstra, existe uma dificuldade metodológica presente nos estudos brasileiros, uma vez que não são todos os artigos que apresentam procedimento metodológico, portanto, não seguem o princípio da transparência atribuído ao fazer ciência. E aqueles artigos que o fazem “além de minoria, não se conhecem, não se leem e não se entendem” (SOARES, 2005, p. 47).

6 CONCLUSÃO

A pesquisa propõe um mapa para nos guiar dentro do labirinto que envolve o estudo sobre cultura nas ciências sociais. Na busca em estudar um tema tão relevante para a área de CPRI, escolhemos como principal ferramenta exploratória a revisão de literatura sistemática, eixo central de nossa reflexão. O estudo almeja contribuir na pesquisa acadêmica sobre cultura a partir de uma perspectiva crítica, mesmo que a adoção de modelo descritivo limite o poder explicativo de nossos achados. Ainda que a estatística descritiva não permita estabelecer relações de causalidade entre variáveis, é possível propor algumas explicações e/ou hipóteses explicativas a partir dos dados.

Ao final da pesquisa, podemos resumir os achados em algumas categorias: 1) perspectiva geral; 2) periódicos específicos de Ciência Política; 3) *Qualis* dos periódicos; 4) conceito de cultura e; 5) metodologia. Em geral: a) encontramos mais artigos através do critério título; b) Os periódicos que mais publicaram sobre o tema foram Lua Nova e Opinião Pública (revistas de CP e CPRI, respectivamente); c) destaca-se o aumento dos artigos a partir de 2008, apesar das constantes oscilações no número de publicações; d) a maioria dos artigos são publicados em português e; e) as bibliografias mais citadas nos estudos brasileiros estão em sintonia com a produção internacional.

Um dos destaques da pesquisa foi a concentração de periódicos mais focados em CP do que em RI ou CPRI. Tal fator refletiu na caracterização dos artigos. Em grande medida, os estudos de cultura em CP: a) possuem foco em cultura política; b) apresentam metodologia; c) são estudos empíricos e; d) junto com a disciplina de Direito, apresentam maiores referenciais teóricos. Esse cenário não é o mesmo encontrado nas RI.

Outra questão importante foi em relação ao *Qualis* das revistas nos quais essa produção se encontra. Podemos destacar quatro elementos: a) a produção de publicações de revistas A1 é semelhante para as duas áreas (CP e RI); b) as revistas A2 são aquelas que concentram a maioria dos artigos onde as áreas estão unidas (CPRI); c) a maior parte dos artigos em CPRI sobre o tema é de *Qualis* B2 e; d) a concentração de artigos encontra-se em duas revistas A1 e A2.

Com relação ao conceito de cultura: a) a grande maioria dos artigos não utiliza; b) a minoria utiliza conceitos diferentes; c) existe predomínio da perspectiva antropológica sobre cultura, como já apontado por Reeves (2004); d) os termos mais utilizados para se referir à cultura são atitudes,

valores e crenças, não relacionados as artes e; e) outros conceitos acompanham o tema, deixando a reflexão sobre uma possível fuga ao termo em razão das dificuldades teóricas e metodológicas.

Quanto à metodologia: a) a maioria não explicita como sua pesquisa foi realizada, indicando ausência de método; b) existe um relativo equilíbrio entre as pesquisas de enfoque qualitativo e quantitativo e; c) entre os principais procedimentos metodológicos utilizados estão: análise fatorial, survey, entrevista e questionário, respectivamente nessa ordem. Enquanto o primeiro é utilizado nos estudos quantitativos, entrevistas são presentes nos qualitativos. O que se destaca é o uso de survey, método comum em ambos enfoques. A análise desses dados provocou a reflexão acerca do caráter exclusivista do enfoque de pesquisa que parece existir nos estudos. Sugere-se, então, existir uma influência entre a instituição de ensino na qual o autor do artigo é vinculado e o enfoque adotado na pesquisa. Dessa forma, mostra-se fundamental investigar o papel do ensino na produção acadêmica em CPRI tanto na questão metodológica, quanto teórica-conceitual.

Duas preocupações nortearam essa revisão de literatura. Era preciso conhecer as bases teórico-conceituais e a forma como cultura era estudada, ou seja, as bases metodológicas dos artigos. Frente aos dados encontrados quanto ao conceito, fica o questionamento a respeito do quão diferente são as definições de cultura adotadas nos artigos. As definições em comum nos artigos correspondem aos conceitos clássicos, de autores estrangeiros. Até onde estaria a produção brasileira contribuindo para o debate no tema? Ainda mais importante, a diversidade de definições também indica falta de diálogo entre os autores e as disciplinas.

O afastamento das áreas é ilustrado na relação entre a Ciência Política e a Antropologia. Distância esta causada pela falta de entendimento quanto aos métodos (SOARES, 2005). A questão metodológica ganhou destaque na pesquisa, ao constatar-se que os artigos sobre cultura não apresentavam, em sua maioria, procedimento metodológico explícito. Se talvez não possamos afirmar que esses artigos não utilizam metodologia em seus estudos, podemos afirmar que não a apresentam, o que consiste igualmente em um problema para a pesquisa acadêmica. Pois, de acordo com King, Keohane & Verba (1994) é apenas através do uso de métodos explícitos, codificados e públicos, uma análise de dados é passível de confiabilidade. Caso contrário, o estudo possuirá, pelo menos, contribuição limitada. Além disso, os dados mostram que enquanto a pesquisa quantitativa no tema utiliza de diversas ferramentas metodológicas, o enfoque qualitativo apresenta um leque de opções mais restrito e, às vezes, duvidoso, quando atribui ao método, tipos de análise que não

são, na verdade, procedimentos metodológicos. Isso nos leva a reflexão sobre o rigor metodológico nas pesquisas qualitativas, problema não exclusivo do tema cultura ou da área CPRI.

O diferencial da pesquisa foi realizar a revisão sistemática dos estudos sobre um tema pouco estudado em CPRI, a partir de artigos científicos. Talvez a pesquisa não explique o porquê de se estudar cultura, mas mostre como se estudar, abrindo caminhos para as possibilidades ao se estudar o tema. Diante de estudos tão diversos em termos de temáticas, unidades e níveis de análise, acreditou-se que era preciso fazer uma pausa e olhar para o tema sob um ponto de vista mais amplo. A revisão de literatura sistemática mostrou-se um caminho favorável para o objetivo da pesquisa: compreender como essa literatura estava organizada. Como visto, diversas são as etapas para se conduzir uma revisão. Criamos nosso próprio passo a passo, buscando transformar análises mais passíveis de subjetividade em critérios mais objetivos de extração de dados. Para isso, detalhou-se todos os passos e desafios encontrados que levaram a escolhas metodológicas descritas ao longo da pesquisa. Contudo, o ideal era que houvesse mais uma etapa no trabalho. Esta consistiria na revisão para a conferência de todas as informações. Diante das limitações de tempo e recursos, não foi possível realiza-la, deixando a ideia para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BARATA, Rita de C. B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 13, n. 30, p. 13-40, 2016.

BOOTE, David N.; BEILE, Penny. Scholars before researchers: On the centrality of the dissertation literature review in research preparation. **Educational researcher**, v. 34, n. 6, p. 3-15, 2005.

BORJA, Janira T. Premissas para o estudo da cultura nas Relações Internacionais. **Revista Extraprensa**, v. 3, n. 3, 2010, p. 356-367.

BRADY, Henry E.; COLLIER, David; SEAWRIGHT, Jason. Refocusing the Discussion of Methodology. In: **Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools. Shared Standards**. Rowman & Littlefield Publishers, 2004.

CARD, Noel A. **Applied meta-analysis for social science research**. Guilford Publications, 2012.

CERVO, Amado. Prefácio. In: MARTINS, Estevão de Rezende. **Cultura e Poder**. São Paulo: Saraiva, 2^a edição, 2007.

COOPER, Harris. Organizing knowledge syntheses: A taxonomy of literature reviews. **Knowledge, Technology & Policy**, v.1, n. 1, p. 104-126, 1988.

COOPER, Harris. **Research synthesis and meta-analysis: A step-by-step approach**. Sage publications, 2017.

CISCO, Jonathan. Teaching the literature review: A practical approach for college instructors. **Teaching and Learning Inquiry: The ISSOTL Journal**, v. 2, n. 2, p. 41-57, 2014.

DAIGNEAULT, Pierre-Marc; JACOB, Steve; OUIMET, Mathieu. Using systematic review methods within a Ph. D. dissertation in political science: challenges and lessons learned from practice. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 17, n. 3, p. 267-283, 2014.

FIGUEIREDO FILHO, D. B. **O elo corporativo? Grupos de interesse, financiamento de campanha e regulação eleitoral**. 2009. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco.2009.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson et al. O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise. **Revista Teoria & Pesquisa**, v. 23, n. 2, p. 205-228, 2014.

FONSECA JR., Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GERRING, John. **Social science methodology: A unified framework**. Cambridge University Press, 2012.

HART, Chris. **Doing a literature review: Releasing the social science research imagination**. Sage, 1998.

HERZ, Mônica. A dimensão cultural das relações internacionais: proposta teórico-metodológica. **Contexto Internacional**, v. 6, n. 3, p. 61-76, 1987.

HERZ, Mônica. Análise cognitiva e política externa. **Contexto Internacional**, v.16, n. 1, 1994, p. 75-89.

HERZ, Mônica. Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria. **Dados**. v.40, n. 2, 1997.

KEATING, Michael. Culture and social science. In: **Approaches and Methodologies in the Social Sciences**. Cambridge University Press, 2008, p. 99-117.

KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. **Designing social inquiry: Scientific inference in qualitative research**. Princeton university press, 1994.

KONSTANTOPOULOS, Spyros; HEDGES, Larry V. Meta-analysis. In: **The Sage handbook of quantitative methodology for the social sciences**. Sage Publications, 2004, p. 281-297.

MARTINS, Estevão C. de R. **Cultura e poder**. São Paulo: Saraiva, 2007.

MEDEIROS, A. K. de; CRANTSCHANINOV T. I.; SILVA F. C. da. Estudos sobre accountability no Brasil: meta-análise de periódicos brasileiros das áreas de administração, administração pública, ciência política e ciências sociais. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 3, p. 745-775, 2013.

MOTA, Carlos G. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica**. Editora 34, 4ª edição, 2008.

PARANHOS, R. dos S. F. **Conexões Inglórias: Responsividade e Produção Legislativa Subnacional no Brasil**. 245 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco.2014.

RANDOLPH, Justus J. A guide to writing the dissertation literature review. **Practical Assessment, Research & Evaluation**, v. 14, n. 13, p. 1-13, 2009.

REEVES, Julie. **Culture and International Relations: Narratives, natives and tourists**. Routledge, 2004.

RIDLEY, Diana. **The literature review: A step-by-step guide for students**. Sage, 2012.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Maria del P. B. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 5ª edição, 2013.

SANTOS, Norma B. dos. História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. **História**, v.24, n.1, 2005, p. 11-39.

SILVA, Alexandra de Mello. Ideias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, n. 2, 1998, p. 139-158.

SOARES, Gláucio A. D. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 48, p. 27-52, 2005.

SUPPO, Hugo R.; LESSA, Mônica L. L. O estudo da dimensão cultural nas Relações Internacionais: contribuições teóricas e metodológicas. In: **História das relações internacionais: teorias e processos**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007, p. 223-250.

VALBJORN, Morten. Before, during and after the cultural turn: a 'Baedeker' to IR's cultural journey. **International Review of Sociology—Revue Internationale de Sociologie**, v.18, n.1, p. 55-82, 2008.

VIZENTINI, Paulo F. A evolução da produção intelectual e dos estudos acadêmicos de relações internacionais no Brasil. In: **O crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005, p. 17-31.

WALKER, R. B. J. The Concept of Culture in the Theory of International Relations. In: **Culture and International Relations**. 1990.

PLATAFORMAS DE BUSCA

Cambridge Core

JStor

SAGE Journals

Scielo

Taylor & Francis Online

Wiley Online Library

LISTA DE SITES

<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br>;
<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta>;
<http://www.dialogos.uem.br/index.php?journal=ojs&page=search&op=results>;
<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/search/results>;
<http://www.revistas.usp.br/ee>;
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana>;
<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr>;
<http://www.revistas.usp.br/rcf>;
<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/index>;
<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/index>;
<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/search>;
<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama>;
<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/search>;
<https://www.revistas.ufg.br/fchf/search>;
<http://lattes.cnpq.br/>;
<http://www.scimagojr.com/>;
<http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>.

APÊNDICE 1

Artigos excluídos

Periódico	Qualis	Título do arquivo	Ano	Razão para exclusão
Meridiano 47	B2	A Política externa linguística do Brasil: notas sobre as décadas de 1940 a 1990	2015	Classifica-se como notas.
Meridiano 47	B2	Ásia-Pacífico – Dinâmica Própria e Fortalecimento da Cidadania	2000	Não possui referência bibliográfica.
Meridiano 47	B2	China – Década de 1980, abertura para um universo de influência cultural do “Império do Centro”	2010	Sem acesso.
Meridiano 47	B2	Índia - a multiculturalidade de Mumbai: seguidores e simpatizantes de Ganesha	2007	Não possui referência bibliográfica.
Meridiano 47	B2	Iruan nas reinações asiáticas	2001	Não possui referência bibliográfica.
Meridiano 47	B2	O Ressurgimento da Influência Político-Cultural Chinesa – O Interesse para o Brasil	2005	Não possui referência bibliográfica.
Meridiano 47	B2	Yang Liwei e a Nova Divina da Cooperação na Ásia-Pacífico	2003	Não possui referência bibliográfica.
Meridiano 47	B2	A fundação das Repúblicas na China e o fator de	2001	Não possui referência bibliográfica.

		instabilidade no Sudeste Asiático		
Meridiano 47	B2	A Influência Político-Cultural Chinesa e a Integração Econômica no Sudeste Asiático	2000	Não possui referência bibliográfica.
Meridiano 47	B2	O “jeito” asiático face à globalização	2000	Não possui referência bibliográfica.
Meridiano 47	B2	Índia - a multiculturalidade de Mumbai: seguidores e simpatizantes de Ganesha	2007	Não possui referência bibliográfica.
Meridiano 47	B2	China e Índia - Emergência e Impacto Cultural	2006	Não possui referência bibliográfica.
Meridiano 47	B2	A China e seu Projeto para o Século XXI – A dimensão cultural	2004	Não possui referência bibliográfica.
Meridiano 47	B2	A negociação cultural na assistência consular: o caso Iruan	2004	Não possui referência bibliográfica.
Meridiano 47	B2	O Maremoto Cultural através do Estreito de Taiwan	2005	Não possui referência bibliográfica.
Meridiano 47	B2	Cultura Nacional e Geopolítica Brasileira: O Pensamento Social na Geopolítica Nacional	2014	Classifica-se como ensaio.
Revista de Informação Legislativa		A universidade de Bolonha e a cultura universal: os herdeiros espirituais de Bolonha no Ocidente: Andrés Bello	1991	Não possui referência bibliográfica.

Novos Estudos CEBRAP		Jürgen Habermas: religião, diversidade cultural e publicidade	2009	Classifica-se como ensaio.
Novos Estudos CEBRAP	A2	Conflitos e representações culturais	2006	Não possui referência bibliográfica.
Novos Estudos CEBRAP	A2	Voz, Sexo e Abismo: Alfonsina Storni e Horacio Quiroga	2013	Não possui referência bibliográfica.
Novos Estudos CEBRAP	A2	Jorge Luis Borges: história social de um escritor nato	2007	Não possui referência bibliográfica.
Novos Estudos CEBRAP)	A2	O verdadeiro no mais próximo	2009	Não possui referência bibliográfica.
Novos Estudos CEBRAP	A2	A mudança nos gostos: que gosto as coisas tinham no começo da era moderna e que gosto têm agora	2013	Não possui referência bibliográfica.
Novos Estudos CEBRAP)	A2	Cultura pop: astúcia e inocência	2006	Não possui referência bibliográfica.
Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares	B2	O problema da formação do “cinturão pentecostal” em uma metrópole da América do Sul	2011	Classifica-se como tema de mesa.
Revista Contexto Internacional	A2	A Cultura Humanitária Contestada em Zonas de Guerra	2014	Classifica-se como ensaio.

Revista Contexto Internacional	A2	Reflexões sobre o lugar do esporte nas relações internacionais	2012	Classifica-se como ensaio.
Revista da Escola de Guerra Naval	B1	A política de identidade nas novas guerras e a construção social da diferença: notas a partir da cultura e da identidade	2011	Classifica-se como notas.
Mediações - Revista de Ciências Sociais	B2	Cultura popular: do folclore ao patrimônio	2009	Classifica-se como ensaio.
Lua Nova	A2	Filosofía y drama nacional en la cultura argentina	2000	Classifica-se como comentário crítico.
Lua Nova	A2	O reconhecimento, entre a justiça e a identidade	2004	Classifica-se como ensaio.
Lua Nova	A2	Os primeiros anos da "Escola de Frankfurt" no Brasil	2014	Classifica-se como ensaio.
Lua Nova	A2	Direitos humanos e cultura política de esquerda	1992	Classifica-se como ensaio.
Opinião Pública	A1	A máscara sorridente da América Latina	2000	Classifica-se como ensaio.
Revista Eletrônica Direito e Política	B2	Cultura, religiosidade e ambiente na Amazônia: a proteção jurídica das práticas e saberes das comunidades ayuasqueiras	2011	Classifica-se como ensaio.
Opinião Pública	A1	Podemos confiar nas medidas de confiança?	2002	Classifica-se como ensaio.

Revista Debates	B2	México: la construcción fallida de un Estado y las nuevas reformas políticas	2017	Classifica-se como ensaio.
Revista Estudos Políticos	B2	Uma memória, uma história e um afeto: algumas considerações sobre o pensamento de Gilberto Freyre	2015	Classifica-se como ensaio.

APÊNDICE 2

Definições dos conceitos de cultura utilizadas nos artigos

Artigo	Definição
21	“A cultura é vista como um comportamento influente, inibindo ou estimulando o envolvimento em questões públicas e a participação nos movimentos e organizações políticas”.
23	“Em primeiro lugar, a cultura está relacionada com a sociedade, constitui uma determinada maneira de pensar e agir. Em segundo lugar, considera que a cultura é vida social em uma série de aspectos: crenças, conhecimento, moral, leis, costumes e hábitos de uma sociedade. Em terceiro lugar, a cultura é o que diferencia uma sociedade de outra. Por último, a cultura é diferenciadora, é uma variável que une um conjunto de modos de pensar mediante os quais normalmente se regula o comportamento social”.
31	“Do ponto de vista dessas perspectivas alternativas, a cultura é vista como dinâmica e não estática e que evolui constantemente sob a influência de fatores externos e internos. Sua base, no entanto, constitui-se de fatores duradouros que a tornam diferente de outras culturas. Tal síntese materializa-se em crenças, predisposições, motivações e normas de fazer as coisas de um povo. No entanto, gráficos valores positivos são construídos valores que influenciam a forma como as pessoas fazem e veem as coisas em um determinado contexto”.
33	"(...) que propõem pensar a cultura como uma "caixa de ferramentas" (tool-kit) de símbolos, estórias, rituais e visões de mundo, às quais as pessoas podem recorrer em diferentes configurações, para dar conta de distintos tipos de problemas".
41	“A cultura seria a expressão do potencial criativo dos seres humanos, que os singulariza e distingue dos animais”.

43	“Cultura como valores, atitudes, crenças, orientações e pressupostos subjacentes que predominam entre os membros de uma sociedade”.
44	“Gramsci entendia que a cultura é o meio pelo qual se torna possível “compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e os próprios deveres”.
56	“Cultura é a "teia de significados que o homem teceu", e esta "teia" tem uma "superfície enigmática" à qual devemos ter algum acesso”.
60	“Cultura como variável dependente da economia”.
61	“A cultura é a “orientação psicológica dirigida a objetos sociais””.
68	“Como um contexto não contingente que estrutura a ação segundo uma lógica específica”.
69	<p>1. “Perspectiva cognitiva. Vários autores se inspiraram na psicologia cognitiva para falar de esquemas, isto é, modelos mentais compartilhados, usados para perceber, processar e armazenar informações, que dariam as bases culturais para a mobilização”;</p> <p>2. “Noção performativa, privilegiando as práticas e a agency. A cultura é vista como terreno de litígio, perpassado por relações de poder. A cultura seria uma caixa de ferramentas, composta por símbolos, rituais e visões de mundo, que só adquiririam sentido pelo uso, isto é, quando mobilizados para orientar ações. A cultura se relaciona com a ação política em chave pragmática: como estruturadora dos processos de seleção, interpretação, reinvenção e uso intencional de significados por agentes uns contra outros, a partir de um repertório comum”;</p> <p>3. “Uma terceira embocadura privilegia a retórica dos ativistas e suas narrativas. Essa pegada pós-estruturalista chegou às teorias dos movimentos sociais em versão mitigada, como análise semântica de textos de militantes. A construção e disseminação de histórias seria condição para a emergência de movimentos sociais”;</p>

	<p>4. “Um quarto ângulo, neodurkheimiano, trouxe para o debate sobre movimentos sociais a noção da cultura como moralidade e rituais de ação coletiva. Jeffrey Alexander (2006) e seu grupo de pesquisa investigam a formação de consensos simbólicos e sua expressão em revoluções, conflitos e eventos políticos, por meio do “comportamento expressivo motivado”;</p> <p>5. “Noutra chave, os afetos voltaram à explicação das mobilizações coletivas. Atacando as tradições de estudos dos movimentos sociais como excessivamente racionalistas, Jasper (1997, 2007) abriu o campo para as “emoções do protesto”, os sentimentos associados ao processo de conversão de indivíduos comuns em ativistas e aqueles suscitados durante os atos de protesto. As emoções seriam formas culturalmente construídas de compreender o mundo e exprimir posições”.</p>
70	<p>“Said parte de um conceito de cultura abrangente, aquele que designa as artes da descrição, comunicação e representação, com relativa autonomia dos campos econômico, político e social e que, não raro, existe sob a forma estética. Isto inclui tanto o saber popular quanto o conhecimento especializado de disciplinas como Etnografia, Historiografia, Filologia, Sociologia e História Literária. Por outro lado, Said afirma, a partir de Matthew Arnold, que a cultura é um conceito que inclui um elemento de elevação e refinamento, o que de melhor produz uma sociedade no saber e no pensamento e, de forma derivada, entendida como um elemento mitigador, excluindo os efeitos danosos ou perversos da vida moderna e agressiva. A cultura acaba associada à nação ou ao Estado, a um nós, gerando identidade, via os clássicos nacionais”.</p>
76	<p>“Entende “identidade” e “cultura” como algo “socialmente construído, fragmentado, diverso e dinâmico”, compartilhando “a percepção de multiplicidade” e “o tema onipresente da construção”.</p>
91	<p>1. “A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar”;</p> <p>2. “A cultura é tudo o que, na instituição de uma sociedade, ultrapassa a dimensão conjuntista-identitária (funcional-instrumental) e que os indivíduos desta sociedade tomam posse positivamente como ‘valor’”;</p>

	3. “A cultura, para Benjamin, é um fenômeno que fala por meio de suas reminiscências, as quais constituem elementos que a história organiza por meio de discursos que não são fixos ou legítimos por si só, visto que são interpretações agenciadas num campo de poderes”.
97	“Como a expressão das necessidades historicamente condicionadas de um grupo social e de seus indivíduos, e como referência à totalidade de características de uma sociedade”.
102	“A cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo”.
104	"Não a tomamos aqui como um dado, produto acabado e dotado de objetividade expressiva, portador de um sentido unívoco, elaborado num momento prévio de sua constituição; Antes, concebêmo-la como objeto dinâmico, permanente mediação a incorporar os significados das relações sociais concretas que os homens estabelecem entre si na sociedade que constituem. Desse modo, a cultura é, conjuntamente, expressão das relações sociais que a elaboram o elemento ativo na reprodução dessas mesmas relações, compondo as formas sob as quais os homens articulam seus modos de vida em sociedade. É a partir dessa definição que podemos compreendê-la com portadora de valores ideológicos daquelas classes sociais que a constituíram, e enquanto aspecto das relações de poder pelas quais a dominação política e a exploração econômica de classe sobre classe podem ser reproduzidas na sociedade capitalista".
110	1. “A cultura é abordada por tais perspectivas [exemplo a Economia da Cultura] em seu sentido amplo, tanto como o conjunto de hábitos, costumes, crenças, ideias, valores e mitos que se perpetuam de geração a geração, quanto às obras e práticas da atividade intelectual - particularmente a artística - que são expressão material daquelas aspirações coletivas”; 2. “A cultura seria, então, uma espécie de passatempo, algo a que as pessoas se dedicam nos seus momentos de ócio, para distrair-se, para relaxar, algo que não possui uma utilidade intrínseca. (...) Predomina em muitos setores esta visão tecnicista e pseudoprágmatica, fortalecendo uma opinião estreita sobre o que

	a cultura representa para um povo. Infelizmente, essa visão tem contaminado em muitos momentos a nossa política, os nossos costumes e os nossos arranjos institucionais”.
111	“As culturas são as lentes pelas quais vemos o mundo, e como tais devem ser consideradas na formulação de políticas de modo a compreender sua fluidez, sua contingencialidade, pois perpassam todas as relações humanas e sociais”.
113	“Sistema de valores simbólicos, de representações e referência estruturante da identidade dos povos, a cultura é também responsável pelo comportamento dos Estados”.
122	<p>1. “(...) a qual cultura é o “conjunto de sistema de valores e de representações que servem como referência para a identificação de grupos nacionais, subnacionais ou supranacionais;</p> <p>2. “Assim sendo, entende-se “cultura” como o conjunto de fatores que relacionam a identidade individual com aquela identidade inerente a um grupo de indivíduos”.</p>
124	<p>1. “Cultura como tendo uma dimensão coletiva – na medida em que envolve um conjunto de práticas compartilhado por uma porção ou toda a sociedade – e uma dimensão pública, uma vez que se expressa em relações ativas entre grupos e que tomam lugar no nível público”;</p> <p>2. “cultura para se referir a cognições e concepções dos indivíduos acerca de política e ação política”.</p>
130	“Como cultura nacional, homogênea e consensual, que permitisse a identificação dos indivíduos com símbolos, imagens e mitos nacionais”.
136	“Conceito de cultura em apenas um de seus vários significados: aquele de orientação psicológica direcionada aos objetos sociais”.
146	“A cultura, portanto, pode ser definida como a relação do homem com as coisas, com os objetos materiais e os pensamentos imateriais (subjetividade), ou seja, “é o modo como indivíduos e comunidades respondem às suas necessidades e aos seus desejos simbólicos”. (...) A capacidade de pensar sobre a realidade e de

	<p>construir significados para a natureza, para o tempo e o espaço, bem como para os outros seres humanos e todas as suas obras. A essa construção simbólica que vai guiar toda ação humana, dá-se no nome de cultura. Cultura, portanto, é o modo como indivíduos e comunidades respondem às suas necessidades e aos seus desejos simbólicos".</p>
151	<p>“A cultura aqui aparece cini auto-projeção de um ideal individualista ao alcance do poder, enquanto na verdade, o fim primordial da cultura deveria ser o auto-reproduzir-se em cada indivíduo, em cada geração, para autoperpetuar-se perpetuar, assim como uma admirável estrutura da sociedade. Não se trata apenas da estrutura de uma sociedade, mas de um extraordinário poderio”.</p>
153	<p>“Cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”.</p>
154	<ol style="list-style-type: none"> 1. “É tudo aquilo que é criado pelo homem. É também um conjunto de entes que, embora não sejam fruto da criação humana (ex. as paisagens naturais) são valorados como bens culturais”; 2. “a cultura como sendo a maneira pela qual os humanos se humanizam por meio de práticas que criam a existência social, econômica, política, religiosa, intelectual e artística”; 3. “cultura como todos aqueles elementos imateriais ou o valor imaterial atribuído a coisas materiais que compõe o horizonte comum da humanidade e constitui as interações intersubjetivas humanas e as interações com a realidade natural”.
155	<p>“Valores, as atitudes, as crenças, as orientações e os pressupostos subjacentes que predominam entre os membros de uma sociedade”.</p>
156	<p>“A cultura constituiria, assim, o principal campo da (re)produção da hegemonia, da dominação e da subordinação bem como dos valores que sustentam as desigualdades e as hierarquias, tanto econômicas quanto de status”.</p>

160	“Cultura como dimensão analítica central, articulando-a diretamente ao espaço político. A cultura reflete, então, capacidades de agência, sendo concebida como um campo de imaginação e projeção política”.
175	“Cultura é o conjunto das formas típicas de viver de grandes grupos de pessoas, incluindo suas atividades, suas formas básicas de pensamento, de expressão e de valores, sua maneira de ver o mundo. Em sentido lato, cultura é o resultado da atuação do homem no mundo, aquilo que é diferente da natureza: o mundo cultural é o mundo realizado pelo homem, inclusive suas normas postas e seguidas no dia-a-dia de uma sociedade”.
177	“A cultura é um conjunto de traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. A cultura engloba, além das artes e das letras, o modo de viver junto, o sistema de valores, as tradições e crenças.”
178	“Cultura como um direito foi criar condições para tornar visível a diferença entre carência, privilégio e direito, a dissimulação das formas da violência, a manipulação efetua da pela mass midia e o paternalismo populista; foi a possibilidade de tornar visível um novo sujeito social e político que se reconheça como sujeito cultural. Mas foi, sobretudo, a tentativa para romper com a passividade perante a cultura – o consumo de bens culturais – e a resignação ao estabelecido, pois essa passividade e essa resignação bloqueiam a busca da democracia”.
179	<p>“Significados atribuídos à palavra cultura:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) conjunto de conhecimentos de uma única pessoa; 2) o sentido que confunde expressões como arte, artesanato e folclore, como sinônimas de cultura; 3) cultura como o conjunto de crenças, ritos, mitologias e demais aspectos imateriais de certo povo; 4) cultura para o desenvolvimento e acesso às mais modernas tecnologias; 5) o conjunto de saberes, modos e costumes de determinada classe, categoria ou de uma ciência (cultura burguesa, cultura os pescadores, cultura do direito etc);

6) o conceito pelo qual se refere a toda e qualquer produção material e imaterial de uma coletividade específica, ou até mesmo de toda a humanidade”.

2. “Define a cultura: “[...] conjunto de características distintas espirituais, materiais, intelectuais e afetivas que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Abarca, além das artes e das letras, os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”;

3. “A cultura, pois, é a dimensão do humano, nas suas expressões mais diversas, desde o nível considerado mais elementar do fabrico de objeto com certa finalidade, até às elaborações abstratas e simbólicas no campo das artes e do pensamento. Ela é sempre ação da pessoa humana e toda a atividade humana desponta como expressão cultural e apresenta significado espiritual, com relevância coletiva; tudo que se liga a bens não econômicos; e tudo que se refere às obras de criação ou de valorização humana em contraposição às expressões da natureza”;

4. “a cultura é processo de adaptação imaginada e controlada pela pessoa humana, o que revela a substituição dos seus instintos de forma mais flexível, facilitada e célere do que a adaptação genética, o que favorece adaptar-se ao meio e adaptá-lo ao ser humano, tornando possível a transformação do meio natural, bem como demonstrando a vantagem de ser mais facilmente transmissível às gerações seguintes”;

5. “Sob a dimensão antropológica, a cultura é toda ação humana, física ou simbólica, exercida no meio em que se vive e se mostra inadequada para delimitar os direitos culturais, conforme ver-se-á mais adiante, porquanto todos os ramos do direito, já que são oriundos da criação humana, seriam, também, culturais. Ademais, é preciso acrescentar que a cultura, nessa percepção antropológica, para ser atingida pela política, “[...] é preciso que, fundamentalmente, haja uma reorganização das estruturas sociais e uma distribuição de recursos econômicos”;

	7. "A dimensão sociológica da cultura é o conjunto diversificado de ações profissionais, institucionais, políticas e econômicas, com visibilidade em si própria, compondo campo específico (...)"
180	"A cultura, segundo os autores, é produto da ação do homem, porquanto atua sobre elementos da natureza e sobre os elementos exteriores a ela".
181	"Edward Tylor passou a definir cultura "tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade", separando-a do biológico, desatrelando-se então da ideia de que a cultura seria algo inato ao ser humano e estancando assim a ideia de que existem culturas mais evoluídas do que outras".

APÊNCICE 3

Referências Bibliográficas Sobre o Conceito de Cultura

ALEXANDER, J. “**Action and its environments**”. In: _____ et al. *The micro-macro link*. Berkeley: University of California Press. 1989.

ALEXANDER, J.; GIESEN, B; MAST, J. 2006. **Social performance: symbolic action, cultural pragmatics and ritual**. Cambridge: Cambridge University Press.

ALMOND, G. & VERBA, S. (1965 [1963]). **The Civic Culture**.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sydney. **The Civic Culture**. Boston: Little, Brown and Co., 1963.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de Filosofia**. Editora Moderna : São Paulo, 2005.

AVRIZTER, L. **Democracy and the Public Space in Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

BARBALHO, A. **Estado Nacional, cultura nacional: dois momentos paradigmáticos**. In: BARREIRA, I. e VIEIRA, S. (Orgs). *Cultura e Política: tecidos do cotidiano brasileiro*. Fortaleza: Edições UFC, 1998. p. 77-98.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr./jun. 2001.

CASTORIADIS, Cornelius. **Janela sobre o caos**. Aparecida: Ideias e Letras, 2009.

COSTA, Judith Martins; BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **Diretrizes teóricas do novo código civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva. 2002.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

_____. **Direitos culturais: do reconhecimento da fundamentalidade à necessidade de simplificação**. In: CALABRE, Lia (Org.). *Oficinas do sistema nacional de cultura*. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura política e política cultural**. *Estudos avançados*. v. 9, n. 23. São Paulo, jan./ abr. 1995.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

DIMAGGIO, P. 1997. “**Culture and cognition**”. *Annual Review of Sociology*, no 23.

ECKSTEIN, H. **A culturalist theory of political change**. *The American Political Science Review*, vol. 82, nº 3, p. 789-804, 1988.

ENCICLOPÉDIA Brockhause Lexikon. Wiesbaden: DTV, 1982. v. 10.

EYERMAN, R.; JAMISON, A. 2003. “**Movements and cultural change**”. In: GODWIN, J.; JASPER, J. *The social movements reader*. Hoboken, NJ: Blackwell.

FERREIRA, Juca. “**A centralidade da cultura no desenvolvimento**” – In: Barroso, Aloísio Sérgio; Souza, Renildo (orgs.). *Desenvolvimento: ideias para um projeto nacional*. São Paulo: Fundação Maurício, p. 265-278, 2010. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2010/12/13/acentralidade-da-cultura-nodesenvolvimento/> > Último acesso em 19/09/2013.

FREYMOND, Jean-Jacques (1980). *Rencontres de cultures et relation internationales*. Relations Internationales n° 24, hiver, p. 405.

GAMA, José. **Notas para uma filosofia da cultura**. Revista brasileira de filosofia, São Paulo, v. 36, n. 146, p. 172-178, abr./jun. 1987.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Zahar Editores. 1978.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GRAMSCI, A. 1973. **Socialismo e cultura**. In : _____. Scritti politici. Organização de Paolo Spriano. Roma : Riuniti.

GRIMSON, A. **La experiencia argentina y sus fantasmas**. In: _____ (Org.). La cultura en las crisis latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2004. p. 177-193.

HALL, Stuart. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. **A cultura importa: os valores que definem o progresso humano**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HUNTINGTON, S. **A importância das culturas**. In : HARRISON, L. E. & HUNTINGTON, S. P. (orgs.). A cultura importa : os valores que definem o progresso humano. Rio de Janeiro : Record.

INGLEHART, R. **The silent revolution**. Princeton-NJ: Princeton University Press, 1977. / Cultural shift in advanced industrial society. Princeton-NJ: Princeton University Press, 1990.

LAPID, Y. **Culture's Ship: Returns and Departures in International Relations Theory**. In: LAPID, Y.; KRATOCHWIL, F. The Return of Culture and Identity in IR Theory. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1996.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. **A tutela do patrimônio cultural sob o enfoque do direito ambiental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

MARTINS, Estevão de Rezende. **Cultura e Poder**. São Paulo: Saraiva, 2ª edição, 2007.

MIRANDA, Jorge. **Notas sobre cultura, constituição e direitos culturais**. Revista da faculdade de direito da Universidade de Lisboa, Coimbra, v. 47, n. 1 - 2, p. 29- 45, 2006.

MONDIALCULT. **Conferência mundial sobre políticas culturais**. México, 1982.

PATEMAN, C. **The Disorder of Women**. Stanford: Stanford University. 1989.

POLLETTA, F. 2006. **It was like a fever: storytelling in protest and politics**. Chicago: Chicago University Press.

SAID, E. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras. OU Representações do intelectual. São Paulo: Companhia das Letras. 2005

SAMPAIO CUNHA, Danilo Fontenele. **Patrimônio Cultural – Proteção Legal e Constitucional**. Rio de Janeiro: Letra Legal Editora, 2004. p. 25.

SHERWOOD, Robert M. **Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: EdUsp. 1992.

SNOW, D. A.; BENFORD, R. D. 1992. “**Master frames and cycles of protest**”. In: MORRIS, A. D.; MUELLER, C. M. (eds.). *Frontiers in social movement theory*. New Haven London: Yale University Press.

SUPPO, Hugo Rogelio. (2012). **O papel da dimensão cultural nos diferentes paradigmas das relações internacionais**. In: SUPPO, Hugo Rogelio; LESSA, Mônica Leite (Org.). A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural. Rio de Janeiro: Contra Capa, 13-43.

SWIDLER, A. 1986. **Culture in action: symbols and strategies**. American Sociological Review, n. 51, p. 273-286, Apr.

SWIDLER, A. 1986. “**Culture in action: symbols and strategies**”. American Sociological Review, vol. 51.

_____. 1995. “**Cultural power and social movements**”. In: JOHNSTON, H.; KLANDERMANS, B. (eds). Social movements and culture. Minneapolis: University of Minnesota Press.

TYLOR, Edward Burnett. **Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom**. New York: Harper, 1958.

UNESCO. **Declaração universal sobre a diversidade cultural**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>.

APÊNDICE 4

Procedimentos adotados para identificação da principal bibliografia internacional

Foram selecionados: a) os periódicos internacionais listados na plataforma Sucupira/CAPES na área de Ciência Política e Relações Internacionais⁷⁹; b) apenas os periódicos classificados em A1; c) dentre eles selecionamos aqueles mais diretamente correspondentes as duas áreas, através da ScimagoJr⁸⁰; d) apenas os artigos que continham a palavra ‘*culture*’ no título⁸¹; e) apenas os artigos entre os anos de 1990 e 2017. A razão para a escolha desses critérios se deu tendo em vista o objetivo maior de restringir ao máximo a literatura a ser lida a partir da bibliografia utilizada nesses artigos. Imagina-se que os periódicos A1 irão atender ao objetivo, uma vez que tem-se um número menor de artigos e, por conseguinte, espera-se uma lista de referências bibliográficas menor. A partir desses procedimentos, buscamos identificar as referências bibliográficas que se repetem nos artigos. Assim, selecionamos todas as bibliografias dos 109 artigos identificados.

É importante fazer algumas observações sobre como essas referências bibliográficas foram coletadas, uma vez que os periódicos costumam às vezes diferir na sua padronização bibliográfica. Assim, por exemplo, alguns deles expõem as referências em notas de rodapé, enquanto a maioria reserva uma página ao final do artigo para isso. Essas foram incluídas no banco de dados. Contudo, as notas de rodapé que continham sugestões de leitura não foram incluídas, geralmente se mostravam na forma de “*See also...*”. Foram excluídos também documentos oficiais ou de instituições relatórios ou referências semelhantes, já que eles não fariam parte do intuito de construção do marco teórico do trabalho. Os arquivos nos quais a referência contava na forma de ‘nome, sobrenome’ foram padronizados para ‘sobrenome, nome’. Quando as referências eram livros, optou-se por manter o nome do autor do capítulo, ao invés do autor ou editor do mesmo.

⁷⁹ Os periódicos inclusos são os seguintes: Citizenship Studies, Global Governance, International Affairs, International Interactions, International Political Science Review, International Studies Perspective, International Studies Review, Journal of Strategic Studies, Latin American Politics and Society, Leiden Journal of International Law, Perspectives on Politics, Policy Studies e The Journal of Conflict Resolution. Political Studies Review foi excluído por tratar-se de periódico que publica apenas resenhas, não artigos.

⁸⁰ Entendemos por diretamente relacionados os periódicos que na ScimagoJr eram classificados em “*Subject Area and Category*”, “*Social Sciences*” e que nesta, contivesse *Political Science, International Relations ou Political Science and International Relations*. Disponível em: <http://www.scimagojr.com/>. Acessado em: 27/08/2017.

⁸¹ As plataformas de busca (Taylor & Francis Online, Jstor, SAGE Journals, Wiley Online Library e Cambridge Core) listavam artigos com palavras relacionados, como ‘*cultural*’, abrangendo assim com gama maior de trabalhos relacionados.

Alguns artigos apresentavam a referência do mesmo livro mais de uma vez. Assim, sempre que possível, excluímos segundas ou terceiras citações iguais. Por fim, alguns arquivos foram excluídos, pois ou não eram artigos ou não continham referências bibliográficas. Vale ressaltar que a identificação entre artigo ou não-artigo não foi sempre possível, podendo nosso banco de dados conter eventuais não-artigos.

A partir daí, observamos as que mais se repetiam. Nesse momento, vimos que claramente a principal referência comum a um maior número de artigos era o livro de Samuel Huntington nas edições de 1993 e 1996, contabilizando um total de catorze citações em onze artigos diferentes. Esse trabalho foi então o marco em nosso banco de dados quanto ao número de citações. Em seguida, classificamos as referências bibliográficas que se repetiam em: duas vezes, três vezes, quatro vezes e cinco (ou mais vezes). Essa última foi o critério adotado para identificarmos a principal literatura sobre o tema. Assim, chegamos ao total de onze trabalhos, que em razão de todo o processo adotado entendemos ser a bibliografia fundamental para se estudar cultura na Ciência Política e nas Relações Internacionais.